



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PRODERE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

HISSA NAGIB ABRAHÃO FILHO

**O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DA ÁREA RIBEIRINHA DE PARINTINS**

Manaus
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

HISSA NAGIB ABRAHÃO FILHO

**O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DA ÁREA RIBEIRINHA DE PARINTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PRODERE da Universidade Federal do Amazonas – UFAM como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Agricultura e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Antonieta do Lago Vieira.

Manaus
2010

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Abrahão Filho, Hissa Nagib.

A159t O turismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento sustentável da área ribeirinha de Parintins / Hissa Nagib Abrahão Filho. - Manaus: UFAM, 2010.
120 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) —
Universidade Federal do Amazonas, 2010.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Antonieta do Lago Vieira.

1. Turismo de Base Comunitária 2. Turismo – Parintins (AM) 3.
Desenvolvimento Sustentável I. Vieira, Antonieta do Lago II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 338.486 (811.3) (043.3)

HISSA NAGIB ABRAHÃO FILHO

**O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DA ÁREA RIBEIRINHA DE PARINTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PRODERE da Universidade Federal do Amazonas – UFAM como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Agricultura e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Antonieta do Lago Vieira.

Aprovada em 16 de abril de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Antonieta do Lago Vieira
Presidente-Orientadora
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof^º. Dr. Katsuhito Takita
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof^º. Dr. Ivan de Azevedo Tribuzy
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Hissa (*in memorian*) e Ecian, pela dedicação, pelos ensinamentos e pela doação de suas vidas em prol do bem e da felicidade dos filhos.

As minhas irmãs Berbara (*in memorian*) e Blenda que me ensinam a respeitar o sentimento de afeto e de combater o empoderamento da mulher brasileira.

À minha esposa Amanda, pelo apoio, compreensão e incentivo prestado no decorrer do curso, bem como na minha vida pessoal e profissional, que me possibilitaram alcançar este momento ímpar de alegria e realização.

À minha filha Melissa, que me dá forças para continuar lutando por um mundo melhor, reforçando este sentimento com a vinda do recém nascido Hissa Neto, que juntos me concedem aqui nesse mundo, a plena felicidade de ser chamado de “pai”.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela vida e por todas as bênçãos que Ele tem concedido e por ser minha fonte de luz, fortalecendo o meu espírito para superar as adversidades durante o meu percurso ao longo dessa vida.

Ao município de Parintins nas pessoas do prefeito da cidade, Bi Garcia, dos funcionários lotados nos órgãos que deram informações pertinentes ao estudo, dos acadêmicos da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), além de representantes da sociedade civil, pela acolhida e pela participação na pesquisa.

Às pessoas das comunidades visitadas que participaram da pesquisa, e que, muito contribuíram para a finalização dessa dissertação.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Antonieta do Lago Vieira, pelo estímulo e parceria na realização deste trabalho, bem como pela tranquilidade em orientar as questões polêmicas da pesquisa, fruto de sua rica experiência acadêmica e profissional.

A todos os Mestres e Doutores que compõem o corpo docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional pelos conhecimentos compartilhados, que auxiliaram na construção do meu conhecimento, ilustres personagens da minha história de vida.

À minha família pelo incentivo incondicional e constante, razão da minha persistência em continuar lutando pelos meus ideais e superar as adversidades.

À algumas pessoas especiais como o meu colega de turma e professor Willan Barreto, ao editor de imagens André Luís Xavier, ao membro do Núcleo de Tecnologia Sociais Antônio Takita, à minha grande incentivadora no período inicial, Professora Angélica Karlla Marques Dias, a advogada Marcela Matos Fernandes de Oliveira, esposa do meu grande amigo Alex Silva de Oliveira, ao professor Sylvio Puga, ao Piloto da lancha Aroldo Silva e ao meu assessor e amigo cinegrafista João Carvalho Filho, todos estes, que, de alguma forma me fizeram ou me incentivaram a entrar, continuar e concluir este curso de mestrado.

Aos meus verdadeiros amigos, pela confiança depositada ao longo desses anos de amizade e pelas luzes abertas em meu caminhar. Aos colegas de curso, que me devolveram a alegria do convívio acadêmico na agradável condição de aluno e pesquisador.

Enfim, a todas as pessoas que, de alguma forma, nos inspiram e nos fazem seguir adiante: nelas, muitas vezes, buscamos apoio para os nossos desafios...

Meus sinceros e eternos agradecimentos.

“O conhecimento dos capitais - humano, social, natural, físico e econômico - de suas interfaces e seus ajustes dinâmicos levam ao entendimento integrado dos ‘meios de vida’ rurais do povo das águas e representam um componente fundamental na construção da sustentabilidade amazônica”.

“Meios de vida das populações ribeirinhas”

Grupo Pyrá, 2002.

RESUMO

ABRAHÃO FILHO, Hissa Nagib. **O turismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento sustentável da área ribeirinha de Parintins**. 2010. 120 f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

O objetivo geral desta dissertação foi investigar se a área ribeirinha de Parintins apresenta potencialidades ecoturísticas, tomando-se por modelo o turismo de base comunitária (TBC) como estratégia de desenvolvimento sustentável dessa área. Para isso, foi necessário abordar o turismo, o ecoturismo e o turismo de base comunitária, no contexto do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável; caracterizar a população ribeirinha e a Amazônia, no contexto do turismo de base comunitária; identificar as principais comunidades ribeirinhas com potencial ecoturístico no município de Parintins e demonstrar como o ecoturismo de base comunitária pode ser uma estratégia de desenvolvimento sustentável para essa área. No que se refere à metodologia, trata-se de uma pesquisa de prospecção realizada através de pesquisa bibliográfica e de campo. No município de Parintins, a pesquisa de campo foi realizada em instituições ligadas às atividades turísticas (funcionários lotados nas referidas instituições) e em comunidades ribeirinhas de Santa Rita da Valéria, Lago de Macuricanã, Paraná do Espírito Santo (de Baixo, do Meio e de Cima) e Vila Amazônia (moradores dessas comunidades). Todas as visitas e entrevistas realizadas foram devidamente documentadas através de filmagem (imagem e áudio) e fotografias pela Produtora Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos. Ao final, pôde-se constatar que a área ribeirinha de Parintins apresenta importante potencial ecoturístico de base comunitária. Com suas riquezas naturais e sua diversidade cultural, nas comunidades visitadas pode-se promover o bem-estar e a preservação da região perfazendo as bases fundamentais do que se chama de desenvolvimento sustentável, gerando-se renda para essas comunidades e mantendo o patrimônio natural. No entanto, também foram constatados, a partir do contato direto com os moradores, impactos negativos gerados pelo turismo nas comunidades, como, por exemplo: reflexos prejudiciais ao meio ambiente; bebidas; drogas e turismo sexual. O contexto cultural e o processo de desenvolvimento do turismo nessa área trazem à tona questões complexas a serem levadas em consideração para a formulação de políticas de desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) na área ribeirinha de Parintins, nas quais as comunidades possam atuar como protagonistas na promoção de atividades, a fim de melhorar suas condições de vida.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária; Parintins; Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

ABRAHÃO FILHO, Hissa Nagib. **The community-based tourism as a strategy for sustainable development on the riverfront area of Parintins.** 2010. 120 p. Dissertation of Mastership in Regional Development of the Federal University of Amazon - UFAM.

The principal objective of this dissertation was to investigate whether the shoreline of Parintins has ecotourism potential, taking as a model community-based tourism (TBC) as a strategy for sustainable development in the area. This required: discuss tourism, ecotourism and community-based tourism in the context of environment and sustainable development; characterize the local population and the Amazon in the context of community-based tourism; identifying the main coastal communities with ecotourism potential in the city Parintins and demonstrate how community-based ecotourism can be a sustainable development strategy for the riverside area of Parintins. As regards methodology, it is a research survey carried out through a literature review and field. In the city of Parintins field research was conducted in institutions related to tourism activities Parintins (employees crowded in those institutions) and communities Valeria's Santa Rita, Lake Macuricanã, Paraná the Holy Spirit (Low, Middle and above) and Amazon Vila (residents of these communities). All visits and interviews were documented through film (image and audio) and pictures by Smith Commercial Production, Services and Projects. At the end we could see that the shoreline Parintins has important potential community-based ecotourism. With its natural and cultural diversity in the communities visited, can promote the welfare and preservation of the region making up the foundations of what is called sustainable development, generating income for these communities and maintaining the natural heritage. However, it was detected also the negative impacts of tourism on communities from direct contact with residents, such as: negative impact on the environment, drinking, drugs and sex tourism. The cultural context and the process of developing tourism in this area raises complex issues to be taken into account in formulating development policies of the Community Based Tourism (TBC) to the shoreline of Parintins, where there is a role of communities in promotion of activities that can improve their living conditions.

Key-Words: Community-based tourism; Parintins; Sustainable Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O Turismo no Mundo - Participação das Principais Indústrias no PIB Mundial 1999	25
Figura 2 – Destinos de alto potencial pouco explorados	42
Figura 3 – Localização de Parintins	84
Figura 4 - Infra-Estrutura Básica do Município de Parintins	87
Figura 5 – Barcos que chegam a Parintins	88
Figura 6 – Lanchas tipo expresso utilizadas em Parintins.....	88
Figura 7 – Bumbódromo de Parintins	90
Figura 8 - Infra-Estrutura Turística do Município de Parintins.....	91
Figura 9 – Mercado Municipal de Parintins	97
Figura 10 – Modelo de triciclo utilizado em Parintins	99
Figura 11 – Entrevista complementar com Karla Viana da SECTUR –Parintins.....	99
Figura 12 – Entrevista complementar com o Sr. João – Santa Rita da Valéria.....	102
Figura 13 – Entrevista complementar com a Sr ^a . Arlete do Artesanato – Santa Rita da Valéria	103
Figura 14 – Entrevista complementar com o Sr. Aldenei Farias - Comunidade do Perpétuo Socorro- Paraná do Espírito Santo de baixo e membro fundador do GRANAV	105

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Justificativa.....	13
1.2 Objetivos.....	16
1.2.1 Geral.....	16
1.2.2 Específicos	16
1.3 Estrutura da Dissertação	16
2 MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, TURISMO E ECOTURISMO	18
2.1 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.....	18
2.2 Turismo.....	23
2.3 Desenvolvimento Turístico Sustentável	29
2.4 Ecoturismo.....	34
2.5 Ecoturismo na Amazônia.....	38
3 POPULAÇÃO RIBEIRINHA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA – TBC.....	43
3.1 O cenário amazônico e a população tradicional ribeirinha	43
3.2 SAS – Sistemas Abertos Sustentáveis: uma alternativa de desenvolvimento local e participativo para a Amazônia.....	53
3.3 Turismo de Base Comunitária – TBC	57
3.3.1 Aspectos Históricos do Turismo Rural Comunitário –TRC: A origem do TBC ..	57
3.3.2 Noções Conceituais	60
3.3.3 Premissas, Princípios e Desafios do Turismo de Base Comunitária	61
3.3.4 Experiências de TBC na Região Norte.....	64
3.3.5 A importância da Educação Ambiental (EA).....	70
4 PARINTINS E ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	80
4.1 Procedimentos Metodológicos	80
4.2 Caracterização do Município de Parintins.....	81
4.2.1 Aspectos Históricos.....	82
4.2.2 Aspectos Geográficos.....	83

4.2.3 Atividades Econômicas	85
4.2.4 Infra-Estrutura Básica de Parintins	86
4.2.5 Infra-Estrutura Turística de Parintins.....	89
4.3 Potencial Ecoturístico de Parintins	91
4.3.1 Recursos Naturais.....	92
4.3.2 Recursos Culturais	93
4.4 Visitas à Sede de Parintins e às Comunidades Ribeirinhas	95
4.4.1 Em Parintins	95
4.4.2 Na Comunidade Ribeirinha “Santa Rita da Valéria”	101
4.4.3 Na Comunidade Ribeirinha “Paraná do Espírito Santo de Baixo”	104
4.4.4 Na Vila Amazônia.....	106
4.4.5 No Complexo de Macuricanã e na comunidade ribeirinha do “Paraná do Espírito Santo do Meio”	107
4.4.6 Na comunidade ribeirinha do “Paraná do Espírito Santo de Cima”	108
5 CONCLUSÃO.....	110
REFERÊNCIAS	114

1 INTRODUÇÃO

O turismo de base comunitária constitui-se no objeto de pesquisa desta dissertação, que discorre sobre o tema por meio de duas abordagens: a primeira com enfoque conceitual, e a segunda com enfoque prático e de prospecção, considerando as potencialidades ecoturísticas de base comunitária como estratégia de desenvolvimento sustentável da área ribeirinha do município de Parintins.

De acordo com informações da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR (2008), a Organização Mundial do Turismo (OMT) destaca o setor turístico como a segunda maior atividade econômica do mundo no que se refere à geração de divisas e empregos, ficando apenas atrás da indústria do petróleo e derivados. No ano de 2007, em escala mundial, por exemplo, o número de chegadas de turistas ultrapassou a marca de 900 milhões e foi responsável por gerar uma receita cambial de aproximadamente 850 bilhões de dólares.

Já no cenário nacional, o número de chegada de turistas chegou a 5 milhões de visitantes e gerou uma receita cambial aproximada de 5 bilhões de dólares no Brasil (EMBRATUR, 2008).

No entanto, o potencial econômico do turismo não tem sido acompanhado apenas por efeitos positivos, pois também traz em seu bojo efeitos negativos e que se refletem nas condições sócio-culturais e ambientais das sociedades e comunidades receptoras.

Como bem ressaltam Silva et al. (2009, p.361-362), “o crescimento da atividade turística, assim como de outras atividades econômicas, requer planejamento e ordenamento para minimizar os impactos negativos e, principalmente, potencializar os positivos”.

Essa informação é corroborada por Barreto apud Mendonça (2009, p.290) ao destacar que a indústria do turismo “é um fenômeno que tem seu crescimento coordenado e orientado pelo mercado e pelos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais, sem muitas vezes considerar, de maneira apropriada, os demais atores envolvidos no processo”.

E no contexto atual, o modelo de desenvolvimento econômico vigente não pode mais ser mantido, haja vista que as diversas estratégias econômicas em curso estão associadas a um sistema político-operacional que rapidamente impacta dois processos importantes para a vida humana: “o processo de preservação de recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades locais. Em todo o mundo há inúmeras evidências de que as diversas atividades econômicas têm afetado de forma significativa a qualidade de vida das comunidades locais” (MENDONÇA, 2009, p.290).

Na atividade turística esse contexto não é diferente. Em diversas regiões do Brasil, inclusive no Estado do Amazonas, observa-se que a expansão desordenada do turismo está resultando na sobreposição dos impactos negativos, que decorre da prioridade para a dimensão estritamente mercadológica, em detrimento dos princípios da sustentabilidade social, cultural e ambiental; provocando, em alguns casos, a desestruturação da cultura local e descaracterizando os ambientes naturais.

Nesse contexto, Silva et al. (2009, p.362) ressaltam que, para se contrapor aos impactos negativos do turismo e aproveitar os benefícios da atividade, “em algumas localidades, de diferentes países, por meio da mobilização e organização da sociedade civil, surgiram diversas iniciativas diferenciadas, baseadas nos modos de vida locais”, e “nesta perspectiva, estruturaram-se as práticas de turismo de base comunitária, também conhecidas como “turismo comunitário”, “solidário”, “de conservação”, dentre outras denominações”.

No ecoturismo de base comunitária, os impactos negativos e positivos também se fazem presentes; logo, a avaliação para minimizar os efeitos negativos e potencializar os positivos não se revela como uma tarefa das mais fáceis, uma vez que não há estatísticas disponíveis quanto aos resultados indesejáveis das práticas turísticas.

Segundo Maldonado (2009, p.31), entende-se por turismo de base comunitária toda forma de “organização sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos”.

De forma simples, Zanotti¹ (2010) esclarece que o turismo de base comunitária é um tipo de turismo que tem como objetivo principal beneficiar as comunidades visitadas. No entanto, é importante esclarecer que, em geral, o turismo de base comunitária é o ecoturismo; porém, nem todo ecoturismo é de base comunitária.

Conforme Mendonça (2009), o termo ecoturismo de base comunitária leva a dimensão social de forma mais aprofundada. Esta é forma de ecoturismo em que a comunidade local tem grande controle e envolvimento em seu desenvolvimento e gestão, e em que a maior parte dos benefícios permanece na comunidade.

Pode-se considerar o ecoturismo como a modalidade de turismo que é desenvolvido em localidades com potencial ecológico, cultural, social e econômico; no entanto, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, por meio

¹ Cecília Zanotti é uma das fundadoras do Projeto Bagagem (PB), que é uma organização não governamental (ONG) que visa contribuir para o desenvolvimento de comunidades no Brasil por meio do turismo comunitário. Sua principal estratégia é apoiar a criação de roteiros turísticos que beneficiem prioritariamente as comunidades visitadas através da geração de renda e participação direta da população local.

da harmonização das ações dessa atividade com a natureza, bem como buscando a formação de uma consciência ecológica nacional e planetária.

A Amazônia se apresenta como uma das áreas mais ricas em biodiversidade do planeta e como um dos mais importantes biomas do país, o que por si só cativa turistas do mundo inteiro, constituindo-se em uma área viável para o ecoturismo, por ser detentora de reconhecida biodiversidade e patrimônio cultural – fator que desperta interesses turísticos especializados, seja para pesquisa, estudo ou lazer.

O interesse por Parintins se dá pela possibilidade de implementar, na área ribeirinha da cidade, o ecoturismo de base comunitária, identificando, organizando e definindo os seus produtos ecoturísticos, obedecendo, contudo, as questões geográficas e o seu calendário cultural. Parintins é conhecida pelo Festival Folclórico apoteótico, no entanto, o turista que estiver visitando a cidade em função desse evento, poderá, além de conhecer a urbe, apreciar aspectos de sua cultura e etnias, aliando esses elementos ao lazer e a um contato íntimo com a natureza.

Para Parintins, o ecoturismo pode se apresentar como uma proposta de desenvolvimento sustentável por meio do incentivo à conservação da cultura local e dos recursos naturais, da promoção da consciência ambientalista tanto da população como dos ecoturistas, além de estimular a economia do município. Entretanto, para que se possa organizar a atividade ecoturística, é importante realizar a identificação das áreas em potencial.

Nessa pesquisa de prospecção, busca-se analisar a vocação da área ribeirinha do município para a atividade do ecoturismo e evidenciar a importância da elaboração e implementação de uma política permanente de exploração racional dos recursos naturais existentes nas comunidades ribeirinhas.

1.1 JUSTIFICATIVA

Levando-se em consideração a escassa oferta de trabalho para as comunidades ribeirinhas e a necessidade de conservação do patrimônio natural, bem como o fato de ser a Amazônia extremamente rica em belezas naturais e com enorme potencial de crescimento no setor do turismo, motiva-se a implementação do ecoturismo de base comunitária nas áreas ribeirinhas de Parintins.

Nesse contexto, experiências de turismo de base comunitária em nível nacional, a exemplo da Prainha do Canto Verde, no Ceará, e até no Estado do Amazonas, como Silves e Barcelos, trazem importantes subsídios para essa discussão, revelando caminhos que podem

ser importantes para a promoção de atividades ecoturísticas fincadas em um modelo de desenvolvimento sustentável, ambientalmente responsável, mais justo em termos sociais e mais amplo no que se refere ao modelo de desenvolvimento, que não se limita à apreensão dos aspectos econômicos.

O ecoturismo de base comunitária deve apresentar um conjunto de ações que promova o uso racional dos recursos, o bem-estar das populações envolvidas e minimizem os impactos ambientais decorrentes desta atividade.

O respeito pela natureza, pelo meio ambiente e, principalmente, pelo saber local das populações tradicionais, pode fazer do ecoturismo uma atividade lucrativa e duradoura, se, antes de tudo, desenvolver bases à sustentabilidade econômica, ambiental, sócio-cultural e étnica para as populações tradicionais de uma região.

No entanto, é importante salientar que o ecoturismo só poderá, de fato, promover o desenvolvimento local e a conservação do meio ambiente quando as comunidades locais participarem das atividades em todas as suas etapas.

Nesse sentido, é importante a elaboração e implementação de políticas públicas específicas para o ecoturismo que visem à exploração racional dos recursos naturais existentes, permitindo a promoção do desenvolvimento local sustentável, apoiando o desenvolvimento de uma base produtiva durável e diversificada, a fim de permitir um aumento nos níveis de qualidade de vida dos moradores das comunidades ribeirinhas do município de Parintins.

Reconhecer que uma região possui determinados atrativos, potencial e demanda turística, assim como destacar a necessidade de investimentos em infra-estrutura e serviços de mão-de-obra qualificada, é um passo importante para o sucesso do ecoturismo. Cidadãos, empresários e governantes têm demonstrando interesse em desenvolver tal atividade, pela possibilidade de preparar um cenário econômico sustentável, de promover a inclusão social e gerir os recursos naturais e culturais racionalmente.

No entanto, para que se possa converter as tentativas em sucesso na implementação do ecoturismo, julga-se importante a realização de estudos na área pretendida. Esta análise se dará em função da necessidade de obter dados para valorizar possíveis investimentos no desenvolvimento sustentável deste segmento e, por conseguinte, promover a cidade, bem como suas comunidades ribeirinhas, como destino turístico o ano inteiro.

Como bem esclarecem Bursztyn et al. (2009), as ações públicas de incentivo ao turismo ainda tratam essa questão homogeneamente, não levando em consideração a diversidade cultural e paisagística de cada região e difundindo um turismo massificado, comprometendo,

dessa forma, as condições sociais, ambientais, e descaracterizando as heranças culturais de comunidades tradicionais, onde se incluem os grupos ribeirinhos de Parintins. As políticas públicas de turismo implementadas no Brasil não vêm apresentando os benefícios sociais esperados, ainda que a retórica do discurso oficial muitas vezes contemple a participação das comunidades na promoção do desenvolvimento socioeconômico da região.

Conforme Ribeiro et al. (2003), o incentivo à inserção de diferentes órgãos governamentais, especificamente das Instituições de Ensino Superior (IESs), na discussão e elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável, tem um papel fundamental no cenário amazônico, por levar esta preocupação para o meio acadêmico, onde as teorias e tecnologias estão sendo formuladas através de um processo dinâmico de ação-reflexão-ação, fortalecendo e embasando as atividades extensionistas estreitamente associadas às mencionadas estratégias.

Outro fator importante a ser considerado na inserção das IESs é a capacidade de multiplicação que as universidades possuem, pois com a participação dos alunos nesses projetos, forma-se uma massa crítica local sensibilizada, qualificada e apta para interpretar a realidade regional e atuar de acordo com as especificidades socioeconômicas e ambientais locais, o que garante a replicação e a sustentabilidade das propostas (RIBEIRO et al., 2003).

Diante dos argumentos expostos, e trazendo a discussão para o contexto da prática do turismo de base comunitária, é que o tema assume a relevância necessária para ser discutido nos meios acadêmicos, sociais e econômicos.

A origem da pesquisa está delimitada nos seguintes questionamentos: A área ribeirinha de Parintins apresenta potencialidades ecoturísticas? Como o turismo de base comunitária pode ser uma estratégia de desenvolvimento sustentável das comunidades ribeirinhas de Parintins?

A hipótese que norteou a pesquisa parte da premissa de que a área ribeirinha de Parintins apresenta importante potencial ecoturístico, no entanto, necessita que se identifique e se registre as áreas viáveis para posterior implementação de políticas públicas específicas.

O ecoturismo de base comunitária é uma alternativa de desenvolvimento sustentável com importante influência no fortalecimento da economia das comunidades, contribuindo ainda para a melhoria da qualidade de vida dos moradores das comunidades ribeirinhas de Parintins, desde que o foco de seu planejamento esteja na geração de oportunidades e benefícios reais para essas populações.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Investigar se a área ribeirinha de Parintins apresenta potencialidades ecoturísticas, tomando-se por modelo o turismo de base comunitária (TBC) como estratégia de desenvolvimento sustentável dessa área.

1.2.2 Específicos

- Abordar o turismo, o ecoturismo e o turismo de base comunitária no contexto do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.
- Caracterizar a população ribeirinha e a Amazônia no contexto do turismo de base comunitária.
- Identificar as principais comunidades ribeirinhas com potencial ecoturístico no município de Parintins;
- Demonstrar como o ecoturismo de base comunitária pode ser uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a área ribeirinha de Parintins.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para melhor compreensão do problema de pesquisa e dos objetivos propostos, esse estudo está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo consta a introdução, no qual se apresenta o tema de estudo, a relevância do assunto proposto e as principais preocupações que dele decorrem, os objetivos do trabalho, bem como a estrutura desta pesquisa.

O segundo capítulo se reserva a apresentar uma revisão da literatura sobre o tema do estudo, contemplando teorias e considerações gerais sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento turístico sustentável, turismo e ecoturismo.

O terceiro capítulo expõe o cenário amazônico e a população tradicional ribeirinha, destacando os Sistemas Abertos Sustentáveis (SAS) como alternativas de desenvolvimento local e participativo para a Amazônia. Neste capítulo ainda se apresenta o Turismo de Base Comunitária (TBC), abordando seus aspectos históricos e conceituais, bem como suas premissas, princípios, desafios e experiências na região norte e a importância da Educação Ambiental (EA).

O quarto capítulo da dissertação, intitulado “Parintins e Turismo de Base Comunitária”, foi destinado à apresentação e análise dos resultados. Primeiramente, se descreve a pesquisa, apresentando todos os procedimentos metodológicos adotados. Em seguida, faz-se uma caracterização do município de Parintins, onde foi realizada a sondagem, bem como um relato da visita à cidade e às comunidades ribeirinhas realizada através da Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos, uma empresa de consultoria econômica, produção de vídeo e áudio e publicidade.

No quinto e último capítulo expõe-se a conclusão do trabalho e se apresentam sugestões sobre o estudo realizado, assim como recomendações para futuras pesquisas sobre este tema.

2 MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, TURISMO E ECOTURISMO

2.1 MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sendo o ecoturismo de base comunitária uma atividade econômica perfeitamente compatível com os postulados do desenvolvimento sustentável, faz-se necessária uma breve abordagem sobre os vocábulos ambiente, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, para que se possa entender a complexidade envolvendo o tema.

Para Leff (2001, p. 224):

O ambiente é integrado por processos, tanto de ordem física como social, dominados e excluídos pela racionalidade econômica: a natureza superexplorada e a degradação socioambiental, a perda de diversidade biológica e cultural, a pobreza associada à destruição do patrimônio de recursos dos povos e à dissolução de suas identidades étnicas, a desigual distribuição dos custos ecológicos do crescimento e a deterioração da qualidade de vida. Ao mesmo tempo, o ambiente surge como um novo potencial produtivo, resultado da articulação de processos de ordem natural e social que mobilizam a produtividade ecológica, a inovação tecnológica e a organização cultural.

E continua Leff (2001, p. 224), destacando que:

O ambiente não é pois o meio que circunda as espécies e as populações biológicas. É uma categoria sociológica (e não biológica), relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes, como também por novos potenciais produtivos. Neste sentido, o ambiente do sistema econômico é constituído pelas condições ecológicas de produtividade e regeneração dos recursos naturais, assim como pelas leis termodinâmicas de degradação de matéria e energia no processo produtivo. O ambiente estabelece potenciais e limites às formas e ritmos de exploração dos recursos, condicionando os processos de valorização, acumulação e reprodução do capital. [...] o ambiente complementa o objeto de estudo da biologia evolutiva, da antropologia estrutural e da economia política.

Verificando a própria terminologia meio ambiente, extrai-se que a palavra está relacionada a tudo aquilo que nos circunda, ou seja, que é um todo integrado, e não uma coleção de partes dissociadas.

Para Machado (1987, p.13), o conceito de meio ambiente “insere-se em várias atividades e setores nos quais a vida se manifesta. Noção interdisciplinar e, ao mesmo tempo de síntese, na qual o Direito tem um papel relevante a desempenhar”.

Segundo Silva (2004, p.20), o meio ambiente “é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas

as suas formas”. Assim o autor referencia que o meio ambiente é formado por dois sistemas intimamente relacionados: o sistema natural, composto do meio físico e biológico; e o sistema cultural, consistindo do homem e de suas atividades.

Já para Dotti apud Alvarenga (2005, p.36), “o meio ambiente pode ser entendido como o complexo de relações entre o mundo natural e o ser vivo, as quais influem na vida e no comportamento do mesmo ser”.

De acordo com Alvarenga (2005, p.36), a conceituação legal de meio ambiente é encontrada na Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981, onde se lê no artigo 3°, inciso I, que “meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Neste caso, o conceito de meio ambiente dado pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, embora técnico, possui uma concepção holística. O que se percebe é que o conceito de meio ambiente vem aos poucos sendo construído, de modo diferente por especialistas de diferentes ciências.

A agressão à natureza pôs em risco o destino do homem, constituindo-se em um dos tremendos males que gerou um “pânico universal” e assombrou toda a humanidade no final do século XX e no início do novo milênio.

Por isso, como bem esclarece Milaré (2007, p.41):

Nos últimos anos, a sociedade vem acordando para a problemática ambiental, repensando o mero crescimento econômico, buscando fórmulas alternativas, como o desenvolvimento sustentável ou o ecodesenvolvimento, cuja característica principal consiste na possível e desejável conciliação entre o desenvolvimento, a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida que se constituem em três metas indispensáveis.

Historicamente, o conceito de desenvolvimento sustentável emergiu das idéias do grupo de especialistas do Centro Internacional de Pesquisa sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIRED), liderado por Ignacy Sachs. O ecodesenvolvimento, como ficou conhecida a proposta de Sachs (2002), já defendia no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, um desenvolvimento em harmonia com a ecologia, e que tivesse como bases, entre outras, a valorização da diversidade biológica e cultural, a tomada de decisões locais e autônomas, o acesso mais equitativo aos recursos naturais e uma burocracia estatal descentralizada. Nesse contexto, o ecodesenvolvimento passa a ser percebido como um tipo particular de desenvolvimento sustentável.

A respeito do ecodesenvolvimento, o que pretendeu Sachs (2002) com este neologismo? Pretendeu, acima de tudo, introduzir uma nova perspectiva para o planejamento econômico, e torná-lo sensível para a adoção de técnicas adaptáveis ao nível cultural das pequenas comunidades rurais do terceiro mundo. Em outras palavras, pretendeu-se compatibilizar desenvolvimento e ecologia em um nível primário de desenvolvimento.

Sachs (2002) contou com o apoio de Maurice Strong para a sua proposta, como um estilo do desenvolvimento possível. Para ele, cada ecorregião deve procurar soluções específicas para os seus problemas particulares, de forma que, além dos dados ecológicos, também os culturais possam ser levados em conta na satisfação das necessidades imediatas da população interessada.

No entanto, Bezerra e Fernandes (2000) destacam que o conceito de desenvolvimento sustentável foi cunhado oficialmente pela Comissão Brundtland, e começou a ser divulgado pelo “Relatório Nosso Futuro Comum”, a partir do ano de 1987. Essa informação é confirmada por Fiorillo (2007), que também destaca que o termo “desenvolvimento sustentável” foi repetido nas demais conferências sobre o meio ambiente, em especial na ECO-92 ou Rio 92, a qual empregou o termo em onze de seus vinte e sete princípios.

Esse conceito parte da premissa de que é possível desenvolver sem destruir o meio ambiente e propõe que todos os países se unam para evitar a catástrofe global. Em outras palavras, trata-se de um desenvolvimento que não esgota os recursos naturais para o futuro e que tem a capacidade de atender as necessidades da geração atual, sem, contudo, comprometer as necessidades das gerações vindouras.

A União Mundial para a Conservação (IUCN) apud Ribeiro (2003, p.258), conceitua o desenvolvimento sustentável como:

Um processo que permite o desenvolvimento sem degradar ou esgotar os recursos que o torna possível. Para tal, gerem-se os recursos de modo que a estes possam se regenerar ao mesmo ritmo em que são utilizados, ou passando a utilizar, em vez de um recurso que se regenera lentamente, um recurso que se regenere mais rapidamente. Desta forma, os recursos podem servir às gerações presentes e futuras.

Assim, segundo Ribeiro (2003, p.259), destaca-se três pontos básicos do desenvolvimento sustentável:

A sustentabilidade do ambiente assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, bem como a diversidade e recursos biológicos.

A sustentabilidade social e cultural assegura que o desenvolvimento aumenta o controle das pessoas sobre as suas vidas, é compatível com a cultura e os valores

morais do povo por ele afetado e que mantém e fortalece a identidade da comunidade.

A sustentabilidade econômica assegura que o desenvolvimento é economicamente eficaz e que os recursos são geridos de modo que possam suportar as gerações futuras.

Em 1992, a “*United Nations Conference on Environment and Development*”, ou, traduzida para o português como “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” (CNUMAD), mais conhecida como ECO 92 ou Rio 92, adotou, na Declaração do Rio e na Agenda 21², o desenvolvimento sustentável como meta a ser buscada e respeitada por todos os países. O Princípio 4 da Declaração do Rio estabelece que para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste (MILARÉ, 2007).

No entanto, na realidade, comprova-se que:

[...] é falso, o dilema ou desenvolvimento ou meio ambiente, na medida em que, sendo uma fonte de recursos para o outro, devem harmonizar-se e complementar-se. Compatibilizar meio ambiente e desenvolvimento significa considerar os problemas ambientais dentro de um processo contínuo de planejamento, atendendo-se adequadamente às exigências de ambos e observando-se as suas inter-relações particulares a cada contexto sociocultural, político, econômico e ecológico, dentro de uma dimensão de tempo e espaço (MILARÉ, 2007, p.42):

Bezerra e Fernandes (2000) ainda destacam que há, em todo o documento da Agenda 21, uma crítica ao atual modelo de desenvolvimento econômico, considerado socialmente injusto e perdulário do ponto de vista ambiental. Em contraponto a este modelo iníquo e predador, é proposta a alternativa da nova sociedade, justa e ecologicamente responsável, produtora e produto do desenvolvimento sustentável. A via política para a mudança é a democracia participativa com foco na ação local e na gestão compartilhada dos recursos.

É importante ainda salientar que foi também a partir do “Relatório Nosso futuro Comum” que se firmou, no cenário político, a idéia de que é necessário um esforço comum e planetário para se corrigir os rumos do modelo de desenvolvimento econômico, levando os vários países signatários da Agenda 21, a iniciarem seus programas de sustentabilidade.

Sobre a Agenda 21, Pereira e Nelson (2004, p.36) assim se posicionam:

Agenda 21 é um plano de ação adotado pelos governos que participaram na Eco-92. Os quarenta capítulos do documento abordam assuntos econômicos, sociais, de

² Documento que reúne o conjunto mais amplo de premissas e de recomendações sobre como as nações devem agir para alterar seu vetor de desenvolvimento em favor de modelos sustentáveis.

conservação e manejo de recursos naturais e sua implementação. O amplo conceito da Agenda 21 deve ser adaptado e modificado para a realidade de cada região e instituição, em nível federal, estadual, regional e municipal.

No que se refere ao ecoturismo, objeto de estudo dessa dissertação, a Agenda 21 o contempla como viajar com responsabilidade para áreas naturais, conservando o meio ambiente e promovendo o bem estar da população local. Segundo Pereira e Nelson (2004), em 1997 a Organização Mundial do Turismo (OMT) criou a Agenda 21, específica e direcionada aos setores públicos e privados da indústria turística. O intuito é que este documento sirva de base e estimule entidades envolvidas em turismo para a adoção de práticas sustentáveis. Este desafio visa, em longo prazo, abranger o desenvolvimento sustentável.

Recentemente, foi realizada a Conferência das Partes COP-15 pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Copenhague, na Dinamarca, no período de 7 a 18 de dezembro de 2009. Embora a UNFCCC se reúna anualmente, há uma década e meia, com o propósito de encontrar soluções para as mudanças climáticas, no ano de 2009 a Conferência das Partes teve importância especial; afinal, a Convenção trabalhou com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Isso significa que, os países industrializados, que começaram a emitir mais cedo e lançam uma quantidade maior de CO₂ e outros gases de efeito estufa na atmosfera, em função de seu modelo de crescimento econômico, devem arcar com uma parcela maior na conta do corte de carbono.

Os países em desenvolvimento, por sua vez, se comprometem a reduzir o aumento de suas emissões, optando por um modelo econômico mais verde. É isso o que fará com que Brasil, Índia e China, por exemplo, possam se desenvolver sem impactar o clima, diferentemente do que fizeram os países ricos. Para se manter o mínimo controle sobre as consequências do aquecimento global, a concentração global de carbono precisa ser estabilizada até 2017, quando deve começar a cair, chegando a ser 80% menor do que em 1990 (PRADO e NUNES, 2010).

Os enormes desequilíbrios gerados pelo modelo vigente de crescimento econômico, onde prevalece, de um lado e nas mãos de poucos, a riqueza e a fartura; e, de outro e nas mãos de muitos, a miséria, a degradação ambiental e a poluição, contribuíram para a emergência do paradigma do desenvolvimento sustentável, que busca conciliar o progresso econômico com a preservação ambiental.

Na visão de Barbieri (2000), a sustentabilidade, ou seja, a qualidade daquilo que é sustentável, incorpora o significado de manutenção e conservação dos recursos naturais. Já o desenvolvimento sustentável tem uma missão permanente, de uma geração para outra, de

provimento de suas necessidades. No entanto, isso exige avanços científicos e tecnológicos que ampliem permanentemente a capacidade de utilizar, recuperar e conservar esses recursos, bem como novos conceitos de necessidades humanas para aliviar as pressões da sociedade sobre eles.

Aos poucos, as noções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável vêm se firmando como elementos do novo paradigma do desenvolvimento econômico, e os países vêm gradualmente assumindo o compromisso e o desafio de concretizar essas noções em suas políticas públicas.

De acordo com Nalini (2001), a sustentabilidade importa em transformação social, sendo conceito integrador e unificante. Propõe a celebração da unidade ser-humano e natureza, na origem e no destino comum, e significa um novo paradigma. Não há necessidade de se renunciar ao progresso, para a preservação do patrimônio ambiental.

Atualmente, a problemática ambiental é considerada como urgente e de extrema relevância para a sociedade, afinal, o futuro dos seres vivos, inclusive da espécie humana, depende da relação que se estabelece entre a natureza e a utilização dos recursos naturais pelo homem.

No Brasil, o paradigma do desenvolvimento sustentável encontra-se esculpido no *caput* do art. 225, da Constituição Federal de 1988³, no qual se preceitua que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Por isso, delimita-se o princípio do desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações.

2.2 TURISMO

Por conveniência didática, é importante tecer, inicialmente, algumas considerações preliminares acerca do turismo – estudo imprescindível para a compreensão do ecoturismo. Posteriormente se abordará sobre o desenvolvimento turístico sustentável.

Ao longo da evolução histórica da humanidade, pode-se analisar o turismo sob os mais variados ângulos. Dentre outros conceitos destaca-se a atividade relacionada ao lazer, à troca de experiência e informações entre as pessoas e o contexto empresarial. Trata-se ainda desde

³ BRASIL. Constituição Federal. In: RCN Editora. **Vade Mecum Jurídico**. Leme/SP: RCN Editora, 2005, p.587.

um simples contato social entre duas ou mais culturas até assinaturas de contratos de negócios em que haja um deslocamento entre dois pontos distintos.

Para De La Torre (1992, p.19), o turismo:

[...] é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada.

Assim, o autor apresenta que o turismo é a opção de lazer preferida entre a população, e que muitas pessoas utilizam-se dele para fugir dos problemas cotidianos, conhecendo novos lugares e se divertindo ao vivenciar muitas situações novas. Portanto, trata-se da possibilidade de expansão do ser humano, através do conhecimento de novas culturas.

Segundo Ignarra (2001, p.25), o turismo é “[...] o deslocamento de pessoas do seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante”.

De uma forma simples e resumida, ao abordarem o turismo, Dias e Aguiar (2002, p.22), assim o definem: “o turismo é a teoria e a prática de viajar por prazer”.

O turismo é uma atividade humana internacional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro como fora de um país. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região ou país, visando à satisfação de outras necessidades que não a de atividade remunerada (Trigo apud RIBEIRO, 2003, p.259).

Segundo Barreto (2003, p.43):

O turismo é essencialmente o movimento de pessoas e atendimento a suas necessidades, assim como às necessidades das outras pessoas, que não viajam. O turismo é o fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação.

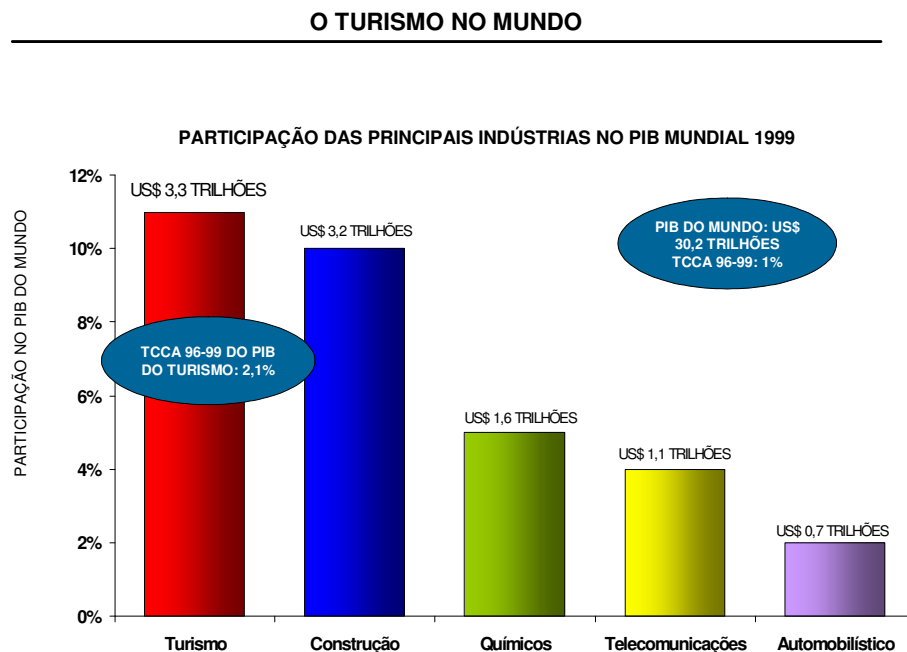
Neste caso, a autora afirma que o turismo é uma atividade que promove a interação entre as pessoas através dos serviços utilizados, tais como transporte, hotéis, restaurantes e áreas de recreação. Essas conceituações, na realidade, são muito limitadas para o fator resultante que o turismo proporciona.

Diante da magnitude que o turismo assumiu, pode-se destacar o conceito de Beltrão (2001, p.17), ao afirmar que o mesmo trata-se de “um conjunto de todas as atividades sociais, culturais, políticas, econômicas e naturais que envolvem pessoas se deslocando pelos mais

diversos lugares em busca de outros destinos desconhecidos ou não, com uma permanência temporária”. Sob uma perspectiva do sistema econômico, o turismo serve-se igualmente dos três setores: primário, secundário e terciário. Do primário, para a alimentação; do secundário, para a construção; e do terciário, para todos os serviços de atendimento ao turismo.

Segundo Barreto (2003), o turismo é essencialmente movimento de pessoas e atendimento de suas necessidades, assim como das necessidades de outras pessoas, que não viajam. O turismo é o fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação.

Na realidade, na atividade turística há que se reconhecer que nada lhe é próprio e exclusivo, pois o turismo abarca amplas parcelas de outros setores econômicos e utiliza técnicas criadas com fins mais gerais. No turismo existem ainda conceitos estruturais, nos quais ele não passa de um produto composto ou uma combinação de bens e serviços, cuja funcionalidade depende de conhecimentos operacionais e de dedicações para atendimento dos requisitos da oferta e das exigências da demanda (ANDRADE, 2004).



Fonte: Cluster de Turismo no Estado do Amazonas. Estudo realizado pelo Monitor Company Group LP, com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura, Turismo e Desporto - SEC e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC, 2001.

Figura 1 - O Turismo no Mundo - Participação das Principais Indústrias no PIB Mundial 1999.

Estudos de Hanan e Batalha (1999) comprovam que as atividades econômicas geradas pelo turismo vêm ultrapassando o desempenho das áreas eletrônica, energética e até mesmo agrícola, movimentando cerca de 3,5 trilhões de dólares anualmente no mundo.

O turismo é na atualidade a atividade que apresenta os mais elevados índices de crescimento no panorama econômico mundial, “movimentando cerca de U\$ 3,5 trilhões anualmente, sendo que, na última década, expandiu suas atividades em 57%. Dentre seus segmentos, o ecoturismo é o que apresentou maior crescimento” (EMAMTUR apud RIBEIRO, 2003, p.259-260).

Não restam dúvidas de que o fenômeno da globalização facilitou a comunicação e aumentou o intercâmbio de idéias e pessoas por todo o mundo, considerado hoje uma grande aldeia global, despertando a curiosidade dos turistas e motivando-os a estarem sempre em busca de lugares e de culturas diferentes do seu local de origem (MOLETTA, 2001).

Desenvolvendo-se por todas as partes do mundo, a atividade turística está sempre em crescimento no mercado. De acordo com Dias e Aguiar (2002, p.13), “[...] o turismo é considerado, hoje, a principal atividade econômica, a maior indústria existente, superando setores tradicionais como a indústria automobilística, a eletrônica e a petrolífera [...]”.

Tomando-se como base os dados desses autores, o setor turístico está aos poucos superando todos os outros setores tradicionais e constitui-se em uma das principais atividades econômicas do mundo. Novamente, volta-se à questão da qualidade e deduz-se que esses resultados se dão em decorrência dos produtos e serviços de qualidade oferecidos à demanda turística do local visitado, contribuindo, dessa forma, para o crescimento do setor no mercado.

Para Lickorish e Jenkins (2000), o turismo é reconhecidamente uma atividade econômica de importância global. Como a atividade tornou-se cada vez mais importante, o turismo ganhou a atenção dos governos, das organizações, tanto do setor público como do privado e dos meios acadêmicos.

Ao longo dos anos, o turismo vem se destacando como um dos setores socioeconômicos mais significativos. Trata-se de uma atividade dinâmica, que inclui desde viagens de negócios até as tradicionais viagens de férias, bem como inúmeros motivos, tais como visita a amigos e familiares, religião, saúde, eventos esportivos, conferências e exposições. Diante desse contexto, a indústria turística assumiu grande importância para a geração de trabalho e renda.

O turismo é uma atividade que ultrapassa os setores convencionais da economia. Ele requer dados de natureza econômica, social, cultural e ambiental. Nesse sentido, é freqüentemente descrito como uma atividade multifacetada. O problema em descrever o turismo como uma “indústria” é que ele não possui a função da produção formal denotada pelo termo, e também não produz resultados que possam ser fisicamente medidos, como no caso da agricultura (toneladas de trigo) ou de bebidas (litros de uísque). Não existe uma estrutura comum que represente esta indústria em todos os países (LICKORISH e JENKINS, 2000, p.9).

Na realidade, são problemas de definição da produção formal, ou seja, a oferta de um produto concreto e também dos resultados que não podem ser fisicamente medidos, que fazem com que diversos autores utilizem o termo “setor de turismo”, e não “indústria do turismo”. No entanto, apesar do problema da definição acerca dos termos “setor” ou “indústria”, não se pode negar que a atividade turística possibilita à localidade receptora o aquecimento da economia no que se refere à geração de empregos, renda e impostos.

Segundo Lickorish e Jenkins (2000), apesar de alguns autores não considerarem o turismo como uma indústria, é importante salientar que, de fato, o turismo é uma grande indústria de produtos e serviços.

Os diversos tipos de turismo existem por causa da diversidade de modos de educação, da desigualdade de níveis pessoais e do próprio poder aquisitivo, além da diversidade etária, das oportunidades e das necessidades atendíveis (SOUZA et al., 2003).

Na visão de Beni (2000), a segmentação de mercado é importante para o crescimento e a promoção do turismo de forma efetiva e com qualidade, pois consegue identificar clientes com comportamentos homogêneos quanto a gostos e preferências. Além disso, possibilita o conhecimento dos principais destinos geográficos, dos tipos de transporte, da composição demográfica dos turistas e da sua situação social e estilo de vida.

Segundo Silva et al. (2009, p. 359):

A criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003, assinalou uma mudança de visão do Governo Federal com relação ao setor, terceiro maior gerador de divisas do mundo, conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT), ao reconhecê-lo como um dos indutores do desenvolvimento do país com potencial de contemplar crescimento econômico com distribuição de renda e redução das desigualdades sociais e regionais. Com base nesta definição política, o Ministério do Turismo implementa a segunda edição do Plano Nacional do Turismo (PNT) - Uma Viagem de Inclusão, 2007- 2010, que consiste em um instrumento de planejamento e gestão, elaborado de forma participativa, com o objetivo comum de transformar a atividade em um importante mecanismo de desenvolvimento econômico.

Neste sentido, Silva et al. (2009, p. 359-360) continuam destacando que:

[...] o PNT configura-se como a política pública de turismo do Brasil, que em consonância com fatores econômicos, de responsabilidade da iniciativa privada, consiste em desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, considerando explicitamente nossas diversidades regionais, culturais e naturais; promover o turismo como fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e fomentar a competitividade do produto turístico nos mercados nacional e internacional.

O Ministério do Turismo assim se posiciona:

[...] o modelo de desenvolvimento proposto pelo governo contempla e harmoniza a força e o crescimento do mercado com a distribuição de renda e a redução das desigualdades, integrando soluções nos campos econômicos, social, político, cultural e ambiental. [...] o turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁴, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento (BRASIL, 2007, p.15).

No âmbito do Plano do Plano Nacional do Turismo:

[...] foram formuladas ações de fomento ao setor a partir da seleção de 65 destinos indutores prioritários e da execução de projetos de melhoria de acessos a destinos, de estruturação do desenvolvimento regional do turismo, de certificação de atividades no setor e de apoio à qualificação e à capacitação de produtos e de serviços. O turismo é uma atividade capaz de atrair divisas, gerar emprego e melhorar o nível de vida das comunidades. Com base nas informações Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral Emprego e Desemprego (CAGED) do Ministério do Trabalho, de acordo com a metodologia de cálculo adotada pelo MTur, entre 2004 e 2008 foram criados cerca de 1,5 milhão de novos empregos e ocupações nas Atividades Características do Turismo, conforme definido pela OMT (SILVA et al., 2009, p. 360).

Ações como o fortalecimento e o fomento dos destinos turísticos do país, por meio principalmente do Programa de Regionalização, do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e de ações de infraestrutura, da promoção e *marketing*, com destaque à promoção internacional do país pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), da qualificação profissional, entre outras iniciativas do poder público Federal, Estadual e Municipal, contribuíram para a obtenção dos resultados alcançados em termos de geração de postos de trabalho no setor formal e informal (SILVA et al., 2009).

No entanto, Silva et al. (2009, p. 360-361) chamam a atenção de que:

Neste cenário positivo, identifica-se que, em muitos territórios, ocorrem grandes vazamentos de renda⁵, precariedade de parte dos empregos gerados, baixos salários e alta instabilidade/sazonalidade e exclusão da população local do processo de desenvolvimento turístico. Minimizar e/ou reverter os fatores negativos impõe-se

⁴ Segundo o IPEA (2005), os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são originados na Declaração do Milênio das Nações Unidas. Os ODM são: 1) erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) atingir o ensino primário universal; 3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade na infância; 5) melhorar a saúde materna; 6) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental e 8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Para cada um dos oito ODM podem estar associadas as medidas de direitos humanos.

⁵ Os vazamentos de renda no turismo (*financial leakages*) ocorrem quando as receitas advindas de atividades econômicas relacionadas ao setor dos países-destino não se tornam disponíveis para (re)-investimento ou para o consumo de bens e serviços nesses mesmos países (SILVA et al., 2009).

como um desafio que requer um diagnóstico e a formulação de ações alternativas e focalizadas no território ou no segmento em que esta situação ocorre com maior incidência.

Desse modo, Silva et al. (2009, p. 361) ressaltam que:

[...] propõe-se a utilização, de forma sinérgica, das potencialidades do atrativo para a melhoria dos resultados econômicos e da qualidade de vida local, com a valorização da cultura e a preservação do meio ambiente, evitando que o crescimento do turismo provoque uma concentração desordenada do capital produtivo e social, promovendo o acesso a bens e a serviços públicos bem como a integração com outros setores.

Portanto, para enfrentar o desafio de promover o desenvolvimento local por meio da execução de ações com foco na comunidade e seu território, bem como nos seus potenciais endógenos relacionados com a cadeia produtiva do turismo, deve-se formular e implementar projetos que valorizem as identidades culturais, bem como o incremento do capital social para a promoção do desenvolvimento sustentável, concentrando suas ações em áreas de menor dinamismo econômico e reconhecido potencial turístico, promovendo, dessa forma, o desenvolvimento turístico sustentável, objeto de estudo do próximo item.

2.3 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento turístico deverá fundamentar-se sobre critérios de sustentabilidade; ou seja, preservar o ecossistema em longo prazo, tornar-se viável economicamente e ser equitativo do ponto de vista ético e social para as comunidades locais.

Na visão de Dias (2008), o turismo coloca-se hoje como um poderoso instrumento de desenvolvimento, e como tal pode e deve participar ativamente de qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável.

A aplicação dos princípios da sustentabilidade ao turismo integra-se à dicotomia existente entre sua ampla difusão e as limitações dos progressos alcançados. A notável repercussão desses princípios no campo do turismo tem possibilitado que o paradigma da sustentabilidade aglutine o debate em torno das implicações do turismo para o desenvolvimento e seus efeitos ambientais, socioculturais e econômicos (DIAS, 2008, p.66).

A evolução das relações entre o turismo e o meio ambiente tem um reflexo fiel nas diversas declarações e documentos patrocinados por organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial de Turismo (OMT) e o *World Travel and Tourism Council* (WTTC) ou Conselho Mundial de Viagens e Turismo.

Como bem esclarece Dias (2008), nesses documentos observa-se uma paulatina transição do predomínio dos aspectos socioculturais e econômicos ao paradigma onipresente da sustentabilidade. É importante lembrar que a dependência do turismo em relação aos recursos naturais aparece nos primeiros textos, e, gradativamente, vai acentuando-se a constatação da importância dos seus impactos ambientais negativos e os riscos de que tais impactos se agravem com o previsível incremento da atividade turística.

É importante esclarecer que os documentos e declarações internacionais constituem iniciativas que contribuem decisivamente para dotar o conceito de turismo sustentável da precisão necessária para que seja efetivamente operacional.

De acordo com Dias (2008), busca-se adaptar a atividade turística à definição originada da Comissão Brundtland e da Agenda 21, resultante da Cúpula do Rio, e dotá-la de conteúdos mais precisos. Dada a importância desses princípios, por oferecerem suporte à maioria das ações e a várias iniciativas a serem implementadas na indústria do turismo, em termos operacionais; na Inglaterra, uma Força-Tarefa de Turismo e Meio Ambiente (*Tourism and Environment Task Force*) identificou e relacionou aqueles considerados mais importantes.

Segundo Youell (2002, p.240), os princípios do turismo sustentável identificados pelo grupo são os seguintes:

- o meio ambiente tem um valor intrínseco que é mais importante que seu valor como ativo turístico. O usufruto do meio ambiente por gerações futuras e sua sobrevivência em longo prazo não podem ser prejudicados por deliberações de curto prazo;
- o turismo deve ser reconhecido como uma atividade positiva com potencial para beneficiar a comunidade e a própria atração e seus visitantes;
- o relacionamento entre turismo e meio ambiente deve ser gerenciado de forma que o meio ambiente seja sustentável em longo prazo. Não se pode permitir que o turismo desperdice recursos, impeça que esses recursos sejam desfrutados no futuro ou gere impactos inaceitáveis;
- as atividades e os avanços turísticos devem respeitar o tamanho, natureza e a personalidade do lugar do qual estão fazendo parte;
- seja qual for o lugar, é necessário buscar harmonia entre as necessidades dos visitantes, do lugar e da comunidade local;
- em um mundo dinâmico, algumas mudanças são inevitáveis e a mudança em geral pode ser benéfica. A adaptação à mudança, entretanto, não deve sacrificar nenhum desses princípios;
- a indústria do turismo, os órgãos locais e as organizações ambientais, todos, têm o dever de respeitar esses princípios e de trabalhar em conjunto para que eles se tornem efetivos.

A OMT (1993, p.22), tomando-se como base o informe Brundtland, define o desenvolvimento turístico sustentável:

[...] como aquele que atende as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer-se as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida.

Como se pode perceber nessa declaração, a OMT amplia o conceito do desenvolvimento turístico sustentável aos princípios de conservação dos recursos naturais, históricos e culturais, à necessidade de adequado planejamento e gestão da atividade, à satisfação da demanda e à ampla distribuição dos benefícios do turismo para toda a sociedade.

No mesmo documento a OMT (1993, p. 22) considera a necessidade de uma ampla participação ao afirmar que:

[...] o turismo sustentável não pode funcionar unicamente à base de imposições da administração pública; é preciso, também, que o setor turístico privado aceite esse conceito e coopere em sua execução, assim como as comunidades locais e os turistas que devem prestar sua colaboração ao processo.

Segundo um documento da Organização dos Estados Americanos (OEA) publicado em 1997, apud Dias (2008, p.68):

[...] os elementos chaves da sustentabilidade do turismo são, entre outros, a satisfação das necessidades dos visitantes e das comunidades que os recebem e a proteção e o melhoramento do atrativo turístico para o futuro por ser parte de um recurso econômico nacional. A relação entre os turistas, as comunidades anfitriãs, os atrativos e o meio ambiente compreende um conjunto complexo de elementos interativos. Cada um deve manter sua própria continuidade em simbiose com os demais mediante o desenvolvimento de uma relação mutuamente benéfica e positiva.

O que se pode perceber é que, tanto nas definições como nas declarações e documentos mencionados, observa-se, implícita ou explicitamente, que a interdependência entre crescimento econômico e conservação ambiental, e a necessidade de uma distribuição equitativa dos benefícios de desenvolvimento, configuram-se da mesma forma como eixos fundamentais do desenvolvimento turístico sustentável.

Conforme Dias (2008), os eixos que representam os objetivos fundamentais do desenvolvimento sustentável, tais como o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a equidade social, devem ser conciliados de modo a permanecerem em equilíbrio estável para que se obtenha o máximo de benefícios possíveis e se atenda ao interesse das gerações atuais e futuras.

Reconhecidos os eixos básicos do desenvolvimento turístico sustentável, é importante esclarecer que a sustentabilidade não pode identificar-se com um estado ideal, praticamente utópico. Deve conceber-se como um processo de mudança qualitativo de acordo com os postulados da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Nosso futuro comum (1991) –, que oriente o desenvolvimento turístico até objetivos alcançáveis.

Nesse contexto, se identifica o desenvolvimento sustentável com um processo de mudança qualitativo, produto da vontade política que se expressa mediante o planejamento e a gestão, com a participação imprescindível da população local; pois, dessa forma, se obterá um desenvolvimento turístico baseado no equilíbrio entre a preservação do patrimônio natural e cultural, a viabilidade econômica do turismo e a equidade social do desenvolvimento.

De acordo com Dias (2008), é importante ressaltar que a concepção de desenvolvimento turístico sustentável não considera o turismo de massas como uma realidade irreconciliável com o turismo sustentável. Para este autor, os princípios de sustentabilidade devem ser o objetivo principal de qualquer espaço ou produto turístico, em qualquer de seus estágios evolutivos; e não se restringir às manifestações supostamente alternativas, como o ecoturismo e o turismo rural.

Na realidade, tem-se consciência de que os princípios de sustentabilidade são mais necessários exatamente em espaços turísticos consolidados, com maiores níveis de pressão ambiental, onde a estabilidade socioeconômica em grande medida dependerá da evolução positiva, equilibrada e, portanto, sustentável, da atividade turística.

No que se refere à compreensão do interesse potencial dos visitantes pelo turismo sustentado, Murphy (2001, p. 201) destaca que não se pode confundir o turista consciente da sustentabilidade, com um turista ecológico ou um turismo realizado em ambiente natural, assim se posicionando:

[...] um caráter elitista e restringe o apoio a um segmento pequeno do mercado. Ignora o fato de que a exploração de ecossistemas envolve os habitats humanos bem como os naturais. Para que o turismo sustentado tenha o grau de apoio do consumidor de que necessita, é preciso expandir seu apelo e relevância além dos ecoturistas. Crescem as evidências de que o turista de massa, tão freqüentemente menosprezado, está demonstrando um interesse cada vez maior pelo meio ambiente local e pelos costumes socioculturais de seus destinos.

Por outro lado, esclarece Dias (2008), deve-se destacar que a participação social deve estar relacionada ao atendimento do estabelecimento de um ponto de equilíbrio entre a preservação do patrimônio natural e cultural, a viabilidade econômica do turismo, bem como a equidade social do processo em sua totalidade. Em outras palavras, não deve ser levada em

consideração a possibilidade de uma participação que se oriente por apenas um dos eixos do desenvolvimento turístico sustentável, pois, assim, os grupos sociais com orientação ecológica não poderão maximizar o eixo da preservação do patrimônio natural em detrimento dos outros; e o mercado, por sua vez, deve abrir mão de algum ganho econômico-financeiro para manter o equilíbrio da sustentabilidade, e as reivindicações dos movimentos sociais não deverão ser idealizadas, antes constituindo sua realidade presente e considerando as possibilidades futuras.

Como o desenvolvimento turístico é concebido como um processo de mudança torna-se evidente a necessidade de monitoramento permanente que permita seu acompanhamento e avaliação contínua para determinar sua eficiência. Como esse processo está inserido dentro de um sistema articulado em que se encontram os três eixos básicos do conceito de desenvolvimento sustentável que são: preservação do patrimônio natural e cultural, viabilidade econômica e equidade social, é possível seu acompanhamento periódico e constante, desde que se crie um sistema de informação que inclua algumas variáveis fundamentais relacionadas ao conceito de sustentabilidade, entre elas, principalmente, as ambientais e as socioeconômicas (DIAS, 2008, p.70).

Sabe-se que uma das formas de se facilitar o acompanhamento periódico e constante é a adoção de padrões que compatibilizem a atividade turística com a perspectiva da sustentabilidade. Nesse contexto, as certificações que recomendam e avalizam práticas sustentáveis no setor turístico são importantes instrumentos de monitoramento. A Certificação Brasileira do Turismo Sustentável⁶ é descrita a seguir.

O Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável - CBTS (2002, p.5) adota os seguintes princípios do Turismo Sustentável no Brasil:

- Respeito à legislação vigente: o turismo deve respeitar a legislação vigente em todos os níveis no país, as convenções Internacionais e os Princípios e Critérios do Turismo Sustentável;

- Direitos das populações locais: o turismo deve buscar mecanismos e ações que promovam a equidade socioeconômica, a defesa dos direitos humanos, de uso da terra e a qualidade ambiental;

⁶ Durante os dias 28 e 29 de junho de 2002, em São Paulo, realizou-se o III Workshop de Certificação do Turismo Sustentável, onde foi criado o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS). Esse processo acompanha a iniciativa internacional de criação do *Sustainable Tourism Stewardship Council* (STSC). O CBTS, entidade criada mediante parceria entre o WWF Brasil e a Fundação SOS Mata Atlântica, e com apoio de operadores e ambientalistas, tem o objetivo de criar e gerir um Programa de Certificação do Turismo Sustentável. A principal meta da certificação do turismo sustentável é a caracterização e a identificação de componentes da atividade turística ou de seus produtos que sejam ambientalmente adequados, economicamente viáveis e socialmente justos (DIAS, 2008).

- Considerar o patrimônio e o valor das culturas locais: o turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões receptoras e ser planejado, implementado e gerenciado em harmonia às suas tradições e valores culturais;

- Desenvolvimento econômico e social dos destinos turísticos: o turismo deve contribuir para a geração de emprego e renda, fomentando e qualificando a capacidade local para o desenvolvimento de empreendimentos turísticos;

- Conservação do ambiente natural: o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos físicos e biológicos, considerando o contexto cultural e socioeconômico existente;

- Sustentabilidade da atividade: a viabilidade econômica do turismo deve considerar os custos sociais e ambientais;

- Planejamento e gestão responsável: o turismo deve ser implementado com base em um processo planejado que demonstre o compromisso permanente com os princípios do turismo sustentável.

Após uma breve exposição do meio ambiente, do paradigma do desenvolvimento sustentável, bem como da atividade do turismo, pode-se abordar as raízes históricas e a definição de ecoturismo.

2.4 ECOTURISMO

Dentre os diversos tipos⁷ de turismo existentes, o ecoturismo é um dos que mais se enquadra dentro das possibilidades dos municípios do interior do Estado do Amazonas.

Como bem observa Beltrão (2001), durante a história da humanidade o homem sempre agiu como se fosse inatingível, o mais perfeito de todos os seres. No entanto, após duras batalhas, a raça humana vem tentando reverter a sua imagem de maior predadora do seu próprio meio ambiente, procurando reeducar a sua convivência com a natureza.

De acordo com Hanan e Batalha (1999), o conceito de ecoturismo, ou turismo ecológico, como alguns autores preferem, surgiu inicialmente na Europa e América do Norte, motivado pelo interesse das pessoas pela observação da natureza. Com o tempo, e utilizando os benefícios do turismo convencional, tornou-se uma estratégia de mobilização da disponibilidade do lazer das pessoas. Permitindo aprofundar conhecimentos e aprimorando a

⁷ Turismo cultural, religioso, social, rural, turismo de eventos, de negócios, de saúde, da terceira idade, dentre outros.

sensibilidade na defesa da vida selvagem e dos recursos naturais, ele é um importante instrumento de conservação ambiental.

Ferretti (2002) complementa essas informações ao destacar que as raízes do ecoturismo estão nas características da natureza e o turismo ao ar livre. Já eram conhecidos ecoturistas no século XIX, pessoas com interesse nas peculiaridades da natureza, quer seja nos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite, nos Estados Unidos, quer seja os aventureiros com a finalidade de subir o Himalaia. Eram pessoas que tinham fascínio pela natureza.

Oliveira (2001, p.90) comenta que o termo “ecoturismo” foi criado por Ceballos Lascurain, que o definiu como sendo o ato de “viajar para uma região relativamente selvagem com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar da paisagem, plantas e animais, assim como das manifestações culturais existentes”.

Ribeiro (2003, p.260) corrobora com essa informação ao destacar que um dos primeiros a utilizar e definir a atividade ecoturística foi Ceballos Lascurain, na década de 80, conceituando turismo ecológico como “a realização de viagens para áreas naturais não perturbadas ou contaminadas, com objetivo de admirar, gozar e estudar a paisagem, sua flora e fauna assim como as culturas passadas e presentes em tais áreas”.

Assim, o autor comenta que a principal motivação para uma viagem ecoturística é o desejo de ver os ecossistemas em seu estado natural, selvagem, bem como a população nativa. O ecoturismo também se relaciona com o desejo de ver os ecossistemas preservados e proporcionar à população local uma vida melhor em decorrência do turismo.

Ainda no que se refere às origens históricas do ecoturismo, Beltrão (2001) destaca que o movimento ecologista surgiu na metade da década de 60, no século XX, em razão dos conflitos sociais existentes em vários países com a supervalorização da indústria. Essa indústria enaltecida pelo imediatismo financeiro, responsável por milhares de empregos, transformando a natureza no alicerce do seu desenvolvimento, começou a perder espaço no momento em que o homem se sentiu prejudicado em relação ao meio ambiente.

Já na década de 90, diversos conceitos surgiram sobre o ecoturismo. Dentre os conceitos existentes, destacam-se os preconizados nas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, que o definiu como:

Turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica (EMBRATUR, 1991 apud RIBEIRO, 2003, p.260).

Diante desse contexto, a humanidade começou a observar a importância da vida em harmonia com a natureza, pois dela dependia a sua própria evolução. Atualmente, o ser humano está assumindo a responsabilidade pelos efeitos causados ao meio ambiente, querendo reverter o quadro negativo em que se encontra.

Oliveira (2001) também destaca que o turismo é uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo. Dentro do turismo, o ecoturismo tem possivelmente crescido ainda mais rápido.

No entanto, o ecoturismo por si só não significa atividade sem impactos ambientais negativos, pois, assim como os outros tipos de turistas, os ecoturistas necessitam de condições similares de infra-estrutura, tais como hotéis, transporte e serviços de telecomunicações. Portanto, o desenvolvimento do ecoturismo tem que ser feito de forma planejada, buscando mitigar ao máximo o impacto ao meio ambiente, além de proporcionar a geração de recursos.

Na visão de Lindberg e Hawkins (1999), o ecoturismo é mais que uma pequena elite de amantes da natureza, pois são, na verdade, interesses comuns que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica, cultural e social. Nos últimos anos, os riscos de um fluxo elevado de visitantes às áreas naturais tornaram-se grande preocupação, e os conservacionistas têm trabalhado muito com o objetivo de aliar o turismo à preservação da natureza.

Não restam dúvidas de que atualmente a atividade turística é uma grande fonte econômica. No lucro gerado pelos turistas poderá estar a fonte financiadora de ações que visam a preservação dos recursos naturais, o seu uso racional, e que são a base do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Lindberg e Hawkins (1999), o ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local.

Já para Wearing e Neil (2001), o termo ecoturismo abrange amplo número de elementos, dentre os quais se destacam: uma forma de turismo alternativo que se contrapõe ao turismo de massa; uma particular orientação filosófica voltada para a natureza; turistas caracterizados por motivações específicas; práticas turísticas; um produto turístico; níveis de tecnologia; soluções de planejamento; uma abordagem relativa à política local, nacional e internacional e uma estratégia para o desenvolvimento sustentável.

Na visão de Herrán (2001), o ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o Patrimônio Cultural e Natural, incentivando sua conservação, na busca da formação de uma consciência ambientalista, interpretando o ambiente e promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Já para Beltrão (2001), o ecoturismo consiste em desenvolver atividades voltadas ao esclarecimento da importância de preservar e criar alternativas econômicas sem destruir a natureza. Dentro da realidade turística atual é possível verificar os efeitos positivos que o *marketing* pode causar colocando em prática as ações de conscientização da preservação do meio ambiente.

De acordo com Ferretti (2002), o termo ecoturismo caracteriza um grau de responsabilidade, tanto nos elementos naturais do ambiente, como na estrutura social da área envolvida.

E foi tomando-se como base os fatores preservacionistas que surgiu o turismo como uma indústria não poluente que pode gerar milhares de empregos e ao mesmo tempo contribuir para conscientizar as pessoas da necessidade da preservação ambiental. Estudos revelam que a cada ano o ecoturismo vem ganhando novos adeptos e reforçando a tese de que a pessoa humana deve estar ao lado da natureza para realizar grandes feitos em benefício da vida.

Na visão de Hanan e Batalha (1999), o ecoturismo deve ser um método de comunicação para diminuir os impactos culturais entre as diversas comunidades dos seres humanos, tendo como princípios: gerar ingressos econômicos que motivem a comunidade local e os turistas na consciência da importância de preservar e conservar os recursos naturais autóctones; ser realizado em áreas previamente estudadas e destinadas a esse uso, como parques nacionais, áreas de proteção ambiental e regiões de beleza cênica, onde seja possível promover o desenvolvimento do contato entre ser-humano e natureza; conscientizar as pessoas a respeito da conservação sustentável dos recursos naturais e proporcionar informações a respeito da natureza e da cultura das comunidades locais.

Segundo Ribeiro (2003, p.261), os conceitos e definições acerca do ecoturismo:

[...] além de manter a sintonia com o conceito de desenvolvimento sustentável, representam um esforço de política nacional. Assim, o ecoturismo baseia-se fundamentalmente em dois princípios: 1. A proteção dos recursos naturais das áreas visitadas não pode ser comprometida. 2. As populações vizinhas a estas devem ser envolvidas e beneficiadas pela atividade ecoturística.

Dessa forma, conceitua-se o ecoturismo como:

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (RIBEIRO, 2003, p.261).

E continua Ribeiro (2003, p.261), destacando que:

O crescente envolvimento da sociedade nas questões ambientais, pressionando governos e instituições para o estabelecimento de requisitos cada vez mais rígidos quanto ao impacto ambiental na implantação de empreendimentos. Estes fatos, aliados a uma crescente busca do homem por uma relação mais íntima e freqüente com a natureza, recomenda a não restrição do conceito de ecoturismo, de forma a acompanhar a dinâmica deste segmento.

Barros et al. (1994, p.19), por sua vez, esclarecem que:

A atividade de ecoturismo passa, atualmente, por uma transição de “produto turístico” para um conceito de viagem, sendo que os componentes da definição podem vir a ser integralmente absorvidos por outros segmentos ou atividades do turismo, que talvez hoje não sejam considerados ecoturísticos, mas cuja evolução deve ser incentivada.

Não restam dúvidas de que o ecoturismo é um importante aliado na formação da consciência ecológica, voltada para a preservação da biodiversidade e da paisagem cênica. Ele representa uma alternativa às atividades econômicas tradicionais, que se caracterizam por produzir impactos ambientais diversos. O desenvolvimento do ecoturismo agrega e é um parceiro privilegiado como fonte de captação de recursos para que a sociedade possa atender às suas necessidades básicas.

2.5 ECOTURISMO NA AMAZÔNIA

Segundo Ribeiro (2003), o ecoturismo é um segmento do turismo relativamente recente, cujas ações para o seu desenvolvimento na Amazônia começam a ganhar forças a partir de 1990, e todas as ações até então desenvolvidas apostaram na potencialidade da Amazônia para o ecoturismo como uma nova alternativa de investimentos na região. Entre os órgãos regionais, pode-se citar a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia S/A (BASA).

A SUDAM vem definindo políticas e programas ecoturísticos no âmbito dos planos de desenvolvimento para a Amazônia, bem como o Plano de desenvolvimento do Turismo da Amazônia (PTA). Dessa forma, passam a constar das propostas de diretrizes e prioridades para efeito da aplicação dos recursos orçamentários do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM). Com isto, passa-se a incentivar a implantação de empreendimentos hoteleiros, voltados para o ecoturismo, envolvendo alojamentos de selva, transportes terrestres e fluviais, e uma variada programação de lazer. Ainda sobre políticas e programas ecoturísticos no âmbito dos planos de desenvolvimento regional, Ribeiro (2003, p.262) esclarece que:

O BASA, no âmbito de suas ações voltadas para o desenvolvimento regional em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), em 1991. Neste período, foi criada através do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), uma linha de financiamento específica para apoiar as iniciativas empresariais de investimento no turismo ecológico. Desde sua criação o programa passou por sucessivos ajustes, adequando à realidade da Amazônia, hoje, sendo denominado de Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo Regional (PRODETUR). Entre outras iniciativas, destaca-se também a do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que através do Programa Amazônia Integrada (PAL) disponibilizou recursos para financiamento de equipamentos ecoturísticos na Amazônia desde junho de 1994.

Como bem se posiciona a EMBRATUR (1994), a ecologia, a economia e o turismo estão ficando cada vez mais integrados, municipal, regional, nacional e internacionalmente, em uma rede de causas e efeitos.

E, acerca dos benefícios do ecoturismo sustentável, Ribeiro (2003, p.262) destaca que:

O turismo aproveita a mão-de-obra local, gera empregos e fixa o homem no campo; cada emprego direto gerado representa uma pessoa a mais com rendimento para gastar na própria comunidade e empregos indiretos ligados aos serviços e produtos de apoio como venda de hospedagem, alimentação, combustíveis, artesanato, equipamentos, filmes e cursos. Com esta incrementação econômica, o governo arrecada mais impostos que serão revertidos ao cidadão na forma de educação, saúde e infra-estrutura (RIBEIRO, 2003, p.267).

Mas, para isto, as comunidades locais, como as que habitam a área ribeirinha de Parintins, devem adquirir consciência de que o turismo aumenta o nível de renda e a sua qualidade de vida, e partir dessa visão, passar a preservar os atrativos turísticos. Em se tratando de ecoturismo, preserva-se o meio ambiente, e, paralelamente ao desenvolvimento da economia, deve-se trabalhar a preservação consciente e a interação com o meio, respeitando sua fragilidade e utilidade. Na visão de Ribeiro (2003, p.268-269):

A atividade ecoturística deveria ser suficiente para preservar os nossos ecossistemas, porém falta informação e experiência aos empreendedores, guias e operadores ecoturísticos. Além disto, muitos recebem orientação de pessoas com pouco conhecimento de turismo e *marketing*. O desenvolvimento ecoturístico deve ser consciente, pois estão em risco as comunidades locais, a natureza e o ecoturista; e em escala ampliada, ameaçando o equilíbrio do planeta. A falta de informação e de orientação correta pode trazer conseqüências como o fracasso de um empreendimento voltado à preservação ambiental e o afastamento do ecoturista iniciante que ainda poderia colaborar muito para a preservação. [...] Deve-se ter em mente que a primeira intenção do turista é realizar uma viagem que o satisfaça. [...] A comunicação deve ter importância de destaque; através dela, motivamos o ecoturismo e a consciência pela preservação ambiental. Ela deve ser planejada a fim de aumentar a defesa de nosso planeta.

No Estado do Amazonas, especificamente, segundo Hanan e Batalha (1999), os benefícios do Ecoturismo podem ser ampliados ao complementar a geração de rendas e divisas provenientes da Zona Franca de Manaus. Desta forma, segundo esses autores, o fomento do ecoturismo nas ações de desenvolvimento da Amazônia refletirá as seguintes vantagens: promover a geração de emprego, renda e divisas para a região; promover a qualidade ambiental; favorecer a conscientização da sociedade relativamente às questões ambientais; propiciar geração de empregos em áreas mais pobres e remotas, que pode resultar na fixação da população no interior e na melhoria da infraestrutura urbana; incentivar a exportação de serviços e produtos da Zona Franca de Manaus, não sujeita às barreiras alfandegárias internacionais; e despertar e sedimentar a consciência da sociedade na preservação ou conservação da biota.

Na Amazônia, Hanan e Batalha (1999) destacam que a ação do ecoturismo deverá voltar-se para a criação de parques representativos de áreas da floresta tropical e dos hábitos da biota aquática, terrestre ou aérea. A utilização do ecoturismo como objeto do desenvolvimento da Amazônia se constitui numa atividade empresarial que, para se transformar em força motriz da sustentabilidade da região, exige a aplicação de vultosos recursos.

Em pleno século XXI, os motivos que levam o ser humano a estar mais próximo da natureza são, sem dúvida, relacionados à própria sobrevivência. O ecoturismo ganha força e, nesse contexto, a mídia mundial vem sendo a grande parceira na preservação ambiental, denunciando e alertando sobre os efeitos nocivos causados pela destruição da natureza e seus autores inescrupulosos. Atualmente, não só a mídia, como muitas obras, abordam o ecoturismo em diversos países espalhados em todos os continentes.

Conforme informações de Beltrão (2001), os órgãos especializados no setor divulgam que o ecoturismo é uma atividade econômica de grande retorno e que abrange um público específico, com um alto grau de afinidade com a natureza e um poder aquisitivo elevado, assim como um nível de consciência bem mais apurado em relação aos outros adeptos dos demais segmentos turísticos.

Esse tipo de turismo é seletivo, restrito a algumas regiões do planeta, possuindo boa estrutura e acesso facilitado. Neste milênio, 10% das atividades turísticas estarão direcionadas ao ecoturismo, ou seja, esse tipo de turismo irá abranger 100 milhões de pessoas de todas as partes do mundo.

No entanto, é importante salientar que é necessária uma modificação radical nos paradigmas atuais sobre ecoturismo, bem como nos equipamentos turísticos espalhados nos

mais diferentes destinos. Há ainda muita propaganda enganosa com empresários que se beneficiam das facilidades financeiras dos países que possuem uma fiscalização ambiental frágil e comprometida.

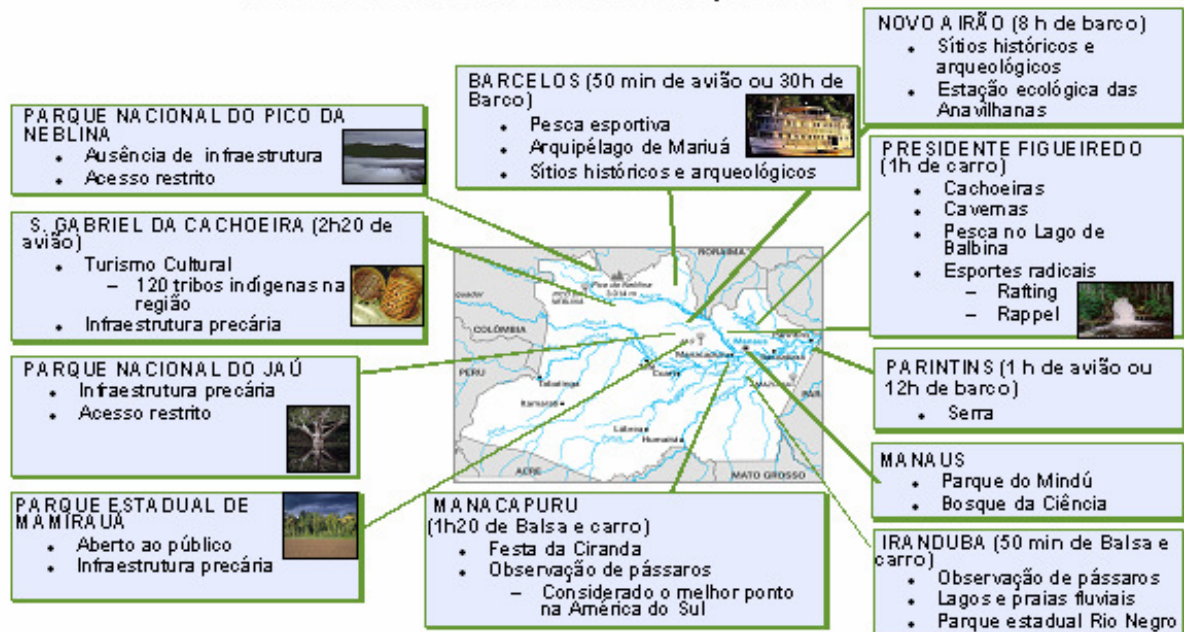
O potencial turístico da Amazônia é ainda quase inexplorado, e tem sua viabilidade econômica condicionada à concessão de incentivos fiscais temporários pelo Estado e pelos municípios. A isso devem ser associados investimentos governamentais ou parcerias privadas em infraestrutura de complexos turísticos e em formação de pessoal especializado. As atividades dos complexos turísticos devem ser projetadas para proporcionar conforto ao turista e integrá-lo à natureza, de forma a propiciar lazer e cultura. A concretização desse binômio será alcançada nos empreendimentos turísticos que dispuserem de oferta variada de produtos e serviços.

De acordo com dados do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR⁸ (2010), o Estado do Amazonas é o mais extenso Estado da Amazônia brasileira, possuindo uma área de 1.57 milhão de quilômetros quadrados, tendo nas águas de seus rios e na diversidade de paisagens naturais seus grandes atrativos ecoturísticos. É pioneiro na instalação de empreendimentos hoteleiros no meio da floresta, os chamados ecolodges, ou hotéis de selva.

O Amazonas selecionou 14 municípios para compor seu pólo ecoturístico: além de Manaus, fazem parte do pólo Autazes, Barcelos, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Silves, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. A maior parte desses municípios está concentrada nas margens dos três maiores rios da Amazônia: o Negro, o Solimões e o próprio Amazonas. O pólo amazonense tem também como marca uma grande concentração de unidades de conservação formando a maior área protegida do planeta (5,7 milhões de hectares), como o Parque Estadual do Rio Negro, a Reserva Ecológica Sauim-Castanheira, a Estação Ecológica das de Anavilhanas e o Parque Nacional do Jaú, formando uma das maiores áreas protegidas de florestas tropicais do mundo. A cerca de aproximadamente de 10 km da capital ocorre um dos grandes espetáculos naturais da Amazônia: o encontro das águas escuras do rio Negro com as águas barrentas do Solimões, que fluem por cerca de sete quilômetros antes de se misturarem, onde a observação de aves e botos é são atrativos adicionais (PROECOTUR, 2010, p.1).

⁸ Foi criado para viabilizar o ecoturismo na Amazônia Legal, como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da região. É financiado pelo Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), essencialmente estruturante, dividido em duas fases: a fase de pré-investimentos, que foi até 2003; e a fase de investimentos, com estudos de locais selecionados para o ecoturismo, estudos de mercado, criação de um quadro normativo, programas de treinamento e investimentos locais.

Destinos de Alto Potencial Pouco Explorados



Fonte: Cluster de Turismo no Estado do Amazonas. Estudo realizado pelo Monitor Company Group LP, com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura, Turismo e Desporto - SEC e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC, 2001.

Figura 2 – Destinos de alto potencial pouco explorados.

Como bem esclarece o PROECOTUR (2010, p.2):

Além dos atrativos naturais, o Amazonas exerce culturalmente, enorme fascínio e encanto em função das inúmeras lendas e mitos oriundos de seus habitantes indígenas. Representa ainda a maior congregação da diversidade étnica do país e conseqüentemente a lingüística, perfazendo aproximadamente 300 etnias distintas, inclusive com grupos ainda sem contato com a civilização.

Lugares como o município de Parintins, dentre tantos roteiros, fazem com que o Brasil, em especial o Amazonas, seja o mais forte destino do ecoturismo mundial em um futuro bem próximo. No entanto, há necessidade de aplicação de leis severas para manter estes santuários ecológicos, a fim de que as futuras gerações possam observar o valor de preservar e ajudar a tornar o local autossustentável, sem a ocorrência de nenhum dano.

Nesse contexto, o turismo sustentável assume grande relevância. Segundo Beltrão (2001), esse tipo de turismo busca explorar de forma conscientizadora, com muito planejamento e sem deterioração do meio ambiente, explorando os recursos existentes no presente sem comprometer o futuro.

No capítulo seguinte será feita uma breve caracterização do cenário amazônico e da população ribeirinha, para em seguida abordar sobre o turismo de base comunitária nesse contexto.

3 POPULAÇÃO RIBEIRINHA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA – TBC

Como o estudo contempla o turismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento sustentável de populações ribeirinhas de Parintins, uma região localizada na Amazônia; primeiramente, irá se caracterizar o cenário amazônico e a população ribeirinha, para, posteriormente discorrer sobre o turismo de base comunitária.

3.1 O CENÁRIO AMAZÔNICO E A POPULAÇÃO TRADICIONAL RIBEIRINHA

Discorrer sobre o cenário amazônico com suas características e potencialidades é uma tarefa árdua e longa que requer, sobretudo, compreensão dos vários aspectos da complexidade de seu equilíbrio. Nenhuma abordagem sobre a Amazônia pode ser ingênua e não levar em consideração as relações que existem entre os sistemas sociais, ambientais e econômicos. No entanto, é importante esclarecer que, nesta dissertação, a abordagem desse magnífico cenário não é pretensiosa e será breve, contemplando apenas alguns dos aspectos mais importantes da suntuosidade amazônica.

Nesse contexto, como bem se posicionam Rivas e Freitas (2002, p.v), “é fundamental que a ciência explore a interdisciplinaridade necessária ao seu desenvolvimento sustentado”. “O que será a Amazônia no futuro? Dentro de 10, 50 ou 100 anos? Esta é uma pergunta recorrente que aflige uma crescente quantidade de pessoas em todo o mundo”. Neste sentido, os pesquisadores que vivem a Amazônia devem procurar pautar seus trabalhos em estratégias alternativas para um desenvolvimento regional sustentável.

Ribeiro (2002, p.255-256), ao discorrer sobre as características físicas da floresta amazônica, destaca as seguintes informações:

A Floresta Amazônica com cerca de 5,5 milhões de km², é a maior floresta tropical úmida do planeta e a mais rica em biodiversidade. A sua maior parte, cerca de 3,3 milhões de km² está no Brasil. Ela cobre 74% da Amazônia Legal, criada pelo governo em 1966 e compreende os Estados do Maranhão, Pará, Tocantins, Amapá, Amazonas, Roraima, Acre, Rondônia, Mato Grosso e abrange uma área total de 4,9 milhões de km² (60% do Território Nacional).

No que se refere aos ecossistemas básicos, Ribeiro (2002, p.256) destaca que a floresta amazônica possui três:

a) Ao lado dos rios mais ricos em húmus, cresce a mata de igapó, inundada quase permanentemente, é formada pelas trepadeiras, arbustos e árvores de 20 metros, como a Samaúma.

- b) Ainda ao longo dos rios, em uma faixa periodicamente inundada pelas cheias, estende-se a mata das várzeas, domínio de árvores como a seringueira, a imbaúba, a copaíba, o cacauzeiro e muitas trepadeiras.
- c) Nos níveis mais altos da planície, e avançando por planaltos, desenvolve-se a mata de terra firme (caa-etê), livres das inundações periódicas, com árvores como o castanheiro e o caucho, que atinge até 60 metros de altura.

Ao abordar sobre a vegetação, Ribeiro (2002, p.256-257) destaca os seguintes dados:

Uma das riquezas da Amazônia está na sua diversidade biológica. As florestas tropicais cobrem apenas 7% da superfície seca da terra, mas concentram cerca de 60% de todas as formas de vida do planeta. Seis em cada espécie de seres vivos habitam essas matas. Somente 30% delas são conhecidas pela ciência. Das matas tropicais foram extraídas 25% de todas as essências farmacêuticas utilizadas, atualmente, pela medicina. Algumas das mais conhecidas: o Guaraná (*Paullinia cupana*), tem propriedades vitalizantes, rejuvenescedoras e afrodisíacas. O Crajiru (*Arribadaea chica*), utilizada no combate às inflamações de qualquer natureza; a Copaíba (*Copaifera reticulata*), o seu óleo é anti-inflamatório e cicatrizante; o Urucum (*Bixa orellana*), são sementes com propriedades capazes de aumentar a pigmentação natural.

Ainda sobre as espécies vegetais e animais, Ribeiro (2002, p.257) ressalta que:

Os números são grandes quando se trata da Amazônia. Os cientistas explicam que, em um pedaço de vinte centímetros quadrados, por exemplo, podem ser encontrados até 1,5 mil espécies vegetais e animais diferentes, somando-se fungos e microorganismos. Projeções apontam que cerca de 2,5 milhões de espécies tenham o seu hábitat na região. Há inúmeras espécies comestíveis, oleaginosas, medicinais, corantes e outras raras. A Vitória-Régia (*Vitoria regia lindl*), conhecida como a “A Rainha dos Lagos Amazônicos” é uma planta que abre sua flor redonda sobre as águas rasas e sem correnteza como uma bandeja verde e chega a medir de 1 a 2,00 metros de diâmetro.

Continuando sua caracterização sobre os recursos naturais da floresta amazônica, desta vez destacando a fauna e os recursos pesqueiros, Ribeiro (2002, p.257) salienta que:

A fauna da região é muito variada em função dos ecossistemas. São roedores, felinos, aves, quelônios, primatas, etc. Como exemplo o Peixe-Boi da Amazônia (*Trichechus inunguis*), é um mamífero que pode atingir até 3 metros de comprimento e quase 500 quilogramas; extremamente dócil vive pelos rios amazônicos (ameaçado de extinção). Somente peixes são mais de 2 mil espécies, sendo o Pirarucu, um dos maiores peixes de água doce do mundo, podendo atingir 3 metros de comprimento e até 200 quilogramas.

Em termos de atrativos históricos e culturais, Ribeiro (2002, p.257-258) se vale dos dados de Lobato Neto e destaca que “a Amazônia possui uma vasta riqueza como: monumentos, sítios ou locais arqueológicos e históricos, destacando-se o Estado do Amazonas”.

Neste contexto, os estilos arquitetônicos distintos, a música, o teatro, o folclore regional, o artesanato, a arte, o vestuário, bem como os costumes e valores morais, dentre outros, formam o conjunto de potencialidades turísticas e ecoturísticas.

Como bem observam Ribeiro et al. (2003, p. 23):

Historicamente, a Amazônia tem sido alvo da cobiça internacional devido à diversidade da riqueza natural de suas florestas, abundância dos recursos que podem ser extraídos de suas entranhas, a imensa área e a baixa densidade populacional que permitiriam abrigar grandes contingentes humanos e suas diversas produções. A visão distorcida da Amazônia sempre conduziu a um fluxo de recursos naturais e de capital que gerou riquezas fora da região em detrimento das necessidades locais.

A esse respeito, o saudoso Professor Samuel Benchimol assim se posicionava:

Na disputa radical entre preservação, planetarização e desenvolvimento, a Amazônia, com sua floresta tropical chuvosa, passou a ser a deusa e o demônio de uma nova mitologia ecológica, a ciência dos orixás⁹, em oposição à legítima ecologia de base oikopolítica, que combina aspectos ambientais, econômicos, sociais e políticos, e cujos parâmetros e pesquisas devem ser observados na busca de uma nova ordem em favor do bem-estar dos amazônidas, dos brasileiros e, por consequência, da humanidade em geral (BENCHIMOL, 1989, p.21).

Na visão de Benchimol (1989), no quadro de valores ecológicos existe outro aspecto também fundamental e importante que deve ser enfatizado: a divulgação universal de tantas distorções, mitos, falácias e meias-verdades a serviço da verdadeira ciência ou da inocência útil, funcionou, ao menos, para impor novas posturas, talvez indesejáveis para aqueles que pretendem a planetarização da Amazônia.

- 1) o mundo passou a dar mais importância aos valores, recursos, bens e dons que a Amazônia lhes proporciona;
- 2) o despertar, no Brasil, de uma consciência política, que incorpore e integre as três vertentes da nossa geopolítica continental: a platina, a atlântica e a amazônica;
- 3) a necessidade de implantar, dentro da Amazônia, uma nova política ambiental e econômica, que busque conciliar os interesses produtivos com os valores ecológicos e sociais;
- 4) a consciência de que não podemos, nem devemos, fazer “ouvidos de mercador”, mesmo perante as profecias escatológicas, ou nos deixar intimidar pela pressão alienígena que possa constringer a soberania brasileira na área;

⁹ A ciência dos orixás que combina sofismas, mitos, meias-verdades, hipóteses não provadas, profecias escatológicas e ameaças de constrangimento à soberania brasileira, corre paralela uma outra igualmente falaciosa ciência, a *voodoo economics*, a economia da macumba, das mães-de-santo, pais-da-pátria, demagogos e empresários de terreiro de visão curta, que chegaram à Amazônia para dela se servir, na base do enriquecer-antes-que-acabe. São estes os responsáveis pela devastação indiscriminada e pelas queimadas desnecessárias da floresta; para fins especulativos ou com o intuito de firmar o direito de posse e receber incentivos fiscais, eles as fazem sem a menor consciência de que os valores ambientais devem ser respeitados e harmonizados com a produção econômica (BENCHIMOL, 1989, p.21).

5) a urgência de buscar novos conhecimentos, de investir mais na ciência e tecnologia tropicais, de formar novos pesquisadores, de melhorar a educação em todos os níveis, de aprofundar os estudos regionais, de aprender a desenvolver novas técnicas de manejo florestal, hídrico, pesqueiro e pedológico, e de estimular e atrair empresários e empresas engajados na nova política de produção econômica e proteção ambiental (BENCHIMOL, 1989, p.22).

Nesse sentido, o Professor Samuel Benchimol chama a atenção para:

Não devemos, contudo, ter pressa demasiada, pois o horizonte do nosso tempo e espaço deve abranger metas diferenciadas, que busquem adequar os empreendimentos urgentes, cuja realização demanda curto e médio prazos, com aqueles que demandam prazos mais longos para se tornarem acessíveis e factíveis. Neste particular, a ciência e a tecnologia, através do conhecimento mais sistematizado e integrado da floresta (fauna, solo, rios dos mais variados ecossistemas), podem nos indicar caminhos menos árduos e mais seguros do que os encontrados no passado. Não podemos, ao contrário, esperar que a ciência nos dê todas as respostas, a fim de promover o nosso desenvolvimento, pois é procurando andar com passo certo que se aprende a caminhar (BENCHIMOL, 1989, p.22).

Na realidade, ao longo da história, Amazônia tem sido alvo de sucessivos “ciclos econômicos”, conduzidos por políticas públicas inadequadas, planejadas à distância e efetivadas por modelos de desenvolvimento puramente econômicos, elaborados sem levar em consideração as peculiaridades e realidade regionais. Em geral, a Amazônia sempre foi tratada como um todo único, talvez mais pelo que dela se ignorava do que pelo que realmente se lhe conhecia; e essa visão equivocada promoveu a apropriação indevida e a exploração não responsável dos recursos naturais, da biodiversidade e da sociodiversidade amazônica.

A prioridade do Estado Brasileiro em atender as demandas externas, em detrimento das internas, foi uma constante no processo de desenvolvimento da região. Sempre que se tentou promover o desenvolvimento desta imensa região, as premissas que se verificam nos diferentes modelos implantados foram a promoção da “ocupação” da imensa área, a utilização da riqueza natural e o aproveitamento econômico da biodiversidade amazônica, sem levar em conta, na maioria das vezes, as necessidades da região (RIBEIRO et al., 2003).

Na visão de Ribeiro et al. (2003), a necessidade de diminuir o hiato que se estabeleceu na região a partir do modelo de 1970 e imprimir um processo de desenvolvimento que respeite o tempo e os ritmos socioambientais da Amazônia se faz prioritária. É preciso investir e implementar políticas de desenvolvimento que sejam discutidas com a sociedade amazônica e que incorporem os aspectos desta rica sociodiversidade.

A preocupação com os danos ambientais e sociais decorrentes dos modelos clássicos de desenvolvimento tem levado a sociedade organizada e o poder público a mudar a forma de conduzir e propor modelos de desenvolvimento regional, buscando

propostas de produção a partir dos recursos naturais sempre levando em consideração a capacidade de renovação e a minimização dos impactos das atividades antropogênicas (RIBEIRO et al., 2003, p. 24).

A Amazônia dispõe de um grande patrimônio biológico que precisa ser resguardado e conservado, mas sem redomas ou santuários, sendo ao mesmo tempo usufruído e aproveitado, porém com moderação e racionalidade, sem improvisações e com planejamento, para que não ocorra destruição, contemplando inúmeras opções que devem ser preservadas para as gerações futuras.

Na concepção de Benchimol (1989), saber usar o tempo adequadamente será fundamental como estratégia para o desenvolvimento amazônico, pois se há problemas que exigem ação imediata para melhorar a vida de suas populações interioranas e urbanas, há outros que demandam horizontes mais largos e longínquos.

No que se refere à valoração da Amazônia, Samuel Benchimol ressalta que:

A valoração da Amazônia tem muitos aspectos que transcendem a avaliação do seu potencial econômico (agrícola, mineral, hidrelétrico, pecuário, pesqueiro, entre outros). Valores econômicos que, sobretudo, devem e precisam incluir sistemas de produção auto-sustentados, conservacionistas e preservacionistas; necessitam ser integrados em outros níveis de grandeza, como os biológicos, ecológicos, ambientais, sociais, políticos e humanos. [...] o projeto amazônico deve obedecer a quatro paradigmas, isto é, deve ser: economicamente viável; ecologicamente adequado; politicamente equilibrado; socialmente justo (BENCHIMOL, 1989, p.31).

Ainda no mesmo raciocínio, continua o ilustre e renomado autor amazônico:

Sem a integração destes paradigmas, que procuram combinar o *Homo sapiens* de Lineu com o *Homo oeconomicu* de Adam Smith ou Karl Max, ou com o *Zoon Politikon* de Aristóteles, seremos sempre levados a uma situação perversa, pois, quando interpretados separadamente, podem nos conduzir à crueldade econômica, ao romantismo ambiental, à instabilidade e exacerbação política xenófonacionalista ou, ainda, à criação de uma sociedade injusta e despojada para as populações da Amazônia. Vale dizer que tais populações são constituídas de migrantes, que descem o planalto central, buscando na nova fronteira amazônica um chão, um lar e uma oportunidade de trabalho, e de tradicionais habitantes ribeirinhos e indígenas, que há séculos sustentam a soberania e a presença brasileira na área. Portanto, é fundamental ultrapassar a fronteira do curto prazo e da visão míope, para enxergar e adotar uma análise holística e geral, que considere, integre e otimize os valores acima mencionados (BENCHIMOL, 1989, p.31).

Neste sentido, a elite intelectual e acadêmica da Amazônia, em parceria com a sociedade, deve buscar novas formas de utilização dos recursos naturais e de produção, tentando estabelecer uma relação estreita entre economia e ecologia, direcionando propostas de desenvolvimento que respeitem o ambiente. Este processo se dá na Amazônia como

reflexo de uma mudança global, que resultou na formulação de um novo paradigma: o desenvolvimento sustentável e os Sistemas Abertos Sustentáveis (SAS), como alternativa de desenvolvimento local e participativo para a Amazônia. O SAS será abordado em seguida.

Costa (2001) questiona sobre o que significa de fato desenvolvimento sustentável. O conceito mundialmente aceito implica em combinar justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica, e, por isto, muitas vezes o desenvolvimento sustentável é visto como um “ideário”, objeto da filosofia especulativa e distante das questões acadêmicas. Contudo, ele carrega uma conotação extremamente positiva e representa o marco de uma nova filosofia do desenvolvimento.

No contexto do paradigma do desenvolvimento sustentável, como essas dimensões podem se integrar para construir o tripé proposto - crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e equidade social -, atendendo ao interesse das gerações atuais e futuras, ainda é um enigma; e fazê-lo para a Amazônia é ainda um desafio maior. Entretanto, a real implementação deste conceito demanda por informações e experiências distintas em relação aos modelos de desenvolvimento atualmente predominantes nas diferentes sociedades.

Neste contexto, faz-se necessário repensar as formas tradicionais de condução das pesquisas científicas que relegam o saber local a um plano secundário. Logo, a incorporação dos diversos saberes é primordial para a proposição de políticas públicas de promoção e indução do desenvolvimento em consonância com a idéia de meios de vida sustentáveis, no caso, para as comunidades ribeirinhas.

A capacidade de inovação e adaptação amazônica gerou modos próprios de encontrar saídas e promover mudanças locais e nacionais, mesmo sem grandes incentivos e planejamento por parte do poder público. Como exemplo disto, tem-se o movimento socioambiental, em contraponto ao modelo preservacionista nacional. Na Amazônia, esse movimento teve origem nas moções sociais, cuja atuação sempre se deu de forma estreita com o movimento ambiental, surgindo assim o ambientalismo amazônica. Foi na Amazônia que o movimento ambientalista começou a incorporar as dimensões do desenvolvimento social e sustentável (SÁ e VASQUEZ, 2001).

Neste contexto, é preciso aprender com as lições e experiências históricas; é preciso absorver o conhecimento dos sábios homens que aqui habitam - no caso, a população ribeirinha -, que fazem parte das comunidades tradicionais. Em decorrência desse fato, é essencial, portanto, explicitar os termos comunidade, comunidade tradicional e população ribeirinha.

O conceito de comunidade, empregado por muitos pensadores não só do século XIX mas também do século XX, abrange todas as formas de relacionamento caracterizadas por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo. A comunidade encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade, e não separadamente, nesse ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social. Sua força psicológica deriva de uma motivação mais profunda que a da volição ou do interesse e realiza-se na fusão de vontades individuais, o que, seria impossível numa “união que se fundasse na mera conveniência ou em elementos de racionalidade” (SILVA, 2003, p.13-14).

Para Tönnies apud Silva (2003, p.14):

[...] a comunidade resulta de uma união real e orgânica e tem caráter originário, constituindo-se espontaneamente a partir do parentesco, da vizinhança e da amizade. Não se forma por decisão deliberada de seus componentes, tendo em vista a realização de alvos preestabelecidos.

A analogia orgânica consiste em pensar o todo social como tendo a finalidade de satisfazer às necessidades humanas básicas: “no seio de pequenos grupos como a família, a comunidade local e os grupos religiosos, os homens encontrariam o apoio necessário a sua vida emotiva” (CUNHA apud Silva, 2003, p.14):

Tönnies apud Silva (2003, p.14), concebe a comunidade como:

[...] uma forma genuína e perdurável da convivência, convivência íntima e privada, que deve ser entendida como um organismo vivo. O seu gérmen se encontra nas relações de indivíduos aparentados. A sociedade, ao contrário, é caracterizada pela convivência pública, concebida como mera existência de indivíduos independentes uns dos outros, um mero artefato.

No que se refere às comunidades tradicionais, segundo Sinay e Irving (2001), as mesmas se caracterizam por terem se desenvolvido de maneira diferente da cultura mundial dominante, por terem conservado o conhecimento de seus antepassados constituindo formas específicas de estar e pensar o mundo, por serem remanescentes dos povos menos dominantes que por tanto tempo matamos em um feroz processo de sucessão ecológica.

As comunidades tradicionais costumam habitar áreas naturais conservadas distantes dos grandes centros, fato que tem permitido a esses povos manter-se relativamente isolados da sociedade urbana. Porém, com o progresso da tecnologia, as distâncias vêm se tornando relativamente menores, possibilitando o acesso a um crescente número de turistas a estas áreas e tornando cada vez mais freqüente o contato entre as comunidades tradicionais e a cultura mundial dominante (SINAY e IRVING, 2001).

Quanto à definição de população tradicional ribeirinha, Silva (2000) destaca que se trata de uma população que apresenta peculiaridades em seus meios e modos de vida, distinguindo-a das populações do meio rural tradicional ou urbano, pois possuem uma cosmo-visão marcada pela presença das águas; onde o rio, o igarapé e o lago não são vistos apenas como elementos do cenário ou da paisagem, mas como algo constitutivo do modo de ser e viver do homem.

Segundo Noda et al. (2001), em regra, a literatura caracteriza o ribeirinho tomando-se como base a forma de trabalho, geralmente extrativista e agrícola, focado na produção familiar. No entanto, sob uma perspectiva mais flexível, as práticas de sobrevivência dos ribeirinhos variam, encontrando-se comunidades extrativistas em sua essência e outras com atividades agrícolas.

De acordo com Mendes et al. (2008), as comunidades ribeirinhas tradicionais vivem e são compostas em vários grupos familiares, como cerca de 20 a 40 casas de madeira construídas em forma de palafitas, que são construções típicas da Amazônia e mais adequadas ao sistema de cheias dos rios, encontrando-se mais ou menos dispersas ao longo de seu percurso.

Como bem esclarece Scherer (2004a), ao contrário da população cabocla da terra firme, a população ribeirinha vive, em sua maioria, às margens dos rios, igarapés, igapós e lagos que formam o complexo e vasto “estuário amazônico”, cujo ecossistema estabelece grande parte do modo de vida e no qual a enchente e a vazante regulam ampla parcela do cotidiano, do trabalho e das relações da população ribeirinha, obedecendo a um ciclo sazonal.

As várzeas são áreas alagáveis situadas às margens de rios de água branca (SIOLI, 1984), que ocupam cerca de 5% da Amazônia (BENCHIMOL, 1996). Sieppel et al. (1992) estimaram a extensão das áreas alagadas por rios de água branca para o Estado do Amazonas em aproximadamente 150.000 Km²; porém, deve-se destacar que a extensão das áreas de inundação depende das características geomorfológicas locais e do grau de deposição de sedimentos provenientes das cabeceiras dos rios de água branca. Essa deposição está associada ao processo de erosão das margens nos diversos locais ao longo das calhas, determinado por uma variedade de características, que incluem a velocidade da água, a intensidade, direção e extensão das inundações anuais, o suprimento de afluentes e outros parâmetros mais complexos.

A combinação destes fatores produz um mosaico complexo de biótopos, tendo, em comum, inundações periódicas, mas diferindo em estrutura de solo, fertilidade, altura e no escoamento da água (AYRES, 1995). Entre a linha de inundação máxima e o leito do rio,

encontra-se um mosaico de ambientes fundamentais tanto para a vida aquática dos sistemas de rio (área alagável e terra firme), quanto para a diversidade de usos que as populações ribeirinhas fazem dos recursos ali presentes (FABRÉ e RIBEIRO, 2003).

Segundo Fearnside (2002), as várzeas são ocupadas em grande parte por pequenos proprietários (caboclos) que plantam culturas de subsistência e fibras. A principal vantagem da várzea é a renovação anual da fertilidade de seu solo, em decorrência do sedimento depositado durante o período de enchente, sendo sua principal desvantagem deixar grandes áreas vazias no período de cheia, bem como a incerteza da altura e duração de cada fase do ciclo do rio. No entanto, apesar das limitações, a várzea tem mais potencial do que a terra firme para os cultivos de ciclo curto.

A população ribeirinha se adaptou a fortes flutuações impostas pela dinâmica do ambiente, tendo como atividades de maior importância para sua sobrevivência a agricultura, a pesca e o extrativismo vegetal. A forte relação estabelecida entre homem e ambiente na Amazônia levou ao processo adaptativo que hoje culmina na combinação do uso do espaço físico com o aproveitamento múltiplo dos recursos disponíveis (FABRÉ e RIBEIRO, 2003).

Na visão de Shodjai apud Ribeiro e Fabr e (2003), as influências socioeconômicas intraespecíficas provocam conseq ncias significativas, podendo expor ao perigo de uso racional dos recursos, tradicionalmente praticado pelo homem da várzea. Os conflitos posteriores causados pelo uso com as suas conseq ncias irreparáveis observadas seriam cientificamente de extrema importância como indicadores, contribuindo para a melhor verifica o das causalidades existentes na rela o entre usuário e recurso. Porém, o objetivo do uso responsável   contribuir para a manuten o dos recursos naturais existentes.

Ao comentar acerca da rela o das popula es ribeirinhas com o Rio Amazonas, Harris (2000) destaca que o rio, ao mesmo tempo, cria vínculos e isolamentos entre as pessoas dessas popula es, haja vista que são esquecidos pelas a es do poder público.

Como bem esclarece Paiva (2009), tem-se conhecimento de que   secular o fenômeno de enchentes e vazantes no estuário da bacia hidrográfica Amazônica, e, mesmo quando não atingem os altos índices que provocaram alagar totalmente pelo menos 44 dos 62 municípios do Estado do Amazonas, já em meados de maio de 2009, elas sempre ampliam as dificuldades que as comunidades ribeirinhas enfrentam.

E no contexto das a es públicas que devem ser direcionadas aos problemas enfrentados por essas comunidades, Paiva (2009, p.1-2) assim se posiciona:

O fenômeno cíclico anual das cheias e vazantes, que ocorrem nos rios do Amazonas requer planos de ações e políticas públicas que minimizem ou mitiguem os efeitos trágicos que esse fenômeno causa aos bens materiais e que acompanham a perda de vidas, seja pela morte trágica, resultante direta das cheias ou secas, seja pela morte em vida, resultado do descaso do poder público, que abandona à própria sorte e ao sonho impossível de um dia ser pessoa. Em toda a história do Amazonas, está presente a floresta e seu manejo (hoje sua exploração) e os rios. Os rios caudalosos e a floresta densa são partes integrantes da região amazônica. Portanto, se um determinado lugar geográfico, é composto por seus habitantes e tem um aparato governamental que lhes garante tutela, é de se esperar que para este lugar existam também políticas públicas que devam convergir para influência (benigna) das populações desses lugares.

Na visão de Waichman e Nascimento (2003), na formulação de políticas públicas coerentes com a realidade da região é importante priorizar o atendimento às necessidades locais. Este processo implica primeiramente na identificação das formas de uso dos recursos hídricos pela população local, as potencialidades e fragilidades dos ambientes aquáticos, além de compreender os mecanismos que regulam a sua utilização.

Como bem observa Scherer (2004b), erroneamente escondido em uma nomenclatura de “trabalhador rural”, os ribeirinhos enfrentam problemas de toda ordem. Em termos educacionais, por exemplo, o índice de analfabetismo é alto e as escolas das comunidades, em sua maioria, só funcionam até o ensino fundamental.

Na saúde existem sérios problemas decorrentes. Dentre outros, destaca-se a falta de saneamento básico e, em geral, não há programas de saúde dirigidos a essa população. Em termos econômicos, há pouca possibilidade de ascensão social, visto o pouco domínio tecnológico embutido nos produtos que vendem. Todos esses fatores contribuem para uma condição de vulnerabilidade social que implica em invisibilidade política e os relega ao papel de massa de manobras em períodos eleitorais (SCHERER, 2004b).

Na realidade, a várzea amazônica, situação que vive grande parte das comunidades ribeirinhas, representa um sistema ecológico complexo, no qual o homem ocupa um papel central sob o ponto de vista de seu uso racional e sustentável. Devido à inserção da população tradicional da várzea, que aprendeu ao longo da sua história a integrar-se na volatilidade ecológica do sistema, requer-se uma visão transversal, relativa à construção de uma estratégia para o desenvolvimento desta região, levando em consideração a sua fragilidade e a importância socioeconômica,

O desenvolvimento sustentável na Amazônia apresenta a necessidade de uma nova abordagem, como a metodologia dos Sistemas Abertos Sustentáveis (SAS), objeto de estudo do próximo item, configurando-se como uma alternativa de desenvolvimento local e participativo para as comunidades ribeirinhas da Amazônia, inclusive para Parintins.

3.2 SAS – SISTEMAS ABERTOS SUSTENTÁVEIS: UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E PARTICIPATIVO PARA A AMAZÔNIA

Segundo Ribeiro et al. (2003), os sistemas abertos são caracterizados como ecossistemas de “livre acesso”, onde a utilização dos recursos comuns, especialmente os pesqueiros, está sujeita a regras intrínsecas de uso. São áreas de uso direto, cuja delimitação espacial está relacionada às formas de uso e a territorialidade determinada pela relação custo-benefício da exploração. As experiências e conhecimentos acumulados ao longo dos últimos anos, e o comprometimento conjunto do Programa PYRÁ¹⁰ e das comunidades para a melhoria da qualidade de vida na área, resultaram na formulação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável instituída como SAS - Sistemas Abertos Sustentáveis.

Sistemas Abertos Sustentáveis - SAS, é uma estratégia alternativa para o desenvolvimento local, integrado, adaptativo e participativo em unidades sócio-territoriais de “livre acesso” para a melhoria da qualidade de vida e conservação da Amazônia, por meio do empoderamento local e do uso responsável dos recursos naturais. Neste processo vê-se os “meios de vida” como mecanismos de orientação de práticas produtivas sustentáveis e fonte inspiradora de novas tecnologias locais, apresentando assim o etnoconhecimento caboclo como uma das melhores expressões da sustentabilidade pretendida no desenvolvimento da Amazônia (RIBEIRO et al., 2003,p.33-34).

Ribeiro et al. (2003) ainda destacam que a proposta do SAS se originou a partir do *know how* de uma equipe multidisciplinar de professores, técnicos, alunos de graduação e pós-graduação, instituições locais e comunitários, que a partir de suas experiências em trabalhos na Amazônia elaboraram e implantaram essa experiência piloto numa área de várzea do Município de Manacapuru. As regras intrínsecas de uso se constituíram no *start* para a implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável, que somado à presença constante e simultânea da equipe na área, gerou um vínculo de confiabilidade que possibilitou o diálogo franco e a possibilidade de trabalho conjunto.

¹⁰ O Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea (PYRÁ) surgiu das experiências adquiridas em projetos de pesquisa e extensão, realizados ao longo da carreira de profissionais da área de pesca, ecologia, limnologia e socioeconomia. Esse grupo foi criado informalmente como um grupo de estudo para discutir, elaborar propostas de pesquisa, levantar dados secundários e apontar caminhos que viabilizem o desenvolvimento sustentável das populações de várzea. Durante a consolidação do grupo foram estreitadas relações com os empresários e trabalhadores da pesca, órgãos governamentais de pesquisa, principalmente com o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), e com lideranças locais de áreas ribeirinhas que ocupam as áreas de várzea de diversas regiões do Estado do Amazonas. O Programa PYRA, vinculado inicialmente ao Centro de Ciências do Ambiente (CCA), vem recebendo o apoio institucional através da Pró-Reitoria para Extensão (PROEXT) e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- graduação (PROPESP) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) (FABRÉ et al., 2003).

Para a universidade do ponto de vista acadêmico, a proposta do Programa Pyrá gerou o fortalecimento da transdisciplinaridade, princípio fundamental na construção do conhecimento e no processo integrado de gestão dos recursos naturais. Do ponto de vista social, a inserção da universidade no processo de construção de uma estratégia de desenvolvimento com intuito de subsidiar um “novo ciclo” de políticas públicas regionais e nacionais, condizentes com a realidade amazônica, vem fortalecer sua ação na construção de dias melhores para as pessoas da região (RIBEIRO et al., 2003).

Nesse contexto, uma parceria entre as universidades e o Estado deve ser estabelecida para que se possa repensar o desenvolvimento sob uma ótica amazônica, considerando a sociedade local como centro promotor do desenvolvimento, em parceria com todos aqueles que compartilham do ideário de sustentabilidade e do empoderamento local, para aumentar a possibilidade de implementação de estratégias aptas a melhorar as condições de vida desta e das futuras gerações.

No entanto, para isso torna-se necessário o envolvimento dos sujeitos sociais no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, a fim de “capacitá-los” para dialogar e negociar com o Estado e a sociedade envolvente, e assim torná-los autossuficientes social, econômica e politicamente.

Como bem esclarecem Ribeiro et al. (2003, p. 26):

As definições para essas limitações e oportunidades, devem ser elaboradas pela sociedade local, e aí sempre que possível, o Estado deve atuar apoiando os grupos sociais no enfrentamento e superação das limitações e no alcance das oportunidades. Incorporando esta visão, inúmeros projetos que buscam formas adequadas de promover o desenvolvimento sustentável de comunidades amazônicas foram implantados. Dentre eles destacam-se o Parque Nacional do Jaú (AM) no rio homônimo (FVA), os Projetos IARA (IBAMA/GTZ) e Várzea (IPAM) em Santarém (PA), FASE em Gurupá (PA), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá em Tefé (AM) (Governo do Estado/*Departament International Development* - DFID/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável Municipais, como a RDS Piranha (AM) em Manacapuru e Urariá em Maués (AM), e as diversas Reservas Extrativistas (RESEX's) implantadas na Amazônia.

Todos esses programas, inclusive o PYRÁ, tentam estabelecer um diálogo entre as concepções de desenvolvimento sustentável com o ambientalismo amazônico e atuar na efetivação de uma nova perspectiva de desenvolvimento conseqüente desse diálogo, na busca de um caminho para melhorar a qualidade de vida das populações que dependem do uso direto dos recursos naturais para sua reprodução social, em especial dos ambientes que possuem uma alta dinâmica sazonal como as várzeas amazônicas.

De acordo com Ribeiro et al. (2003), os fundamentos do SAS são: estratégia local, integrada, adaptativa e participativa de desenvolvimento.

O local implica na delimitação sócio-territorial de unidades de manejos (Unidades de Cogestão- UCg) a partir das potencialidades naturais, do conhecimento das formas de reprodução socioculturais e das bases econômicas locais e suas interações dentro da unidade (“microlinks”) e entre a unidade e o entorno regional e global (“meso e macrolinks”), num diálogo que permita interagir com a complexidade do “mundo externo”.

O integrado representa a interação entre os capitais natural, sociocultural e econômico condizente com a forma de uso integrado que as populações fazem dos ambientes de várzea e do entorno de terra firme, em resposta ao ciclo anual de inundação. Integrado ainda na sua relação com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região.

O adaptativo surge da abordagem do manejo adaptativo em contraposição ao manejo tradicional, implicando no monitoramento constante das ações e seus resultados, e na modificação do processo de acordo com a interpretação das respostas, após a discussão e legitimação dos novos encaminhamentos pelos atores sociais envolvidos. Assim, as comunidades e instituições parceiras podem empreender simultaneamente uma variedade de atividades diferentes e ter metas distintas que podem até mudar com o tempo.

O participativo implica no princípio de participação ampla, alicerce do SAS, incentivando a corresponsabilidade sobre as formas de uso, a cogestão dos recursos e a atitude cidadã como base do processo de “indução” do desenvolvimento sustentável, dando à comunidade o poder de lidar com atores externos. O envolvimento dos sujeitos e atores sociais locais em todo o processo de elaboração e implementação das ações interventivas são indispensáveis para gerar o desenvolvimento nos moldes esperados.

No que se refere aos eixos norteadores para as ações de desenvolvimento em Sistemas Abertos, Ribeiro et al. (2003, p.35-36) esclarecem que os mesmos são estabelecidos a partir dos interesses, potencialidades e vulnerabilidades que embasam as discussões dos diferentes segmentos envolvidos no processo. Apresenta-se a seguir suas diretrizes de implementação:

- a. Incentivo à conservação ambiental como estratégia para manutenção dos ecossistemas naturais e os recursos comuns;
- b. Promoção da conservação/preservação de ambientes e micro-ambientes aquáticos importantes para a manutenção dos recursos pesqueiros;
- c. Incentivo à otimização das atividades produtivas e/ou extrativas e ao desenvolvimento de alternativas econômicas sobre a base das potencialidades e vulnerabilidades locais para aumentar o rendimento econômico por unidade de produção /extração;
- d. Resgate do conhecimento local em consonância com o conhecimento científico a fim de promover a melhoria da qualidade de vida dos moradores não somente

através do aumento da renda mas, principalmente através do oferecimento de melhores condições para sua reprodução social (melhorias na educação, acesso à informação, saúde e saneamento, e respeito à cultura local).

No entanto, para que esse processo se efetive, Ribeiro et al. (2003, p.36) destacam que é necessário um conjunto mínimo de ações endógenas e exógenas, que devem contemplar:

Diagnóstico e planejamento participativos; Definição de Unidades de Co-gestão-UCgs; Criação de uma nova institucionalidade multissetorial e participativa (p. ex. Conselho Local de Gestão); Formação continuada e integrada para a gestão local e o desenvolvimento comunitário (p. ex. Formação dos Agentes de Desenvolvimento Sustentável); Fortalecimento da sociedade civil (Institucionalização e funcionamento efetivo das Associações Comunitárias, p. ex. a Associação de Desenvolvimento Sustentável Local); Institucionalização de novos instrumentos legais para a co-gestão integrada dos recursos naturais (Acordos de Uso Integrado dos Recursos Naturais); e Definição de alternativas econômicas para o aumento da renda local, potencializando o capital sociocultural e natural das unidades de co-gestão.

Conforme Ribeiro et al. (2003), a implantação do SAS compreende cinco fases:

a) primeira fase: o diagnóstico, com objetivo de levantar de forma transdisciplinar as condições socioeconômicas, as relações de reprodução social, a diversidade de ambientes e suas formas de uso, tendo como produto final a definição dos “meios de vida”;

b) segunda fase: o prognóstico, para definir Unidades de Cogestão (UCgs), por meio da análise do problema, com base nas informações construídas durante o diagnóstico socioeconômico ambiental participativo e os resultados de estudos específicos (aprofundamentos temáticos) consolidados;

c) terceira fase: ação-capacitação continuada para a institucionalização do manejo integrado dos recursos naturais, que teve como resultado uma nova ferramenta de gestão participativa - Os Acordos de Uso Integrado dos Recursos Naturais. Essa metodologia implica não somente na definição das regras de forma participativa para o uso responsável do capital natural, mas simultaneamente na execução de um conjunto de atividades de formação interativas para o empoderamento local e a organização comunitária;

d) quarta fase: formulação das macroestratégias (linhas de atuação) para promover a melhoria da qualidade de vida por meio da síntese e sistematização das potencialidades e vulnerabilidades produtivas, socioculturais, ambientais e econômicas, de cada Unidade de Cogestão, e da análise e incorporação da experiência dos Acordos de Uso e do contínuo intercâmbio de conhecimentos e experiências oriundos do processo de capacitação. O objetivo dessa fase é a busca de alternativas econômicas compatíveis com as potencialidades locais

para o aumento da produtividade e de renda local, agregando valor aos produtos tradicionais, identificando novos produtos e mercados;

e) quinta fase: monitoramento e avaliação, considerando as premissas de flexibilidade, ajuste contínuo, autoaprendizagem, inerentes do manejo adaptativo, onde se elabora um leque de indicadores de sustentabilidade sob duas perspectivas - o monitoramento participativo e a auto-avaliação (agentes locais indutores do desenvolvimento), e a avaliação externa ao sistema (peritos ou consultores).

3.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA – TBC

3.3.1 Aspectos Históricos do Turismo Rural Comunitário (TRC): A origem do TBC

As origens do Turismo de Base Comunitária (TBC) estão relacionadas ao Turismo Rural Comunitário (TRC), e durante a pesquisa bibliográfica encontrou-se um breve levantamento histórico, que busca abordar a relação entre o turismo e as comunidades locais receptoras. No entanto, Sansolo e Bursztyl (2009, p.145) destacam as seguintes publicações acadêmicas em nível mundial e no Brasil:

Mitchell e Reid (2001) estudaram a integração da comunidade de Ilha Tequile no Peru no processo de planejamento, desenvolvimento e gestão do turismo de base comunitária. Horn e Simons (2002) tratam comparativamente a relação do turismo com comunidades tradicionais na Nova Zelândia. Tosun (2006), estudando um caso na Turquia, aborda o sentido da participação comunitária no planejamento e desenvolvimento do turismo. Rugendyke e Thison (2005) estudaram no Vietnã a substituição das atividades agrárias tradicionais pelo turismo de natureza relacionado às unidades de conservação. Koster & Randal (2005) usam indicadores para avaliação do desenvolvimento econômico de comunidades no Canadá que estão envolvidas com turismo. Mansfeld e Jonas (2006) tratam da capacidade de carga cultural em uma comunidade judaica que trabalha com turismo em um Kibutz & Israel. No Brasil, podemos citar a quantidade e diversidade de casos e experiências de turismo de base comunitária apresentados em trabalhos científicos durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), realizado em Fortaleza (Ceará) no mês de maio de 2008.

Segundo Maldonado (2009), historicamente, o TRC é um fenômeno recente na América Latina, cujas primeiras incursões de comunidades isoladas são datadas de meados dos anos 80. O TRC contrasta com o padrão convencional do turismo de massa, e contempla um segmento do mercado dirigido a pequenos grupos de viajantes que saem em busca de experiências pessoais originais e enriquecedoras, combinando vivências culturais autênticas, desfrutando de cenários naturais e de uma remuneração adequada do trabalho comunitário.

Diversos fatores de ordem econômico, social, cultural e político explicam a sua origem. O primeiro fator refere-se às pressões mundiais do mercado turístico, cujas correntes mais dinâmicas são o turismo cultural e o turismo de natureza. Como resultado destas falsas tendências nas últimas três décadas, as comunidades rurais e indígenas vêm enfrentando crescentes pressões do mercado sobre seus patrimônios naturais e culturais. [...] O segundo setor explicativo do TRC deriva-se das necessidades econômicas e trabalhistas da grande maioria das comunidades que buscam superar uma situação de pobreza crônica. A incidência de pobreza na América Latina tem sido historicamente alta. O mapa de sua distribuição revela duas tendências: uma forte concentração geográfica nas áreas rurais e os indicadores são especialmente agravados nos povos nativos (MALDONADO, 2009, p.26-27).

Nesse contexto, a necessidade de superar a pobreza levou milhares de comunidades a buscar fontes alternativas de renda frente aos limitados resultados da economia de sobrevivência.

Uma das opções implementadas é a dinamização das atividades não-agrícolas: a pequena agroindústria doméstica, o turismo e os eco-negócios possuem um potencial ainda não explorado. Sem ser uma panacéia, o turismo, gerido sob determinadas condições, pode contribuir na revitalização da economia rural, gerando novas fontes de emprego e de renda. A valorização do patrimônio ambiental e dos acervos culturais pode significar vantagens competitivas para os negócios com unitários (MALDONADO, 2009, p.27).

Ainda sobre os fatores que explicam a origem do TRC, Maldonado (2009, p.27) ainda destaca:

O terceiro fator que explica o surgimento do TRC é o papel relevante que desempenham as pequenas e microempresas no desenvolvimento econômico local e na diversificação da oferta turística nacional. O setor do turismo cobre uma ampla gama de pequenos negócios que se encontram na base piramidal, configurando segmentos especializados. [...] O quarto fator associado à origem do TRC são as estratégias políticas do movimento indígena e rural da região para preservar seus territórios ancestrais, parte essencial do seu patrimônio e base material de sua cultura, na ótica de incorporação aos processos de globalização com sua própria identidade.

No Brasil, segundo Silva et al. (2009, p.362), historicamente, a discussão sobre turismo de base comunitária (TBC) no âmbito do Ministério do Turismo (MTur) esteve relacionada à:

[...] segmentação da atividade turística, e, em geral, são os representantes das comunidades locais que trabalham com turismo de base comunitária que provocam os diferentes setores do MTur para se posicionar no debate e/ou estabelecer uma diretriz de política pública para o fortalecimento destas oferta no mercado turístico. Assim, para discutir a proposta de mapeamento de experiências de TBC, submetida ao MTur pelo Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que tem como uma das linhas de pesquisa o TBC.

No ano de 2007, foi realizada uma reunião técnica sobre este tema no 35º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens, e participaram desta discussão técnicos do Governo Federal, MTur (Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo – DCPAT – e Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico DEAOT), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e representantes das iniciativas de TBC Acolhida na Colônia, Projeto Bagagem e Fundação Casa Grande (SILVA et al., 2009).

De acordo com Silva et al. (2009, p.363), um dos resultados deste debate foi:

[...] a avaliação da equipe técnica do MTur de reconhecer a importância do tema como de competência da área de Segmentação do Turismo. Assim, em consonância com as atribuições da CGPE/DCPAT de apoiar a formulação de projetos em que o turismo é indutor do desenvolvimento local e da geração de emprego e renda, decidiu-se por fomentar iniciativas de TBC, promover o conhecimento do tema, avaliar a viabilidade socioeconômica destas iniciativas por meio de um Edital de Chamada Pública de Projetos. No edital da chamada pública, face à diversidade conceitual e das experiências referentes ao TBC, o MTur privilegiou a dimensão do protagonismo local.

O TBC mobiliza, organiza e fortalece os atores locais residentes de destinos para a gestão e a oferta de bens e serviços turísticos, visando tanto atrair turistas que demandam especificamente este segmento turístico, como agregar valor a destinos turísticos de cunho mais tradicional, por meio da oferta deste segmento, cujos elementos de preservação e valorização da cultura local, sua identidade e produção são de interesse dos visitantes. Além disso, a interação entre a comunidade fortalecida em todos os aspectos da sustentabilidade e os visitantes externos é que pode gerar ganhos de bem-estar para a população local, assim como na experiência do visitante (SILVA et al., 2009).

No que se refere aos impactos negativos provenientes do turismo de base comunitária, Maldonado (2009, p.28) esclarece que:

Neste contexto, os receios de muitas das comunidades no que diz respeito aos impactos nocivos provenientes do turismo são bem fundamentados. As intervenções externas podem significar um aumento na sua dependência no mercado, um desmembramento de seus territórios, uma aceleração na perda de sua identidade cultural, um enfraquecimento de suas instituições e a coesão social que estas seguem. A atitude hostil de uma parte da comunidade tem causado fortes tensões internas entre os que defendem posições distintas. A percepção, as atitudes e os interesses das comunidades em relação ao turismo estão longe de ser homogêneas e harmônicas.

Na visão de Sansolo e Bursztyn (2009, p.145), as publicações acadêmicas evidenciam “uma grande diversidade do sentido de comunidade, do tipo de turismo e do significado do

turismo de base comunitária. O mesmo pode se inferir sobre o Brasil, considerando a vasta diversidade cultural e ambiental existente”.

3.3.2 Noções Conceituais

Assim como os casos de turismo de base comunitária no mundo, e mais recentemente no Brasil, o conceito de turismo de base comunitária também se apresenta de diferentes formas, e a seguir se apresentam algumas definições que vêm pautando o debate sobre o tema, esclarecendo, no entanto, que não se procurou aqui esgotar o assunto, tampouco chegar a um conceito único para designar o TBC: busca-se apenas apresentar os princípios e fundamentos que norteiam este tipo de atividade.

Segundo a Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário (TURISOL) apud Sansolo e Bursztyn (2009, p. 147), o turismo de base comunitária é:

Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o encontro cultural com os visitantes.

Por sua vez, a Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM) apud Sansolo e Bursztyn (2009, p. 147), ressalta que:

O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária.

O turismo de base comunitária busca:

[...] se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer rotas exóticas, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de um outro modo de visita e hospitalidade, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija a um mesmo destino (BURSZTYN et al., 2009, p.86).

Bursztyn et al. (2009, p.86) esclarecem ainda que:

Esse turismo respeita as heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las. Tem centralidade em sua estruturação o estabelecimento de uma relação dialogal e interativa entre visitantes e visitados.

Nesse modo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista. [...] O turismo de base comunitária, enraizado num processo situado de desenvolvimento, é uma modalidade do turismo sustentável cujo foco principal é o bem-estar e a geração de benefícios para a comunidade receptora.

Para Silva et al. (2009, p. 362):

Este tipo de organização e oferta do produto turístico possui elementos comuns como a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor.

E continuam Silva et al. (2009, p. 363):

O produto turístico de base comunitária se diferencia por incorporar o modo de viver e de representar o mundo da comunidade anfitriã. Desta forma, prevê na sua essência um intercâmbio cultural com a oferta dos produtos e serviços turísticos, em que há oportunidades para o visitante vivenciar uma cultura diferente da sua e à comunidade local de se beneficiar com as oportunidades econômicas geradas e também pelo intercâmbio cultural.

Entende-se por TBC “iniciativas de estruturação e/ou organização de produtos e serviços turísticos protagonizados pelas comunidades receptoras, como alternativa de geração de trabalho e renda para os residentes” (SILVA et al., 2009, p. 363).

Nos conceitos apresentados, podem ser observadas algumas semelhanças e aproximações; no entanto, destaca-se que os componentes de conservação ambiental e valorização da identidade cultural sustentam a proposta do turismo de base comunitária, bem como a geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras.

No Brasil, essas definições e conceitos incorporam ainda algumas premissas, princípios e desafios referentes às noções de empreendimentos comunitários e intercâmbio intercultural, conforme destacado no próximo subitem.

3.3.3 Premissas, Princípios e Desafios do Turismo de Base Comunitária

Na abordagem do turismo de base comunitária, algumas premissas, princípios e desafios emergem como centrais, e serão discutidas brevemente a seguir com o objetivo de, a partir delas, se entender as experiências de TBC no Brasil e no Estado do Amazonas.

Irving (2009, p.111-115) destaca as seguintes premissas do turismo de base comunitária:

- a) Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local iniciativa e desenvolvimento local;
- b) Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos;
- c) Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados;
- d) Geração de benefícios diretos à população local;
- e) Afirmação cultural e interculturalidade;
- f) O “encontro” como condição essencial: “encontro” entre identidades, no sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua.

Silva et al. (2009, p.363-364), por sua vez, esclarecem que, ao considerar a organização da produção turística com base territorial e protagonizado pelas comunidades locais, o TBC parte das seguintes premissas:

- a) contribuir para a geração de emprego e renda locais;
- b) fortalecer a governança local, em articulação com os demais atores envolvidos na atividade turística;
- c) diminuir os vazamentos de renda e fomentar o adensamento do mercado local;
- d) estruturar este segmento turístico, face a crescente demanda turística em níveis nacional e internacional;
- e) agregar valor a destinos turísticos, por meio da diversificação dos segmentos a serem ofertados;
- f) promover padrões de qualidade e de segurança da experiência turística tanto para a comunidade anfitriã quanto para os visitantes.

No entanto, como ressaltam Silva et al. (2009, p.364), é importante esclarecer que:

[...] para o alcance destes objetivos, é necessário obter um grau de qualidade na oferta de produtos e serviços turísticos que viabilizem a venda destes, bem como a sua consolidação no mercado. Este pressuposto orientou a formatação do Edital de Chamada Pública, ao definir linhas temáticas de apoio como a estruturação, promoção e comercialização, de acordo com a singularidade deste segmento.

Ao discorrer sobre os princípios do turismo comunitário, Coriolano (2009, p.287) destaca que o desenvolvimento comunitário exige um conjunto de princípios que configuram as estratégias desse desenvolvimento, tais como:

- a) o princípio das necessidades sentidas: significa dizer que as iniciativas de trabalho nas comunidades têm que partir das necessidades sentidas pela população e não apenas da consciência e orientações técnicas, de pessoas externas à comunidade;
- b) princípio da precipitação: requer envolvimento profundo da população residente na construção de um processo que pode ser considerado um desenvolvimento;
- c) princípio da cooperação: a ação comunitária não dispensa a iniciativa privada ou a participação pública. Ao contrário, formam-se parcerias com setores público e privado nos projetos de desenvolvimento comunitário;
- d) princípio da auto-sustentação: os processos de transformações econômicas e sócio-espaciais podem sofrer descontinuidades, mas precisam ser susceptíveis de gestão, manutenção e controle comunitários mediante mecanismos que previnam os efeitos perversos de possíveis alterações provocadas por interesses externos;

e) princípio da universalidade: o êxito esperado é para a população na sua globalidade (e não apenas subgrupos), alterando profundamente as condições de subdesenvolvimento das comunidades.

A filosofia do trabalho voltado para o turismo de base comunitária busca mostrar que não há grandes mistérios quanto ao que se quer como comunidade e sociedade, no contexto da mundialização do capital:

Lutando pelo desenvolvimento comunitário, as comunidades não desconhecem a presença do Estado e a mundialização do capital, pois vivem os conflitos da inserção nessas realidades, questionando as políticas neoliberais, sobretudo a estatal, para voltá-las aos interesses das economias populares, com resultados mais socializados (CORIOLANO, 2009, p.287).

Dentre os desafios e obstáculos para a construção de práticas turísticas de base comunitária, Bursztyn et al. (2009, p.86), destacam que:

[...] a participação da comunidade local é reconhecidamente um elemento crucial. A gestão democrático-participativa de práticas turísticas sustentáveis é um processo contínuo de aprendizagem, que tem no grau de comprometimento da comunidade a garantia de sua continuidade (BURSZTYN et al., 2009, p.86).

Refletindo sobre os desafios das práticas turísticas de base comunitária, Kripendorf apud Mendonça (2009, p. 290) alerta que:

A promoção do turismo é vital para a aldeia e para a região e chega a ser de interesse nacional. Mas ninguém fala das eventuais repercussões negativas, apenas de rendimentos, de trabalho e de melhor qualidade de vida. E quando o turismo tiver invadido a região e os viajados tiverem tomado conhecimento da verdade, às suas próprias custas, a euforia inicial dará lugar à desilusão e à visão realista das coisas. Mas, então, talvez seja tarde demais, porque os nativos terão perdido o controle do próprio destino.

Na visão de Irving apud Mendonça (2009, p. 291):

Este modelo vigente é um dos principais obstáculos para a promoção da participação efetiva dos moradores em projetos de turismo. No entanto, segundo uma nova ordem mundial de desenvolvimento, o turismo passa a exigir a incorporação de uma outra forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios e a configuração de um novo modelo de implementação de projetos, centrados em parceria, coresponsabilidade e participação.

Como resultado, segundo Morgado apud Mendonça (2009, p. 291):

[...] o turismo de base comunitária é capaz de modificar a forma pela qual se dá a apropriação dos benefícios gerados pela atividade, pois diante desta perspectiva a comunidade se torna participante ativa de seu próprio desenvolvimento e não apenas espectadora das atividades turísticas organizadas externamente em que os benefícios não são percebidos localmente.

No entanto, Irving apud Mendonça (2009, p. 291) relata que:

[...] a realização de projetos de turismo de base comunitária, com a incorporação e participação efetiva dos moradores, ainda constitui um desafio para muitos e uma realidade para poucos. Apesar de se constituir uma realidade para poucos, na contramão da história, desafiando as regras de uma sociedade regida prioritariamente pelo sistema de interesse [...].

Jeffrey Weeks apud Mendonça (2009, p. 292) revela que o mais forte sentido de comunidade “costuma vir dos grupos que percebem as premissas de sua existência coletiva ameaçadas e por isso constroem uma comunidade de identidade que lhes dá uma sensação de resistência e poder”. As discussões acerca das questões sobre participação comunitária em projetos turísticos contemplam uma nova visão, onde não há razão pela qual os países e suas respectivas comunidades tradicionais não devam decidir que tipo de turismo estão dispostos a aceitar e pela qual não imponham limites ao grau de mudança que estão dispostos a tolerar. Como se pode perceber, a análise sobre essas questões incentiva a busca de uma nova forma de desenvolvimento do turismo e uma possível alternativa poderia estar centrada na promoção do turismo de base comunitária.

3.3.4 Experiências de TBC na Região Norte

Primeiramente, antes de se expor as experiências em nível regional, faz-se necessário destacar que no Brasil existem algumas experiências de TBC que deram e que continuam dando certo. Como exemplo em nível nacional, pode-se citar a Prainha do Canto Verde que, segundo Cruz (2009), trata-se de uma comunidade formada por pescadores artesanais (cerca de 1.100 pessoas) localizada no município de Beberibe, Estado do Ceará, região Nordeste do Brasil. A comunidade de Prainha do Canto Verde enfrentou uma longa batalha judicial¹¹, estendida por vinte anos; e de outro lado, a comunidade enfrentava dificuldades de

¹¹ Embora vivendo por gerações nessas terras, a comunidade de pescadores de Prainha do Canto Verde não dispunha de documentação de posse dessas terras e, por isso, começa a sofrer uma feroz pressão de agentes imobiliários, ávidos pela exploração das qualidades ambientais e paisagísticas do lugar. Essas pressões chegaram ao extremo de ações criminosas como o incêndio provocado na casa de um pescador, enquanto toda a sua família dormia. Todos escaparam com vida. Esse incidente, dada a sua gravidade, reforça na comunidade local o sentimento de união em torno de uma causa comum: a propriedade legal do solo (CRUZ, 2009, p. 105).

sobrevivência somente a partir da pesca artesanal. E é neste sentido que acontece uma importante transformação no lugar.

Um executivo da Swissair [...], decide dedicar-se ao empreendedorismo social e, por ter conhecido a Prainha do Canto Verde e as dificuldades dessa comunidade de pescadores, envolve-se com a comunidade e decide instrumentalizá-la para o desenvolvimento de um turismo com base comunitária. A partir do uso de técnicas de planejamento participativo, a comunidade é estimulada a pensar criticamente o uso de seu território e o desenvolvimento do turismo. Foi a comunidade que decidiu não querer um turismo massivo. As casas dos pescadores foram adaptadas para receber turistas [...]. [...] A pesca continua sendo a principal atividade econômica da comunidade e o turismo uma atividade complementar. A renda gerada pelo turismo de base comunitária dinamiza a economia local e fortalece os laços sociais entre os membros da comunidade (CRUZ, 2009, p.105-106).

Como o foco desse trabalho é o desenvolvimento regional, a partir deste momento se passará a expor exemplos de experiências regionais de TBC nos municípios de Silves, Barcelos e Novo Airão, que podem ser considerados exemplos concretos de como o turismo pode ser um instrumento do desenvolvimento das comunidades locais.

De acordo com Cruz (2009), Silves é um município do Estado do Amazonas, distante de Manaus cerca de 300 km, e sua sede está localizada em uma ilha fluvial, no Rio Urubu, com população de pouco mais de 8.200 pessoas e área territorial de 3.747 km², no interior da qual se destaca a presença de lagos, ricos em peixes e, até poucos anos atrás, ameaçados por uma exploração descontrolada.

O município de Silves caracteriza-se por uma paisagem inserida no domínio da Floresta Equatorial Amazônica, que por sua vez engloba as Várzeas do Rio Amazonas, que na localidade em questão é delimitado pela Bacia do Rio Urubu e Lago Canaçari, e cujas fronteiras políticas envolvem os municípios de Itacoatiara, Silves e Itapiranga (SANSOLO, 2009, p.133).

Segundo Gonçalves apud Sansolo (2009, p.133):

As comunidades se relacionam como esse ambiente por meio de uma cultura forjada pelo conhecimento indígena e europeu. Até a década de sessenta a região possuía um padrão de ocupação baseado no binômio floresta/rios, mas foi modificada com a introdução da rodovia que liga Manaus a Itacoatiara, cujo padrão interferiu na organização espacial definida hoje pela relação rio/várzea/floresta/rodovia. A luta pela conservação dos lagos e rios no município de Silves remonta a um tempo onde a questão fundiária era o assunto prioritário.

E levando-se em consideração a importância dos lagos para a comunidade de Silves, população local foi estimulada a unir-se em torno da causa comum de proteger um de seus mais importantes recursos: o ecossistema lagunar e a ictio-fauna por ele abrigada.

É assim que nasce a ASPAC (Associação de Silves para a Preservação Ambiental e Cultural), em 1993. A institucionalização da Associação de moradores é o preceito legal necessário para a solicitação de recursos junto a organismos governamentais ou não- governamentais, como acontece um ano depois do surgimento da ASPAC. Em 1994, a Associação recebe apoio financeiro do governo da Áustria e da Organização Não-Governamental WWF-Brasil, o que permitiu a construção de um hotel de selva. A Pousada Aldeia dos Lagos é gerida pela comunidade local, que teve de aprender, por meio de oficinas de capacitação, aspectos da gestão em hotelaria. Os recursos gerados pela Pousada, que tem 90% de seus hóspedes estrangeiros, são revertidos para os associados da ASPAC, além de promover projetos de proteção de lagos do município (CRUZ, 2009, p.104-105).

Segundo Sansolo (2009, p.134):

Em 2002, em função de aspectos legais, os membros da ASPAC instituíram a COOPTUR, empresa cooperativa de ecoturismo que passou a se responsabilizar pela administração da Pousada Aldeia dos Lagos e operação do ecoturismo. Com novos recursos do WWF-Brasil, foi elaborado um novo projeto. Ao longo de três anos almejava-se a criação de uma unidade de conservação instituída a partir de um processo participativo. Assim sendo, foi proposto um planejamento ambiental participativo. [...] Não há o controle e conhecimento preciso de quantas famílias hoje estão envolvidas com o ecoturismo. Entretanto, há a expectativa de aumento de renda em função do turismo, inclusive, hoje, em algumas comunidades, assim como na COOPTUR, parte da renda auferida com o turismo é investida na conservação dos lagos, base de reprodução da ictiofauna.

Ainda acerca da experiência da ASPAC em Silves, Sansolo (2009, p.135) destaca que:

O ecoturismo e a proteção da natureza têm favorecido a organização comunitária, uma vez que todo o processo de planejamento e execução dos componentes do subprojeto tem sido efetivamente participativo, exceto a elaboração do projeto inicial, portanto um nível abaixo do que se poderia chamar de total autonomia à participação comunitária. A metodologia utilizada nas reuniões entre a ASPAC e lideranças comunitárias, e com os comunitários em geral quando são realizadas em seus territórios, tem possibilitado um processo de debate democrático, e deliberativo sobre os caminhos do ecoturismo e da proteção dos lagos e rios.

No entanto, no que se refere ao incremento econômico Sansolo (2009, p.136) esclarece que:

Nas comunidades o incremento econômico ainda não pode ser comemorado, devido à sazonalidade, volume e frequência da visitação. Como cada comunidade tem um determinado produto turístico (ainda por se consolidar) e o turista tem a opção de escolha do roteiro a ser visitado quando contrata um pacote com a COOPTUR, ocorre muitas vezes que em uma determinada comunidade haja uma maior frequência de turistas do que em outras. Embora a baixa frequência ainda não exerça grande influência em termos de concorrência entre as comunidades, isso poderá vir a ocorrer, caso o volume e a frequência de turistas aumente, podendo causar algum tipo de problema entre as comunidades.

Mas, como bem observa Sansolo (2009, p.136-137):

A ASPAC vem demonstrando que está em processo de amadurecimento no que se refere à atividade turística. Com a fundação da COOPTUR, o negócio turístico vem sendo incrementado e ajudando a difundir a proteção dos lagos e rios, apontando uma alternativa para a complementação de renda da população da região. Hoje vários cooperados vivem exclusivamente da renda do turismo. [...] Entretanto, as contradições se fazem presentes. Embora a ASPAC seja uma organização não governamental, parte de seus recursos advém de recursos do governo federal e do WWF Brasil, o que talvez seja um dos fatores que gerem internamente algumas assimetrias de poder, pois os responsáveis pela concepção dos projetos possuem privilégios sobre os que somente se incluíram posteriormente ou que estão na periferia da ASPAC, como os representantes das comunidades ribeirinhas.

Embora grande parte das ações da ASPAC seja participativa, algumas ações são orientadas por atores externos, que desconhecem os meandros políticos locais, fazendo com que algumas características culturais locais, bem como temas prioritários para as comunidades, não sejam levados em consideração, e outros não tão relevantes sejam inseridos. Os recursos advindos de fontes externas também geram um processo de dependência que mobiliza e articula as lideranças locais e as comunidades como um todo; entretanto, quando os recursos se encerram, há um processo de desmobilização (SANSOLO, 2009).

Mas, apesar das limitações, como bem esclarece Cruz (2009, p.105):

A atividade do turismo é utilizada pela população de Silves como alternativa à pesca comercial e predatória. Ao ocupar o pessoal ribeirinho em atividades diretamente relacionadas ao hotel e aos passeios oferecidos aos visitantes, o turismo gera renda no lugar, além de possibilitar a preservação de um de seus mais importantes recursos naturais, que provê o peixe, que está na base da alimentação dessa população. É por isso que Silves pode ser considerado um exemplo concreto de como a atividade do turismo pode ser um instrumento do desenvolvimento local.

Outro exemplo de experiência regional de TBC é o que ocorre no município de Barcelos, mais especificamente na Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Unini.

Segundo Silva et al. (2009,p.378), esse projeto visa:

[...] entre outras atividades, preparar os moradores da Reserva Extrativista do Rio Unini para a prestação de serviços turísticos dentro do Parque Nacional do Jaú e na reserva. A 396 Km em linha reta a montante de Manaus e a 496 km por via fluvial, Barcelos localiza-se na margem direita do Rio Negro, sendo o maior município do estado do Amazonas. [...] Conhecida como a capital do peixe ornamental, Barcelos encontra-se às margens do Rio Negro e faz parte da bacia sedimentar amazônica. Possui relevo que varia de plano a suave ondulado. A hidrografia é formada por furos, paranás e igarapés tributários do rio Negro. [...] A cobertura vegetal é a da floresta ombrófila densa, com as matas de várzea e os igapós permanentemente alagados. Há na região uma grande biodiversidade, podendo-se destacar a icteofauna, base da comercialização de peixes ornamentais.

Silva et al. (2009, p.379) destacam que o projeto da RESEX, do Rio Unini, prevê que, ao envolver as comunidades residentes da Resex na prestação de serviços ao turista do Parque Nacional do Jaú, “o visitante poderá conhecer de forma mais próxima a vida dos ribeirinhos, interagindo com eles em festas folclóricas ou religiosas, na prática da pesca tradicional, na coleta da castanha e em outras atividades de trabalho”.

Fundada em janeiro de 1990, a Fundação Vitória Amazônica, proponente do projeto, é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, sediada em Manaus. Sua missão alia a melhoria da qualidade de vida dos habitantes à conservação ambiental da região amazônica, mediante o uso sustentável da biodiversidade, o respeito às culturas e à diversidade étnica regional. O objetivo é influenciar políticas e programas para a região amazônica com base nos conhecimentos acumulados a partir de sua experiência local. Sua área geográfica de atuação é a bacia do rio Negro, com os trabalhos de campo atualmente restritos à sua porção meridional, nos municípios de Barcelos, Novo Airão e Manaus. Na RESEX Unini, atua a Associação dos Moradores do Rio Unini-Amoru, que agrega 200 famílias (SILVA et al., 2009, p.379-380).

Turistas brasileiros e estrangeiros que, em geral, visitam Barcelos por meio das agências de viagens ou de operadoras de Manaus, vêm em busca da prática da pesca esportiva e outros tipos de passeios, como navegar pelos rios e igarapés, onde se pode avistar a variada fauna da região, sobretudo de pássaros. Em Barcelos, está boa parte do Parque Nacional do Jaú, do Parque Estadual da Serra do Aracá e da Área de Proteção Ambiental (APA) de Mariuá, com mais de 1.400 ilhas, o que lhe confere o título de maior arquipélago fluvial do mundo (SILVA et al., 2009).

Em termos turísticos, Silva et al. (2009) destacam que no verão Barcelos oferece praias à comunidade local e aos visitantes, além da tradicional Festa do Peixe Ornamental. A gastronomia local é rica em peixes, mas também em outras iguarias. O artesanato em fibras naturais representa objetos utilitários, como cestas, bolsas e o tipiti¹². Além disso, o visitante encontra na região a cultura ribeirinha e das comunidades indígenas típicas da terra amazônica, onde a tradição oral é passada de geração para geração, com suas lendas, mitos, curandeirismo, xamanismo benzedores, pajés, entre outros. No que se refere à infraestrutura, na cidade há alguns hotéis e um albergue, além de restaurantes típicos. Outras formas de hospedagem são os barcos-hotéis flutuantes que promovem a pesca esportiva.

Como último exemplo de experiência de TBC na região norte, cita-se o que ocorre no município de Novo Airão, no baixo Rio Negro:

¹² Artefato utilizado para espremer a massa da mandioca antes de torrã-la.

O projeto é um modelo de ação integrado, que inclui pesquisa de espécies ameaçadas, educação ambiental, restauração de habitats, envolvimento comunitário, desenvolvimento sustentável, conservação da paisagem e discussão de políticas públicas. Um dos objetivos do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) é conservar a biodiversidade respeitando as tradições das comunidades do entorno dos locais que precisam ser protegidos e onde são realizadas as pesquisas. O projeto conta com os seguintes apoios e parcerias: Cooperação Técnica para o Parque Nacional de Anavilhanas (ICMBio); Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAN); Cooperação Técnica para as Unidades de Conservação Estaduais do Baixo Rio Negro; Secretária de Meio Ambiente do Município de Manaus (SEMMA); Cooperação Técnica para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé; Projeto Alfa, Aliança para a Conservação da Amazônia e Mata Atlântica (USAID); SDS/Ipaam e Fundação Moore - Projeto Rede de Conservação do Amazonas (SILVA et al., 2009, p.381).

Novo Airão está à margem direita do rio Negro, a 115 km de Manaus em linha reta, fazendo limite com os seguintes municípios: Presidente Figueiredo, Manaus, Iranduba, Manacapuru, Caapiranga, Codajás, Barcelos e com o Estado de Roraima. A região do Baixo Rio Negro é formada por florestas de terra firme e também por florestas alagadas - as matas de Igapó, com destaque para as ilhas que formam o Arquipélago de Anavilhanas, localizado inteiramente no Parque Nacional. Esse arquipélago é constituído por aproximadamente 400 ilhas, centenas de lagos, rios e igarapés, todos ricos em espécies de vegetais e animais (SILVA et al., 2009).

A região do projeto abrange um mosaico de unidades de conservação situado nesta região, que totalizam cerca de 1.800.000 hectares: o Parque Estadual de Anavilhanas, os Parques Estaduais do Rio Negro- Setor Norte e Setor Sul, a APA Estadual da Margem Esquerda do Rio Negro-Setor Aturiá-Apuazinho, a APA Estadual da Margem Direita do Rio Negro-Setor Puduari-Solimões e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal do Tupé. O mosaico insere-se no Corredor Ecológico Central da Amazônia, maior área de proteção ambiental contínua do mundo (SILVA et al., 2009, p.381).

Em termos ecoturísticos, Silva et al. (2009) destacam que, em Novo Airão, é possível fazer caminhadas por diversas trilhas, tendo como guias os moradores locais; e, no período da vazante (de agosto a dezembro), visitar cachoeiras no Rio Cuieiras e em Igarapé Araras. É possível ainda conhecer o serpentário com espécies vivas da região e nadar com botos vermelhos que recebem alimentação num restaurante flutuante.

O município é conhecido ainda pelo Parque Nacional do Jaú, pelas ruínas de Velho Airão, pela produção artesanal sustentável da Fundação Almerinda Malaquias e pelo Parque Nacional de Anavilhanas. Nos roteiros ecológicos voltados para o turismo sustentável, os visitantes experimentam o contato direto com a natureza. Os passeios em canoa motorizada oferecem ao visitante a oportunidade de adentrar na floresta alagada, com possibilidades de observação de diversas espécies animais e vegetais típicos desse ecossistema (SILVA et al., 2009, p.382).

As comunidades localizadas no Baixo Rio Negro, dentre elas as residentes no município de Novo Airão, mantêm uma relação direta no uso dos recursos naturais com base em um profundo conhecimento do ambiente, da agricultura, do extrativismo, da caça e da pesca. Nesse contexto, é possível visitar comunidades caboclas e indígenas para observar o cotidiano dessas populações.

Um dos eventos importantes de Novo Airão é o Festival do Peixe-Boi, organizado pela prefeitura, com intuito de promover no entorno uma consciência preservacionista. O município também desenvolve projetos de geração de renda por meio de artesanato de fibra e madeira descartada da construção naval. O artesanato com fibras vegetais retiradas por meio de extrativismo é uma prática antiga, originada nas tribos indígenas que dominavam a região. O município também é conhecido pela produção de embarcações artesanais (SILVA et al., 2009,p.382).

Os exemplos de Silves, Barcelos e Novo Airão evidenciam que o turismo pode se tornar não somente uma possibilidade de apoio a uma luta de subsistência de muitas comunidades, como as da área ribeirinha de Parintins, por exemplo; mas também um meio de fortalecimento da autoestima e da valorização do patrimônio cultural desses grupos, apresentado com orgulho aos que ali vão visitar.

Além disso, essas experiências demonstram que a proteção da natureza associada ao turismo, ao mesmo tempo em que tem sua origem na luta pela sobrevivência, surgindo como possibilidade de renda extra, trata-se, sobretudo, de um processo de proteção da paisagem com história, em que a presença humana é a essência do cenário, não a natureza desumanizada. E nesse viés a Educação Ambiental (EA), objeto de estudo do próximo subitem, assume grande relevância.

3.3.5 A importância da Educação Ambiental (EA)

A Educação Ambiental (EA) deve estar fundamentada na ética ambiental, que segundo Sirvinskas (2003) é o estudo dos juízos de valor da conduta humana em relação ao meio ambiente. É, em outras palavras, a compreensão que o homem tem da necessidade de preservar ou conservar os recursos naturais essenciais à perpetuação de todas as espécies de vida existentes no planeta Terra.

Desde os seus primórdios, a EA conduziu à necessidade de reuniões internacionais para tentar disciplinar o tema, afinal, existe uma preocupação internacional de minimizar as diferenças e estabelecer metas para um crescimento contextualizado e globalizado do ser humano, o que só acontecerá através da educação, inclusive na esfera ambiental.

Segundo Antonio (2000), pode-se afirmar com convicção que a educação ambiental existe informalmente desde épocas muito remotas, manifesta indiretamente no convívio pacífico que alguns indivíduos, tidos erroneamente como selvagens, mantinham com o meio do qual faziam parte. Esses conceitos de educação ambiental eram transmitidos oralmente pelos homens mais sábios desses povos e denotavam claramente sua interdependência com a natureza, que assumia o papel de provedora e mãe respeitada.

Um claro exemplo dessa prática, ainda remanescente, é encontrado entre o povo Yanomami. [...] é um discurso de orientações da vida diária com referências aos antepassados, à lua, ao sol, aos tempos propícios de pesca, caça, plantio e colheita. De todo modo, o escocês Patrick Geddes é apontado cronologicamente como o introdutor da educação ambiental na moderna sociedade, fato que se deu nos idos de 1889. Daquele tempo até os dias hodiernos a educação ambiental ganhou contornos de verdadeiro mecanismo de reconhecimento e clarificação de conhecimentos que permitem ao homem vislumbrar corretamente as inter-relações entre si e o meio biofísico (ANTONIO, 2000, p.29-30).

Mas, oficialmente, segundo Pedrini (2001), o marco inicial de interesse para a EA foi a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano - a Conferência de Estocolmo em 1972.

Souza (2000) esclarece que, depois dessa Conferência, passou a ser pacificamente aceito que por problemática ecológica devia se entender mais, bem mais, que a tentativa de se manter, por ajustes conetivos e medidas preventivas, o equilíbrio dos ecossistemas. Tornava-se imperativo, à luz da velocidade dos processos degradadores, entender melhor o mecanismo de sua causação.

Segundo Pedrini (2001), o Plano de ação da Conferência de Estocolmo recomendou a capacitação de professores e o desenvolvimento de novos métodos e recursos instrucionais para a EA. A Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo em 1972, mostrou a necessidade de gerar um amplo processo de educação ambiental, o que levou a criar o Programa Internacional de Educação Ambiental Unesco/PNUMA em 1975 e a elaborar os princípios e orientações da educação ambiental na Conferência de Tbilisi em 1977.

Segundo informações de Leff (2001, p. 237), isto levou a fundar a educação ambiental em dois princípios básicos:

- Uma nova ética que orienta os valores e comportamentos sociais para os objetivos de sustentabilidade ecológica e equidade social.
- Uma nova concepção do mundo como um sistema complexo levando a uma reformulação do saber e a uma reconstituição do conhecimento. Neste sentido, a

interdisciplinaridade se converteu num princípio metodológico privilegiado da educação ambiental.

Reconhecendo que havia muito que fazer para a sociedade se preparar para o próximo milênio, a ONU decidiu promover uma segunda conferência nacional. Daí, o Brasil se ofereceu para sediá-la. A Conferência do Rio de Janeiro - A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) -, realizada em 1992, foi oficialmente denominada de “Conferência de Cúpula da Terra”, reuniu 103 Chefes de Estado e um total de 182 países.

Aprovou cinco acordos oficiais internacionais: a) Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; b) Agenda 21 e os meios para sua implementação; c) Declaração de Florestas; d) Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas; e) Convenção sobre Diversidade Biológica. Durante este megaevento o governo brasileiro, através do Ministério da Educação e Desporto - MEC organizou um Workshop paralelo à Rio-92, no qual foi aprovado um documento denominado “Carta Brasileira para a Educação Ambiental”. Este enfoca o papel do estado, estimulando, em particular, a instância educacional como as unidades do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) para a implementação imediata da EA em todos os níveis (PEDRINI, 2001, p.30).

De acordo com Alvarenga (2005), na reunião mundial ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, restou oficial e formalmente proclamada a declaração internacional de que o direito à prosperidade deve ser exercido de forma que responda equitativamente às necessidades ambientais e de desenvolvimento das presentes e futuras gerações. Conforme preceitua o art. 5º, V, da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no âmbito educacional, a determinação legal no Brasil é que se promova a cooperação entre as diversas regiões do País, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade. Dentre os mega-princípios do direito ambiental, pela sua reconhecida importância na construção da conscientização individual e pública direcionada à preservação do meio, sublima-se o princípio da educação ambiental, cuja promoção em todos os níveis do ensino é uma exigência constitucional (art. 225, § 1º, VI) da Constituição Federal.

As pessoas melhor informadas poderão adequar e ajustar ambientalmente as suas condutas às práticas cotidianas de proteção e conservação do patrimônio ecológico. Afinal, é preciso conhecer para proteger! A inserção de programas sérios de educação ambiental no sistema oficial de ensino do País revela-se fundamental para a formação de uma sólida e permanente consciência social de respeito aos bens e valores ambientais.

Segundo Alvarenga (2005), no Brasil, a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, instituiu a política nacional de educação ambiental, que foi concebida como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. A precitada Lei da Educação Ambiental restou regulamentada pelo Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002.

Legalmente declarada integrante da educação nacional, a educação ambiental deve ser ministrada em caráter formal (desenvolvida no âmbito curricular das instituições oficiais de ensino, públicas e privadas, em todos os níveis) e não formal (práticas educativas de sensibilização geral da coletividade a respeito da questão e da necessidade de proteção ambiental). Este megaprincípio reitor do direito ambiental está em estreita sintonia com os direitos fundamentais do homem.

Na concepção de Nalini (2001), em tema de educação ambiental, todas as pessoas padecem de certo analfabetismo. Se os seres humanos tivessem consciência dos perigos que ameaçam a Terra, poucos os que alterariam substancialmente sua existência para poupá-la. Como lembra Boff (1999), para cuidar do planeta, todos os seres humanos precisam passar por uma alfabetização ecológica e rever os hábitos de consumo, que importa desenvolver uma ética do cuidado. Na visão de Nalini (2001), a ecologia se aprende de múltiplas formas, como, por exemplo, vivenciando experiências preservacionistas, lendo inúmeras obras hoje direcionadas a conscientizar as pessoas de sua responsabilidade planetária, ou mesmo fazendo cursos de educação ambiental, para obter escolaridade formal em temas ecológicos.

Muitos imperativos éticos importantes continuam sendo ainda grandes desafios para a questão da educação ambiental. Nalini (2001) destaca resumidamente alguns:

- Reeducar as pessoas para uma melhor adequação entre a cultura visual e televisiva do meio ambiente e a práxis individual e social das pessoas;
- Propor uma educação ambiental que atinja a dimensão plural da liberdade do homem, promovendo uma verdadeira metanóia;
- Articular uma educação ambiental com um planejamento sociopolítico que seja verdadeiramente condizente com as necessidades locais e regionais, possibilitando a interação e integração das pessoas com o meio ambiente circundante, ajudando-as no processo de preservação do espaço socioambiental.

Dessas observações depreende-se que não há um saber ambiental definitivo, cuja aquisição se possa fazer de imediato. Todas as metodologias e estratégias estão abertas à criatividade. Essencial é centrar-se sobre a valoração do ambiente. E os valores ambientais se induzem por diferentes meios (e não só dentro dos processos educativos formais), produzindo

efeitos educativos. Estes vão desde os princípios ecológicos gerais (comportamentos em harmonia com a natureza) e uma nova ética política (abertura na direção da pluralidade política e da tolerância com relação ao outro), até novos direitos culturais e coletivos que têm a ver com os interesses sociais em torno da reapropriação da natureza e a redefinição de estilos de vida, que rompem com a homogeneidade e a centralização do poder na ordem econômica, política e cultural dominante (NALINI, 2001).

Logo, pode-se inferir que toda ação pró-ambiental é bem-vinda, e toda omissão na defesa do ambiente é inadmissível. A quem foi dado enxergar a realidade e não se comporta de acordo com ela, não haverá escusa. Nem será perdoado aquele que, podendo fazer algo para tirar a venda do seu semelhante, não o fizer. Nem a ignorância é escusável.

De acordo com estudos da UNESCO/IBAMA (1999), uma educação holística propõe a busca de novos valores e práticas baseados em uma postura ética que, aliados à sabedoria acumulada pela humanidade e aos conhecimentos científicos, perpassem todas as ações das comunidades, de órgãos governamentais, partidos políticos e de ONGs. É também uma educação democrática que propicia oportunidades para que as pessoas e grupos desenvolvam sua criatividade, reaprendendo o mundo sem estabelecer separações artificiais entre mestres e aprendizes, entre sexos e idades, e entre saberes.

Para viver o cotidiano de uma maneira mais coerente com os ideais de uma sociedade sustentável e democrática, as pessoas precisam de uma educação que as conduza a repensar velhas fórmulas de vida e a propor ações concretas para transformar a sua casa, a sua rua, o seu bairro, as suas comunidades, sejam elas no campo, na fábrica, na escola, no escritório.

Na visão da UNESCO/IBAMA (1999), a preocupação ambiental não é assunto somente para especialistas, mas uma dimensão que deve estar presente em qualquer forma de organização popular ou programa. É por meio do exercício efetivo da cidadania que se irá proporcionar a melhoria de vida do ser humano nos grandes centros urbanos.

Como bem salienta Antonio (2000, p.29):

Clama-se, mundialmente, por um modelo de educação voltado para a paz, para a democracia e para o desenvolvimento sustentável. Firmam-se, pois, com intensidade, as bases de uma nova teoria do ensino, a Ecopedagogia, que sustentada por vultos da intelectualidade latino-americana, como Leonardo Boff, intenta dar arrimo a uma metodologia da educação direcionada à consecução de uma verdadeira cidadania planetária. É a pedagogia ambiental, concebida como uma estratégia educativa para a conservação do meio, uma estratégia ressaltada para sobrevivência. Para atinar com clareza o significado desse revolucionário postulado do ensino, mister se faz uma análise consistente da educação ambiental e da sua importância para a manutenção da vida humana no século XXI.

Vê-se, pois, que a ética ambiental deve ser buscada através da consciência ecológica fundamentada na educação ambiental.

O Governo brasileiro também procurou delinear seu entendimento sobre educação ambiental, através do Ministério da Educação, que a aponta como o “conjunto de ações educativas voltadas para a compreensão da dinâmica dos ecossistemas, considerando os efeitos da relação do homem com o meio, determinação social e a evolução histórica dessa relação” (ANTONIO, 2000, p.31).

Independentemente de qualquer fonte, a concepção de educação ambiental sempre transcende aos padrões tradicionais impostos à vida acadêmica. Atrelá-la a conceitos pré-determinados, impor a ela normas sistemáticas, redundarão apenas na resistência à sua assimilação e na negação de sua natural transversalidade, de sua inegável interdisciplinaridade.

Ao considerar os parques, as unidades de conservação (UCs), bem como as áreas de proteção ambiental (APA) como espaços a serem preservados, a Constituição de 1988 preceitua a concretização da educação ambiental quando prescreve os espaços territoriais em todas as unidades da Federação, com seus componentes a serem protegidos, e nesse contexto o papel da educação ambiental é insubstituível.

Segundo informações de Antonio (2000), a Constituição do Estado do Amazonas reafirma esse mister no inciso I, do artigo 230, em seu capítulo X, dedicado ao meio ambiente. A Lei Orgânica do Município de Manaus, promulgada em 1990, contempla o assunto em seu artigo 287 e Parágrafo Único, que expressa:

Art. 287 - A educação ambiental será proporcionada pelo Município na condição de matéria extracurricular e ministrada nas escolas e centros comunitários integrantes da sua estrutura e do setor privado, se na condição de subvencionado ou conveniado com esse.

Parágrafo Único - O Município se utilizará de programas especiais e campanhas de ampla repercussão e alcance popular com vistas a promover a educação ambiental no âmbito comunitário (ANTONIO, 2000, p.31).

A educação ambiental é, pois, elevada por textos legais dessa magnitude a um patamar de acentuada importância, sendo que atualmente a quase totalidade das nações do globo se empenha na consecução de uma política comum e eficaz de implementação da EA.

Cabe nesse aspecto salientar o capítulo 36, da Agenda 21, fruto da Rio-92, que ressalta ser “o ensino de fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões do meio ambiente e desenvolvimento” (ANTONIO, 2000, p.32).

De acordo com o PCN (2001), a educação ambiental tem como objetivo o desenvolvimento de hábitos e atitudes, e estes só se consolidam ao longo da formação do indivíduo. Nesta modalidade de educação deve-se buscar uma sociedade ambientalmente sustentável, que propicie uma melhor qualidade de vida para gerações presentes e futuras.

A principal função da Educação Ambiental é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso, é necessário que, mais do que informações e conceitos, a educação ambiental se proponha a trabalhar com atitudes e com formação de valores. E esse é um grande desafio para a educação: comportamentos ambientalmente corretos (PCN, 2001).

Zelar pelo meio ambiente equilibrado, bem como o uso comum de todos é essencial à qualidade de vida das presentes e futuras gerações. É legítima e necessária a atuação de todos na preservação desse patrimônio comum. Se a poucos é conferido poder e força para compelir o Estado a fazer o bem ambiental, a atuar em postura eticamente correta em relação ao ambiente, a todos se reconhece condição de evitar práticas eticamente reprováveis.

Na concepção de Nalini (2001), a erudição não garante proporcional incremento à tutela da natureza, assim como o *status* econômico diferenciado nem sempre se acompanha de idêntico respeito pelo *habitat* natural. Há muita gente provida de escolaridade a se comportar como inimiga da natureza. Os poderosos, quando se dispõem a sacrificá-la, são potencialmente mais destrutivos do que os desprovidos de poder. A proteção à natureza independe de educação, riqueza ou mesmo religião. Em todos os estamentos há infratores. Desde as grandes madeiras, sem pátria e sem lei, aos despossuídos que dizimam as áreas próximas aos mananciais. A lei ambiental não tem sido freio suficiente. A proliferação normativa desativa a força intimidatória do ordenamento. Outras vezes, a sanção é irrisória e vale a pena suportá-la, pois a relação custo-benefício estimula a vulneração da norma. Apenas uma nova cultura ambiental poderá coibir a reiteração de práticas lesivas, hoje disseminadas e, pior ainda, toleradas. Isso não depende do governo, pois ele não é o único vilão dessa lamentável história.

A crise que se vive atualmente não é do ambiente e sim de valores, que envolvem diretamente a atenuação do sentimento de obrigatoriedade na forma de conviver e que repercute positivamente a favor dos direitos e negativamente a favor dos deveres, tratando-se de uma crise ética.

“A crise ecológica também é uma crise dos valores humanos, da ética em todas as dimensões, e traz à tona novos pensamentos, novos conflitos, novas possibilidades, novas

soluções e novos comportamentos diante do planeta” (Genoveva Chagas de Azevedo apud NALINI, 2001, p.XXIII).

Logo, formar uma consciência ambiental ética, baseada em princípios e valores humanos é a única alternativa para viabilizar a vida em um planeta tão degradado, sendo urgente a revitalização de valores éticos, dentre os quais a bondade e a solidariedade, com incidência também sobre a natureza. E no trilhar da ética ambiental na reconstrução dos valores humanos na sociedade contemporânea, a educação ambiental é uma grande aliada, conscientizando as pessoas desde a mais tenra idade de que o ambiente é um bem comum a todos, não existindo apenas para satisfações individualistas.

É importante destacar que para esta missão, não está sendo conclamada apenas a Escola, embora ela seja o espaço privilegiado para a informação, a comunicação, a transmissão e a produção do conhecimento. Na realidade, promover a educação ambiental é tarefa de todas as pessoas e não apenas dos professores, que podem exercer um papel muito importante no processo de construção de conhecimento, nas modificações dos valores e condutas pró-ambientais, de forma crítica, responsável e contextualizada.

Para Sirvinskas (2002, p. 306):

[..] através da ética transmitida pela educação ambiental, busca-se o exercício efetivo da cidadania que poderá resolver parte dos grandes problemas ambientais do mundo. Para se entender as causas da degradação ambiental é necessário compreender os problema socioeconômicos e político-culturais e, a partir desses conhecimentos, tentar alterar as atitudes comportamentais das pessoas na sua fase inicial por meio de uma ética ambiental adequada.

No contexto das florestas amazônicas, o fascínio científico pelas características ecológicas das florestas, associado ao grande prazer na descoberta estética desse bioma através de visitas dirigidas, pode, no final, despertar a “magia” oculta nesta experiência e provocar nos indivíduos os sentimentos preservacionistas tão necessários atualmente. As florestas estão desaparecendo e a educação ambiental tem se mostrado um caminho para a mudança de rumos da nossa sociedade.

A educação ambiental tem como um de seus objetivos formar cidadãos conscientes de sua relação com a natureza e com seu habitat. Diante disso se conclui que a mesma, independente da metodologia, deve priorizar a formação de pessoas conscientes de seu papel e de sua relação com o meio ambiente, de modo que primem pela sustentabilidade, através do uso racional dos recursos naturais, para que tanto essa quanto às futuras gerações possam também usufruí-los. Os momentos de contato com a floresta podem atuar como elemento de sensibilização e nos tornar pessoas conscientes da importância de nossas atitudes no dia-a-dia. A intensidade do aprendizado se dá de acordo com a intensidade das emoções vividas nestes

momentos. Quando participamos de atividades de sensibilização, percebemos diretamente os ciclos e processos espontâneos da natureza, gerando na memória os conceitos e princípios dos sistemas ecológicos envolvidos (NEIMAN e RABINOVICI, 2001, p.15).

A atividade ecoturística na região do domínio da floresta amazônica, apesar de divulgada, principalmente no cenário internacional, ainda é difícil, devido às distâncias para se percorrer e por se tratar de uma região pouco conhecida pelos envolvidos nesta atividade.

Apesar de seu risco, o ecoturismo configura-se, no momento, como uma das mais importantes alternativas de desenvolvimento econômico sustentável, desde que utilize racionalmente os recursos naturais para visitas monitoradas, sem comprometer a sua capacidade de renovação e sua conservação. No caso do ecossistema de floresta, [...] o ecoturismo desponta como uma atividade que pode aliar o desenvolvimento econômico e social com o sentimento necessário de cuidado com este importante patrimônio do planeta (NEIMAN e RABINOVICI, 2001, p.16).

No que tange à educação ambiental, o ambiente florestal no qual vivem as comunidades ribeirinhas da Amazônia apresenta um enorme potencial de recursos didáticos e múltiplas ações para o estudo de sua dinâmica, favorecendo assim a sua realização. Sendo assim, as atividades ecoturísticas de caráter educativo oferecem oportunidade de estabelecer o contato direto com a natureza, patrocinando a formação de valores e sentimentos, necessários para uma atuação consciente no futuro, não somente dos turistas, mas também dos moradores das comunidades.

A Educação Ambiental deve levar o indivíduo e o grupo à participação e solução dos problemas ambientais. Portanto, a sua aplicação requer metodologias que permitam ao público questionar, propor soluções e apresentá-las. Desta forma, as pessoas participam das atividades, desenvolvem progressivamente o conhecimento e o comportamento em relação às questões ambientais. [...] As modalidades de atividades e trabalhos devem ser bastante diversificadas e embasadas em conhecimentos científicos, enfocando a educação ambiental e devem caracterizar-se pela participação ativa do ecoturista. Devem favorecer o desenvolvimento de habilidades e de atitudes, a par de conhecimentos específicos, abrindo espaço para que as pessoas proponham seus pontos de interesse (VILAS BOAS et al, 2001, p.138).

Nas comunidades ribeirinhas pode-se praticar a educação ambiental através da utilização de trilhas interpretativas, as quais são consideradas um instrumento pedagógico, normalmente de curta extensão, mas, por permitir um contato direto do homem com a natureza, possibilita o acesso ao conhecimento biológico da fauna, flora, geografia, e das relações ecológicas do meio ambiente e da sua proteção. Além desta metodologia educacional, pode-se lançar mão também de outras atividades por meio da utilização de

instrumentos de animação cultural, como música, poesia, contos, lendas e exposições (VILAS BOAS et al, 2001).

As atividades ecoturísticas integradas com programas de educação ambiental, além de proporcionar a preservação de seus recursos naturais, poderão dar apoio à educação formal e informal, produzindo material instrucional, promovendo soluções aos desafios ambientais da comunidade, desenvolvendo estudos, pesquisas e eventos sobre a problemática ambiental, dentro de uma perspectiva multi, inter e transdisciplinar. A atuação da educação ambiental integrada ao ecoturismo [...] é uma maneira de integrar e compreender a realidade a partir da análise do ambiente e dos seus problemas; porém vistos de forma ampla, nos aspectos biológicos, geográfico, histórico, político, econômico, social e cultural. A Educação Ambiental é um processo dirigido a todos os níveis que, através de diferentes meios, pretende favorecer a tomada de consciência, o desenvolvimento de valores e de atitudes, com a finalidade de contribuir para a solução de problemas ambientais. Finalmente, pode-se concluir que o êxito e sucesso de um programa de educação ambiental integrado com atividades ecoturísticas [...], deverá estar embasado em características sociais, econômicas e ecológicas da região abrangida [...]. E, deverá representar os anseios e a realidade das comunidades locais envolvidas e, ser coerente com o perfil característico dos ecoturistas visitantes (VILAS BOAS et al, 2001, p.139).

No contexto das comunidades ribeirinhas, a educação comunitária surge como uma grande parceira da educação ambiental.

A educação comunitária, como uma expressão da educação popular, preocupa-se específica, mas não exclusivamente, com os setores excluídos da sociedade, principalmente excluídos do sistema econômico, não-produtores e não-consumidores, na busca de melhoria da qualidade de vida. Os campos de ação da educação comunitária podem ser tanto a escola formal quanto a não-formal, as organizações econômicas populares, a educação municipal, as escolas produtivas, bem como as microempresas, as cooperativas, os movimentos populares e sociais. [...] Numa perspectiva progressista, a educação comunitária é aquela que associa o produtivo, o organizativo e o educativo. [...] o paradigma orientador da educação comunitária parece ser o da educação permanente. O processo educativo, formador da consciência cívica da comunidade deve ser percebido como uma necessidade vital e contínua (GADOTTI e GUTIÉRREZ, 2005, p.11 e 13-14).

Diante de tudo que foi exposto, pode-se inferir que é por meio do exercício efetivo da cidadania que se irá proporcionar a melhoria de vida do ser humano nos grandes centros urbanos, nas áreas rurais e, no caso deste estudo, nas comunidades ribeirinhas da Amazônia. Vê-se, pois, que a ética ambiental deve ser buscada através da consciência ecológica fundamentada na educação ambiental e comunitária.

4 PARINTINS E ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Nesse capítulo, primeiramente se descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Em seguida, faz-se uma caracterização do município de Parintins, onde foi realizada a sondagem, bem como um relato da visita à cidade e às comunidades ribeirinhas de Santa Rita da Valéria, Lago de Macuricanã, Paraná do Espírito Santo (de Baixo, do Meio e de Cima) e Vila Amazônia, realizada pela Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos, uma empresa de consultoria econômica, produção de vídeo e áudio e publicidade.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A organização dos procedimentos metodológicos de um estudo varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa, no entanto, requer-se, a apresentação de informações acerca de alguns aspectos, como os que são apresentados a seguir.

Quanto ao método de abordagem, o trabalho se utilizou do método dedutivo da pesquisa, partindo-se das teorias em conexão descendente, ou seja, dos conceitos mais abrangentes até se chegar ao tema especificamente proposto. Nesta dissertação, primeiramente abordaram-se teorias referentes ao turismo, ecoturismo e desenvolvimento sustentável, para em seguida discorrer sobre o turismo de base comunitária. Quanto aos métodos de procedimentos, adotou-se a taxionomia que classifica uma pesquisa quanto à sua natureza, quanto às suas finalidades e quanto aos seus meios de investigação.

Quanto à natureza, a presente pesquisa contemplou o método qualitativo de estudo crítico, embora se tenha utilizado informações quantitativas em sua elaboração. No entanto, na apresentação e análise dos resultados foi realizada uma abordagem qualitativa para subsidiar a pesquisa.

Quanto às finalidades, a pesquisa foi ao mesmo tempo exploratória, descritiva e explicativa, pois se buscou investigar no município de Parintins, uma área na qual há pouco conhecimento sistematizado, e esclarecer que fatores contribuem de alguma forma para a ocorrência do fenômeno estudado.

Quanto aos meios de investigação, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada com o objetivo de obter subsídios para a análise dos resultados obtidos com a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada tomando-se como base trabalhos de caráter científico, publicados e catalogados, por meio de publicações avulsas, jornais, revistas, livros, dissertações, monografias e *sites* da *internet*.

A pesquisa de campo foi realizada no município de Parintins pela Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos e acompanhada pelo pesquisador, em instituições e entidades ligadas às suas atividades turísticas, tais como: a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo (SECTUR) e a Associação Comercial e Industrial de Parintins (ACP); e comunidades ribeirinhas de Santa Rita da Valéria, Lago de Macuricanã, Paraná do Espírito Santo (de Baixo, do Meio e de Cima) e Vila Amazônia.

Em Parintins, a pesquisa elegeu como universo as instituições e entidades ligadas às atividades turísticas, e como sujeitos da pesquisa os funcionários lotados nas referidas instituições e que puderam fornecer informações pertinentes para a elaboração do estudo. Nas comunidades visitadas, os sujeitos que fizeram parte da pesquisa foram os seus moradores, e o critério para a inclusão no estudo foi o de acessibilidade; ou seja, participaram da pesquisa de campo as pessoas que estavam disponíveis para responder as perguntas.

Para eventuais necessidades de comprovação das informações, todas as visitas e entrevistas realizadas foram devidamente documentadas através de filmagem (imagem e áudio) e fotografias pela Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos, que utilizou roteiros de perguntas para as instituições visitadas em Parintins e outro para os moradores das comunidades. O pesquisador efetuou apenas entrevistas complementares (coleta de dados) para enriquecer as informações repassadas pela Smith.

No material bibliográfico selecionado, após a identificação das informações se estabeleceram relações entre os objetivos propostos e os elementos obtidos, verificando-se a consistência das informações e realizando-se uma leitura seletiva e analítica que contribuiu para a produção do texto da dissertação.

Em face dos objetivos deste estudo, os dados qualitativos, coletados através das respostas durante as entrevistas realizadas pela Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos, foram descritos em um relato. Os resultados coletados por meio da pesquisa, bem como pelas observações efetuadas, foram analisados utilizando-se da pesquisa bibliográfica levantada sobre o tema, além do conhecimento do pesquisador em relação ao município estudado.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARINTINS

Como a cidade de Parintins é que fará o turismo receptivo para o turismo de base comunitária (TBC), começou-se a coleta de informações a partir do município. Parintins está situada no arquipélago Tupinambarana, formado por dois ecossistemas de várzea e terra

firme, rico em recursos naturais, principalmente pesqueiros, vegetação flutuante, aves e animais silvestres, que alegam a paisagem e as pessoas que a vêem. Na ilha de terra firme está situada a cidade de Parintins, conhecida em grande parte do mundo por realizar nos três dias do último final de semana do mês de junho, o maior festival folclórico da região, encantando a todos com as toadas e os rituais envolventes da brincadeira entre dois bois bumbás: Garantido e Caprichoso.

As informações apresentadas a seguir foram coletadas pela Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos na visita ao município de Parintins, e complementadas pelo autor da dissertação, bem como por informações colhidas do *site* da Biblioteca Virtual do Amazonas (BVAM)¹³, do *site* da cidade de Parintins¹⁴, e outras fontes como a dissertação de mestrado de Batista (2000)¹⁵ e monografia de conclusão de curso de Batista (2006)¹⁶.

4.2.1 Aspectos Históricos

Reverendo as informações disponibilizadas nos *sites* da Biblioteca Virtual do Amazonas (BVAM) e da cidade de Parintins (parintins.com), não seria possível furtar-se à referência histórica calcada na forte presença indígena e na exploração da Coroa Portuguesa. Historicamente, Parintins, conhecida também como a ilha Tupinambarana, foi primitivamente habitada por índios Tupinambá, Sapupé, Peruviana, Mundurucu, Mawe e Parintins. Seu nome é originado da tribo dos índios Parintintins.

De acordo com informações da BVAM (2010), a descoberta de Parintins ocorreu em 1749, quando o explorador José Gonçalves da Fonseca, ao descer o Rio Amazonas, observou uma ilha que, por sua extensão, se sobressaía das outras localizadas à direita do grande rio. No entanto, a fundação da localidade só foi realizada em 1796, pelo Capitão de Milícias José Pedro Cordovil, que, ao receber da rainha D. Maria I a ilha de presente, veio para a ilha com seus escravos e agregados para se dedicar à pesca do pirarucu e à agricultura, chamando-a de Ilha Tupinambarana.

José Pedro Cordovil também fundou uma fazenda de cacau, dedicando-se à cultura desse produto em grande escala, e ao sair da ilha, algum tempo depois, ofertou-a de volta à

¹³ Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/parintins.php>>

¹⁴ Disponível em: <<http://www.parintins.com/docs/parintins/index.php?p=ilha>>

¹⁵ BATISTA, Iêda Hortêncio. **Urbanização e ambiente**: análise de Indicadores da Qualidade de Vida na Cidade de Parintins. Dissertação de Mestrado Centro de Ciências do Ambiente. Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2000.

¹⁶ BATISTA, Suzanna Caroline Araújo. **Ecoturismo**: Uma alternativa econômica para a o município de Parintins. Monografia de Graduação em Economia .Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2006.

rainha. No ano de 1803 a Ilha Tupinambarana foi aceita e elevada à Missão Religiosa pelo Capitão-mor do Pará, Conde dos Arcos, que incumbiu sua direção ao Frei José das Chagas, recebendo a denominação de Vila Nova da Rainha. A eficiente atuação de Frei José provocou um surto de progresso e desenvolvimento na Vila, mediante a organização da comarca do Alto Amazonas. E no ano de 1833, essa Missão foi elevada à categoria de Freguesia, mudando o nome para Nossa Senhora do Carmo de Tupinambarana (BVAM, 2010).

Na linha do tempo apresentada nos *sites* da BVAM (2010) e no *parintins.com* (2010), destacam-se os seguintes fatos importantes:

- Em 24.10.1848, pela Lei Provincial do Pará nº 146, elevou a freguesia à categoria de Vila, com a denominação de Vila Bela da Imperatriz, e constituiu o município até então ligado a Maués;

- Em 15.10.1852, pela Lei nº 02, é confirmada a criação do município;

- Em 14.03.1853, dá-se a instalação do município de Parintins;

- Em 24.09.1858 é criada pela Lei Provincial a Comarca, compreendendo os termos judiciários de Vila Bela da Imperatriz e Vila Nova da Conceição;

- Em 30.10.1880, pela Lei Provincial nº 499, a sede do município recebe foros de Cidade e passou a denominar-se Parintins;

- Em 1881, foi desmembrado do município de Parintins o território que constituiu o município de Vila Nova de Barreirinha;

- A divisão administrativa de 1911 figura o município com quatro distritos: Parintins (sede), Paraná do Ramos, Nhamundá e Xiburi;

- Em 1933, aparece no quadro da divisão administrativa com um distrito apenas, o de Parintins;

- Em 01.12.1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 176, é criado o distrito da Ilha das Cotias, passando assim o município a constituir-se de dois distritos: Parintins e Ilha das Cotias;

- Em 24.09.1952, pela Lei Estadual nº 226, a comarca de Parintins perde os termos judiciários de Barreirinha e Urucará, que são transformados em comarcas;

- Em 19.12.1956, pela Lei Estadual nº 96, é desmembrado do município de Parintins o distrito da Ilha das Cotias, que passa a constituir o município de Nhamundá;

- Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº 12, extinta a antiga divisão distrital, o Município de Parintins é constituído pela cidade de Parintins (sede) e pelas agrovilas de Mocambo e Cabury;

4.2.2 Aspectos Geográficos

O município de Parintins está localizado à margem direita do Rio Amazonas, na região do Baixo Amazonas (localização da 9ª sub-região), e distante da Capital do Estado 369 km em linha reta e 420 km por via fluvial. Em termos de área territorial, o município tem 7.069 Km² de superfície, sendo 50% de Várzea, 30% de Terra-Firme e 20% de rios e lagos, limitando-se com o Estado do Pará; e no Estado do Amazonas, com os municípios de Barreirinha, Urucurituba e Nhamundá.



Fonte: Parintins.com <<http://www.parintins.com/docs/parintins/index.php?p=localizacao>>

Figura 3 – Localização de Parintins.

A população residente em Parintins, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, é de 107.250 habitantes, distribuídos em 65% na sede urbana e 35% na zona rural. A população do município é constituída por pessoas de origens diversas, que se deu pela mistura de índios e brancos. Em termos religiosos, predomina a religião católica, e a padroeira do município é Nossa Senhora do Carmo.

O clima do município é equatorial-úmido, típico da região amazônica, e é composto por um complexo de florestas de várzea e terra firme, tendo ao seu redor uma rica hidrografia de rios, paranás, lagos e furos, além de uma formação de relevo de planície fluvial e uma pequena serra. Ao norte da cidade, na margem oposta do rio, está a maior parte dos terrenos aluviais, que formam um complexo lacustre denominado Macuricanã. A área de várzea

limita-se ao sul com a grande depressão amazônica, cuja altitude dos terrenos e composição físico-química são similares às da Serra de Parintins. Conforme a Lei Orgânica do Município, esse complexo é considerado uma Área de Proteção Ambiental (APA) desde abril de 1990.

Segundo informações de Batista (2002), nesse complexo localizam-se os lagos do Uaicurapá e Mamuru, alimentados por rios homônimos de água escura e ácida (pH4). Ao oeste, situam-se os lagos do Aningá e Parananema. Nesses locais, a vegetação assemelha-se ao cerrado, com árvores pequenas e retorcidas, pontuando a extensa área de gramíneas.

4.2.3 Atividades Econômicas

De acordo com dados disponíveis no site da BVAM (2010), destacam-se as seguintes informações:

No Setor Primário: agricultura, pecuária, pesca, avicultura e extrativismo vegetal.

- Agricultura: junto com a pecuária, completa a formação econômica do setor primário. É representada pelas culturas temporárias: abacaxi, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca, melancia, melão e milho. Culturas permanentes: abacate, banana, cacau café, caju, coco, laranja, limão, pimenta-do-reino e tangerina.

- Pecuária: é atividade de maior peso no setor primário. Compreende principalmente a criação de bovinos, vindo a seguir a criação de suínos. A produção de carne e leite destina-se ao consumo local e à exportação para outros municípios.

- Pesca: desponta como um dos principais entrepostos de pesca no Estado, tanto para o consumo local como exportação para outros municípios.

- Avicultura: está voltada para o criatório em moldes domésticos, sendo representada principalmente pela criação de galinhas, seguida de perus, patos, marrecos e gansos.

- Extrativismo Vegetal: é pouco representativo no setor primário, mas, destaca-se a exploração de borracha, cumaru, gomas não elásticas, madeira, óleo de copaíba e puxuri.

No Setor Secundário prevalecem as indústrias nas seguintes atividades: esquadrias metálicas, peças metálicas, gelo, redes e tapetes, beneficiamento de malva, sacos/fios/tela de juta, beneficiamento de arroz, moinho de café, beneficiamento de pau-rosa, estaleiros, serrarias, olarias, marcenarias.

No Setor Terciário, destacam-se as seguintes atividades:

- Comércio: varejista e atacadista.

- Serviços: hotéis, agências de viagem, agências bancárias, restaurantes, cinemas, hospitais, oficinas mecânicas, clínicas odontológicas, clínicas médicas.

Segundo dados informados por Joselito Araújo, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Parintins (ACP), Parintins conta com 1.870 estabelecimentos comerciais devidamente formalizados, varejistas e atacadistas, dos mais diversificados produtos; e 120 cadastrados como comerciantes informais. Na prestação de serviços destacam-se: cabeleireiros, borracharias, oficinas mecânicas, eletrônicas, hotéis, pousadas, bares, restaurantes, bancos, médicos, dentistas, contabilistas. Neste setor encontra-se grande parte da população devido à escassez de emprego na cidade.

Conforme dados do site parintins.com (2010), a mão de obra formal do município é constituída praticamente pelos funcionários públicos (Federal, Estadual e Municipal) e empregados no comércio local. O município tem uma média salarial abaixo do mínimo de R\$ 151,00; durante o Festival Folclórico (mês de junho) a escassez de emprego e os baixos salários são amenizados, os dois bois contratam juntos cerca de 1.200 pessoas diretamente, e colaboram para a criação de outros 5 mil empregos indiretos.

- No Turismo: por meio do seu Festival Folclórico, Parintins desponta como uma das principais cidades com vocação turística do Estado do Amazonas, surgindo uma tendência promissora para investimentos. Mas, nesse município, em seu entorno e suas comunidades, não se contempla somente o Festival como atração turística; ele oferece uma diversidade cultural e natural que lhe assegura o desenvolvimento de variadas modalidades de turismo, como, por exemplo, o ecoturismo e o turismo de base comunitária. No entanto, ao passo que se destaca com uma vasta área em potencial, encontram-se dificuldades para sua execução. Questiona-se, portanto, por que até hoje não se conseguiu implementar a prática de atividades ecoturísticas, organizar programas e roteiros, uma vez que o ecoturismo se destaca pela política ecologicamente correta, economicamente sustentável e sistematicamente viável.

4.2.4 Infra-Estrutura Básica de Parintins

Antes de se apresentar a infra-estrutura básica de Parintins, em princípio, faz-se necessário destacar que o município, durante vários anos, passou e ainda passa por algumas dificuldades nos setores de urbanização, saneamento, saúde e educação. No entanto, um dos maiores entraves do desenvolvimento econômico é o setor energético. Atualmente a realidade não se apresenta muito diferente; porém, percebe-se que tais dificuldades foram minimizadas em decorrência do Festival Folclórico de Parintins, assim, os problemas foram em parte reduzidos, se forem levadas em consideração as realizações demonstradas na figura a seguir.

ITEM	LOCAL	ESPECIFICAÇÃO
1	AEROPORTO	Aeroporto Júlio Belém
2	PORTO	Cais do Porto de Parintins
3	HOSPITAIS E CENTROS DE SAÚDE	Hospital Padre Colombo, Hospital Jofre Chen, Centro de Saúde Darlinda Ribeiro, Centro de Saúde Valdir Viana, Centro de Saúde Irmão Francisco Galianni, Centro de Saúde Dr. Toda, Centro de Saúde Dom Arcângelo Cerqua.
4	FARMÁCIAS	Farma 1000 – 24 horas de funcionamento, Drograria Avenida, Drograria Amiga, Drograria Nova, Drograria Triunfante, Drograria Junior, Drograria Santa Rita, Drograria Lobato, Drograria Gel, Drograria Forte, Drograria Popular, Drograria Brasileira, Drograria Amazonas, Drograria Mil, Drograria Moderna, Drograria Mais.
5	LIMPEZA URBANA	Coleta de lixo diária
6	SEGURANÇA	Delegacia, Quartel, Polícia Civil, Delegacia da Mulher, Corpo de Bombeiros, Detram.
7	MERCADOS	Mercado Municipal, Mercado Mundico Barbosa, Mercado Lindolfo Monteverde.
8	SUPERMERCADOS	Supermercado Baranda, Supermercado Triunfante, Supermercado Céu e Mar, Casa Sony, Casa Góes.
9	COMUNICAÇÕES	Posto Telefônico, Telemar, Amazônia Celular, Parintins Celular – Operadora TIM, Da Bela.com (Operadora VIVO), Correio Central, Visual Correios, Ciber Café Dabela.com, Ciber Café Web Point, Ciber Café Jurupari, TV A Crítica (SBT) Canal 12, TV Parintins (Globo) Canal 07, TV Alvorada de Comunicações (Rede Vida) Canal 04, Rede TV Canção Nova Canal 09, Rádio Clube (AM), Rádio Alvorada (AM-OT-FM), Rádio TV do Amazonas S/A.

Fonte: Centro de Atendimento ao Turista (CAT) – 2004, compilado por Batista (2006, p.63).

Figura 4 - Infra-Estrutura Básica do Município de Parintins.

Quanto ao saneamento básico, no que se refere especificamente ao abastecimento de água, atende a maioria da população satisfatoriamente. Já o sistema de esgoto, segundo dados do IBGE de 2000 apud Batista (2006), apenas parte da população é servida por rede coletora. A maioria usa fossas sépticas e outros meios não específicos, sendo os dejetos despejados diretamente no rio. A limpeza pública da cidade é feita diariamente pela Prefeitura, com a utilização de caminhões; no entanto, o lixo é despejado a céu aberto, sem nenhum tratamento. Estes fatores têm causado vários transtornos à comunidade.

No que se refere às questões geográficas do município, vale ressaltar ainda as vias de acesso à região. Por ser uma ilha, Parintins dispõe de somente dois modos de transporte: aéreo e fluvial. O fluxo de carga e passageiros entre a capital do Estado e o município acontece por via aérea com linha regional regular e diariamente, com aeronaves fazendo a conexão entre Manaus/Parintins/Santarém/Belém e vice-versa.

Quanto à infraestrutura aérea, de acordo com informações do Relatório do XLIV Festival Folclórico de Parintins (2009), o aeroporto Júlio Belém entrou em reforma durante o ano de 2009 para atender as necessidades dos visitantes, bem como as exigências de segurança da aviação civil. O terminal foi reformado, recebeu equipamento como RX de

bagagem, pórtico e todo o suporte necessário para segurança dos vos, coordenados pela INFRAERO. Por via fluvial ocorre com barcos saindo diretamente de Parintins ou passando de outros municípios da calha do Rio Amazonas. O acesso também ocorre por meio de lanchas tipo expresso, que, por serem velozes, são bastante utilizadas na condução de passageiros, tanto de Parintins/Manaus, quanto para os municípios vizinhos, encurtando as distâncias e adaptadas às condições da região.



Fonte: Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos, 2010.
Figura 5 – Barcos que chegam  Parintins.



Fonte: Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos, 2010.
Figura 6 – Lanchas tipo expresso utilizadas em Parintins.

Segundo o Relatório do XLIV Festival Folclórico de Parintins (2009), a Marinha do Brasil informou que, no período da ação, 22 a 30 de junho, não ocorreu acidente ou fato da navegação que prejudicasse o XLIV Festival Folclórico, mas observou-se que o número de embarcações vem diminuindo com o passar dos anos. No ano de 2009 houve o registro de 255 embarcações e um movimento de 6.924 pessoas.

Dentre os aspectos de infraestrutura básica mencionados, uma das deficiências mais agravantes é, sem dúvida, a qualificação dos recursos humanos do município. Como o turismo tem na sua essência a prestação de serviços, o recurso humano é o seu principal elemento. O atendimento ao turista ainda é realizado de forma amadora, falta capacitação nos segmentos da atividade turística e profissionalização da atividade.

Durante a visita a Parintins, verificou-se que o atendimento ao visitante é ruim. De acordo com informações de Joselito Araújo, Presidente da ACP, somente durante o festival é que acontece o SAT - Serviço de Atendimento ao Turista.

Em entrevista complementar, Karla Viana, Secretária da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo (SECTUR), afirmou que Parintins busca progredir nesta área e que no município já existem guias turísticos formados pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM). A Secretária também afirmou que está se formando uma turma de turismo de desenvolvimento local. Na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em Parintins, existe o curso de tecnólogo em turismo.

4.2.5 Infra-Estrutura Turística de Parintins

Segundo Batista (2006), muitas melhorias que ocorreram na infraestrutura básica do município e que beneficiaram a infraestrutura turística do mesmo foi em função do Festival Folclórico de Parintins, que tem projeção nacional e internacional e atraiu investimentos tanto do setor público quanto do setor privado.

Parintins tem no seu festival folclórico um grande trunfo como estratégia mercadológica para atração turística. O Festival tem como personagens principais os bois bumbás Caprichoso e Garantido. Na arena do Bumbódromo, local onde a festa é realizada, sempre no último final de semana do mês de junho¹⁷, destaca-se a apresentação do maior espetáculo a céu aberto do país, um verdadeiro teatro ao ar livre.

¹⁷ Até o ano de 2004, a Festa dos Bois acontecia nos dias 28, 29 e 30 de junho; no entanto, em decorrência dos dias às vezes caírem em dias úteis de trabalho, para não prejudicar os turistas, o Festival passou a ser realizado no último final de semana do mês de junho.

Como bem observa Batista (2006), uma platéia de aproximadamente 35 mil pessoas¹⁸ diverte-se com o ritmo contagiante das toadas, com as gigantescas alegorias¹⁹, e deslumbra-se com as encantadoras cunhãs-porangas, rainhas do folclore, portas-estandarte, sinhazinha da fazenda, itens femininos oficiais dos bumbás, além da marujada ou batucada, rituais, alto do boi, dentre outros atrativos.

Enfim, trata-se de um acontecimento que, no mês de junho, atrai a atenção dos governos federal, municipal e estadual para o sucesso da realização da festa. A dimensão do festival já ultrapassou os limites do município e é hoje um dos mais importantes eventos turísticos do Estado. No entanto, faz-se mister salientar que, para que Parintins possa, de fato, ser enquadrada com um pólo turístico e promover a satisfação aos turistas que a visitam, precisa dispor de infraestrutura básica, equipamentos e serviços turísticos indispensáveis para tal pretensão.



Fonte: Relatório do XLIV Festival Folclórico de Parintins, 2009.
Figura 7 – Bumbódromo de Parintins.

A infraestrutura básica essencial à qualidade de vida da comunidade também beneficia os turistas. Joselito Araújo destacou que há mais de quatro décadas a cidade de Parintins oferece o festival folclórico, e mesmo havendo investimentos dos governos federal, estadual e municipal, a infraestrutura de Parintins ainda é precária. De acordo com os dados informados pela Central de Atendimento ao Turista (CAT) e Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo (SECTUR), a infraestrutura turística contempla o seguinte:

¹⁸ Em média a capacidade do bumbódromo.

¹⁹ Alegorias: estruturas em ferro que formam os cenários das apresentações dos bumbás.

ITEM	LOCAL	ESPECIFICAÇÃO
1	HOSPEDAGEM	Amazon River, Hotel Amazonas, Hotel Avenida, Hotel Cabocla, Hotel Bela Vista, Hotel Palace, Hotel Samaúma, Hotel Uirapuru, Hotel Viajantes, Pousada Norte Hotel, Posada Ilha Bela, Pousada Triunfante, Pousada da Abelha, 87 Pousadas tipo Cama & Café. O projeto Cama e Café reúne diversos pequenos meios de hospedagem em residências características da ilha, administrados por seus proprietários, na sua maioria, disponibilizando serviços de café da manhã, ar condicionado, frigobar, armário e televisão.
2	RESTAURANTES	Pedaço da Paz, Da Dodô, Aos Amigos, Fruto dos Lagos, Big Boy, Palace, Soparia Radar, Tal da Pizza, Churrascaria Carne na Tábua, Restaurante Fim da Ilha, Chapéu de Tangará.
3	AGÊNCIAS DE TURISMO	Cabocla Turismo, Tupã Turismo, Turispar, Tucunará Turismo
4	TRANSPORTE TURÍSTICO	Carros, embarcações, lanchas...
5	ESPAÇOS PARA EVENTOS E ENTRETENIMENTO	Auditório Dom Arcângelo Cerqua, Cine Teatro da Paz, Show Clube Ilha Verde, Mangueirão Night Club, Danceteria Plataforma I, Aldeia Iate Clube, Associação Comercial Clube de Campo, Big Boy Eventos, Kuat Clube, Chop Mil, Bar Americano, Bar Chapão I, Bar Chapão II, Kais Bar, Central Lanche, Aerobar, Bar Comunas, Skinão, Bar da Gaby, Lanchonete Viagra, Doceria Bom Bocado, Lanchonete Tônico Nativo
6	TRANSPORTE	Companhias aéreas. Parintins é servida com vôos diários para Manaus pelas companhias RICO, TAVAJ e TOTAL, Serviços de Táxis, Serviços de Moto-taxis
7	BANCOS	Banco do Brasil, Banco da Amazônia (BASA), Caixa Econômica Federal, Bradesco
8	COMÉRCIO TURÍSTICO – ARTESANATO	Arte's e Variedades, Artesanato Iara, Lojinha da Rosilda, Naza Artesanatos, Q-Boi, Jura's Cocar.

Fonte: CAT e SECTUR – 2004, compilado por Batista (2006, p.66).

Figura 8 - Infra-Estrutura Turística do Município de Parintins.

Embora Parintins apresente um potencial turístico muito bom, o município ainda não dispõe de todos os equipamentos e serviços turísticos necessários para o bom andamento do setor. A infraestrutura relacionada na figura 8 revela-se insuficiente, e em alguns casos, precisa-se de melhorias para condições de uso.

4.3 POTENCIAL ECOTURÍSTICO DE PARINTINS

Parintins, mesmo de forma incipiente, já contempla algumas atividades ecoturísticas, como: o turismo de aventura (trilhas), o turismo ecológico no entorno da ilha (com pequenos botes e barcos), visitas às comunidades e pesca esportiva, a exemplo do que ocorre no Paraná do Espírito Santo de Cima, o Festival do Peixe Liso, e outras realizações com variadas alternativas em potencial para o desenvolvimento da atividade, em menor escala.

Pode-se afirmar que o ecoturismo é um dos segmentos do turismo que menos exige investimentos em estrutura, se comparado aos demais segmentos turísticos, haja vista que

propõe impactar o mínimo possível o meio ambiente, conservando a vegetação e a hidrografia existente.

Durante a visita às comunidades ribeirinhas de Santa Rita da Valéria, Lago de Macuricanã, Paraná do Espírito Santo (de Baixo, do Meio e de Cima) e Vila Amazônia, constatou-se que o ecoturismo praticado nessas localidades não traz benefícios às comunidades locais, e muito menos promove a consciência ambientalista, tanto para a comunidade, quanto para os turistas. Aqui, mais uma vez cabe a observação de que o turismo de base comunitária é o ecoturismo; no entanto, nem todo ecoturismo é de base comunitária.

Quanto, especificamente, à região da Valéria, Batista (2006) destaca que existe um projeto financiado com recurso internacional voltado para a organização e controle das ações turísticas praticadas ali. Por intermédio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o projeto de estruturação e qualificação da mão de obra local vem sendo desenvolvido.

As áreas que compreendem as comunidades ribeirinhas de Santa Rita da Valéria, Lago de Macuricanã e Paraná do Espírito Santo (de Baixo, do Meio e de Cima), bem como a Vila Amazônia, destacam-se com reconhecidos atrativos naturais e culturais; sendo, portanto, áreas em potencial para o desenvolvimento do ecoturismo.

Outrossim, em Parintins encontram-se riquezas inigualáveis, tanto no que diz respeito ao patrimônio natural, como cultural, a exemplo das listadas nos subitens seguintes.

4.3.1 Recursos Naturais

De acordo com dados compilados pelo SEBRAE/AM (2004), em apostila do “Curso de Turismo Receptivo”, oferecido em Parintins, a região possui variados recursos naturais, e dentre os que mais se destacam estão:

- Serra de Parintins: é uma pequena formação de 152 metros de altitude, circundada por espessa vegetação rica em sua flora e fauna. No seu entorno é possível contemplar o belíssimo Lago da Valéria, que é a porta de entrada para o ecoturismo. Recebe-se na alta temporada cruzeiros marítimos (transatlânticos), com grande demanda turística de estrangeiros. É a região ideal para os observadores da natureza e interessados na prática da pescaria esportiva.

- Rio Uaicurapá: na época da vazante surgem belas praias fluviais. No mês de setembro, a praia de Itaracuera serve de cenário para a realização do Festival de Verão, com a escolha da Garota Verão, shows musicais e competições esportivas.

- Lago do Macurany, Parananema e Aningá: localizam-se atrás da cidade. Esses lagos circundam a Ilha Tupinambarana e na sua margem vislumbra-se uma paisagem belíssima, com várias fazendas de criação de gado e um castanhal nativo e centenário. Os lagos do Macurany e Parananema são muito frequentados em épocas de cheia, nos passeios de barco, lancha e *jet ski*.

- Pescaria Esportiva: são inúmeros espécimes de peixes da Amazônia que se encontram nos rios e lagos que circundam a cidade de Parintins. Durante o ano todo é recomendada a pesca esportiva nos lagos Macurany, Parananema, Aninga, Poção, Andirá, Uaicurapá, Zé Açu, Valéria e Macuricanã.

- Lago do Macuricanã: santuário ecológico de rara beleza que o caboclo aprendeu a conservar e proteger. Lago de água barrenta, com inúmeros espécimes de peixes e aves exóticas.

No que se refere ao ecoturismo, em entrevista complementar, Karla Viana, da SECTUR, destacou que há áreas de potencial estudadas e mapeadas; no entanto, é necessário desenvolver um trabalho de revalidação do inventário turístico realizado pelo Ministério do Turismo, pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur), pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Essas informações repassadas abrangem a área urbana e rural de Parintins, enfocando seus atrativos culturais, naturais, manifestações culturais, edificações e a população que trabalha com o turismo. É importante ressaltar que não existe, ou não é de conhecimento público, avaliações dessas localidades no que se refere à capacidade de visitas, limites de acesso no contato com o meio ambiente e mecanismos de controle da ação humana sobre a natureza.

Em Parintins, aliado aos recursos naturais, os recursos culturais, dentre os quais se destaca o Festival Folclórico, e os apresentados no subitem a seguir, revestem-se de relevância no contexto das potencialidades ecoturísticas e desempenham um importante papel no desenvolvimento do ecoturismo no município.

4.3.2 Recursos Culturais

Quanto aos recursos culturais, Parintins tem no Festival Folclórico o seu maior atrativo, sendo o que mais movimentava o fluxo de turistas na cidade. No que se refere ao fluxo turístico, Karla Viana, da SECTUR, destaca que em primeiro lugar está o Festival no mês de junho; em

segundo, o “Carnailha”, no carnaval; em terceiro, o “Réveillon” de Parintins; e, em quarto, a Festa de Nossa Senhora do Carmo, no mês de julho.

O Festival Folclórico de Parintins é responsável por uma das maiores manifestações populares do Brasil, considerado o segundo maior evento popular do país, perdendo somente para o Carnaval nacional. Não restam dúvidas de que a cidade concentra no Festival Folclórico seus maiores olhares e atenções; entretanto, tal evento interfere no aspecto socioeconômico do parintinense somente nos três meses que antecedem a sua realização.

Nesse contexto, houve a necessidade de se criar alternativas de eventos turísticos para movimentar a economia do município, e instigar a visitação de turistas para a cidade por meio de outras manifestações populares. Assim, mediante a Lei nº 020/2001-GPMP, de 07 de outubro de 2001, o Prefeito Municipal de Parintins instituiu o "Calendário de Eventos do Município de Parintins" na área da Cultura e do Turismo.

Tomando como base as informações disponíveis nos *sites* da BVAM e da cidade de Parintins (parintins.com), bem como na monografia de Batista (2006), destacam-se os seguintes eventos culturais:

Em janeiro, comemora-se o Festival das Pastorinhas, Aberto de Tênis de Parintins e a Festa de soltura de Quelônios – Santa Rita do Murituba.

Em fevereiro, Parintins oferece aos visitantes o “Carnailha”, evento que vem ganhando maior dimensão a cada ano.

Em abril e maio, destaca-se a Encenação da Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo e a temporada de Festas e Ensaios dos Bumbás Caprichoso e Garantido.

Em junho, a cidade se prepara para a maior manifestação folclórica do Estado, comemora-se o Festival Folclórico com início no dia 12 e término no dia 30. Ainda, dispõe do Festival de Quadrilhas na Comunidade do Zé Açú.

Em julho, tem-se a Festa de Nossa Senhora do Carmo, Padroeira do Município.

Em agosto, o Festival da Pesca do Peixe Liso - Comunidade do Paraná do Espírito Santo.

Em setembro, o Festival de Verão do Uaicurapá, o Festival de Verão do Cabury, o Festival da Música Sacra - FEMUSA -, e o Festival do Bejú - Agrovila do Mocambo.

Em outubro, comemora-se o Aniversário do Município de Parintins, o Festival de Toadas, Festival do Artesanato - Terra Preta do Mampurú - e o Festival do Cheiro Verde - Paraná do Limão.

Em novembro, a cidade participa e recebe turistas em função da Feira Exposição agropecuária de Parintins; e, em dezembro, termina o ano com o Concurso de Presépios e o *Réveillon*.

Como ocorre com os recursos naturais, os recursos culturais possuem algumas peculiaridades que devem ser analisadas em conformidade com sua relevância para o consumo do produto ou serviço turístico, por exemplo: a situação e ambiência, local de ocorrência das festas, comemorações e atividades, forma de apresentação, singularidade, localização, meios de acesso ao atrativo e o próprio patrimônio histórico. Esses fatores fazem parte do *mix* do produto ecoturístico em potencial e com possibilidades reais de implementação em Parintins.

No entanto, como bem observou Karla Viana, da SECTUR, para que o ecoturismo obtenha êxito quanto a sua execução, é importante ressaltar o envolvimento e comprometimento entre os atores envolvidos, partilhando as atribuições, obrigações e direitos entre si. Dentre os atores sociais envolvidos no turismo, destacam-se: a comunidade, o Governo, as instituições de ensino, a mídia, as Organizações Não Governamentais (ONGs), turistas, Ministério Público e empresários (*trade* turístico).

4.4 VISITAS À SEDE DE PARINTINS E ÀS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

4.4.1 Em Parintins

A visita à região de Parintins, incluindo a sede e algumas comunidades ribeirinhas, foi realizada pela Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos e devidamente acompanhada pelo pesquisador. Nas visitas realizadas à área ribeirinha, contou-se com o apoio e companhia de Nilton (aluno bolsista da UFAM), Willian (Professor da UFAM), Antônio Takita (áudio e imagens), e durante a navegação pelo Rio Amazonas, com o piloto de lancha, Haroldo.

Conforme já foi destacado anteriormente, como a cidade de Parintins é que fará o turismo receptivo para o turismo de base comunitária (TBC), a coleta de informações foi iniciada a partir da cidade. Durante a visita, percebeu-se o quanto o município é dependente do Festival Folclórico, apesar da informação ser de que “a cidade de Parintins é grata ou deve toda a sua projeção nacional e internacional ao Festival, e por isso tem de cuidar e valorizar esta cultura em detrimento das outras”²⁰.

²⁰ Fala dada em entrevista por Karla Viana, Secretária da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo – SECTUR.

No entanto, tem-se conhecimento que Parintins não pode viver economicamente dependente desse festival. Tem que haver um melhor aproveitamento da projeção desse evento no resto do ano. O Bumbódromo, arena onde acontece o grande espetáculo, depois do mês de junho, fica a maior parte do ano ocioso; é de praxe fazer obras de restauro ou reparo nas datas próximas ao Festival Folclórico, mas não existe uma política para fazer uso permanente da estrutura, apesar de se gastar vultosos recursos em reformas.

Os currais dos bois Garantido e Caprichoso são pontos turísticos; porém, após o término do festival, não têm atrativos. Presenciou-se o momento exato em que turistas da Inglaterra e de São Paulo, estavam entrando na sede ou curral do boi bumbá Caprichoso: o grupo não passou mais do que cinco minutos cronometrados (pelas imagens filmadas, o tempo foi de exatos 4 minutos e 23 segundos), isto porque o local estava praticamente vazio.

Com exceção do porteiro, não há um restaurante, um local para vender bebidas como água ou refrigerante, ou uma loja sequer para vender *souvenirs* da terra ou do boi de Parintins. Além disso, não houve uma receptividade para manter o turista por mais tempo no local, a fim de fazê-lo deixar renda e levar conhecimento para o local de origem.

Nesse contexto, há necessidade de investimentos permanentes para que o turista gaste na cidade, gere emprego e renda, e, dessa forma, contribua para o desenvolvimento sustentável da cidade e de suas comunidades.

Na cidade, ocorreram visitas a muitos lugares. No que se refere aos estabelecimentos de alimentação (bares, restaurantes e lanchonetes), merece registro a visita aos seguintes locais: Praça de alimentação Sabino Alves; Restaurante dos Amigos; Restaurante da Dodô; Restaurante Big Boy; Restaurante e Bar da Gaby; Sopão do Mário; Restaurante Pedaco de Paz; Delícias na Chapa (Kais Bar); Churrascaria do Baixo; Churrascaria “A Biroasca”; Coroa’s Bar; Restaurante Tukanos; Lanchonete Mata Broka; Lanchonete Mc Daves; Lanchonete Chopp Mill e Tal da Pizza.

Quanto aos serviços de hotelaria visitados, merece registro a visita aos seguintes locais: Amazon River Resort; Hotel Avenida; Hotel Palace; Hotel Brito; Pousada Sonho Dourado e Pousada da Ilha.

Nos hotéis citados, há uma observação importante a fazer: durante a visita ao “Amazon River Resort”, que é hotel de referência e luxo em Parintins, não havia nenhum hóspede no local. Considerado o melhor hotel de Parintins, estava completamente vazio, e, ao questionar alguns funcionários sobre a demanda por vagas e o perfil dos turistas que visitam Parintins, nenhum quis se identificar. Apesar disso, têm-se imagens da ociosidade do hotel registradas pela Smith. A resposta dos funcionários foi de que raramente trabalham a pleno

emprego fora do período do festival, e que uma vez ou outra aparece um visitante, e quando isso acontece, a média é de dois a três dias de hospedagem.

De acordo com informações do Relatório do XLIV Festival Folclórico de Parintins (2009), no ano de 2009 os meios de hospedagem que tiveram taxa ocupacional maior que 90% foram os hotéis Amazon River, Brito, Avenida, Pousada Sonho Dourado. Cerca de 40% das estalagens “cama e café” da cidade tiveram taxa ocupacional superior a 80%; outros tiveram cerca de 20%. Parintins possui em média 192 hospedarias “cama e café”, e muitos proprietários não conseguiram alugar seus apartamentos. Então, observou-se que houve uma queda na demanda em relação aos anos anteriores.

No que tange a visita aos estabelecimentos de vendas de gêneros alimentícios e comércio em geral, destacam-se os seguintes locais: Mercado Municipal; Supermercados Baranda; Supermercado Céu e Mar; Supermercado Triunfante; Casa Góes e Casa Sony.

Em todos os bares, restaurantes e lanchonetes visitados, a abordagem e o atendimento foi quase 100% péssimo ou ruim. É impressionante o atraso e a falta de qualificação de todos que recepcionam os visitantes nesses ambientes, além da baixa e média qualidade da alimentação.



Fonte: Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos, 2010.

Figura 9 – Mercado Municipal de Parintins.

Ainda durante a visita à cidade, algo que se considerou um verdadeiro descalabro foi a construção de arquibancadas para o “Carnailha” com madeiras nobres e recém-cortadas. Ao conversar com os marceneiros do local, eles afirmaram que todos os anos as arquibancadas

são feitas desse jeito. Além disso, e para completar a surpresa, mesmo que o Poder Público tenha consciência de que todo ano acontece aquele evento, até a base, a estrutura ou os alicerces embaixo das tábuas também são de madeiras, ao invés de ferro removível, que além de duradouro, serviria para muitos anos de carnaval.

Em visita à Associação Comercial e Industrial de Parintins (ACP), que possui 56 anos de existência, com 220 associados e 34 diretores, entrevistou-se o Presidente Joselito Araújo, que assumiu em janeiro de 2007 e cujo mandato vai até dezembro de 2010. Ele forneceu à Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos, dados de comércio, indústria e serviços.

Em termos de turismo, Joselito Araújo destacou que há cerca de 4 (quatro) décadas a cidade de Parintins oferece o festival folclórico. No ano de 2009 ocorreu o “44º Festival Folclórico de Parintins”, e mesmo havendo investimentos dos governos federal, estadual e municipal, a infraestrutura do município ainda é precária. Ainda na área do turismo, ele destacou que existe na cidade um projeto chamado “Cama e Café da Manhã”, que é realizado por casas de família e pequenas hospedagens na época do festival, pois durante o evento a infraestrutura hoteleira não consegue atender a demanda de turistas.

Na área do comércio, base da economia da cidade, existem 1.870 empresas formais e 120 cadastrados como comerciantes informais. Há perspectivas ainda de que novas 300 microempresas sejam cadastradas no ano de 2010.

Em termos populacionais, a última estimativa²¹ realizada na cidade detectou uma população de cerca de 110 mil habitantes e que cresce a uma taxa de 5% ao ano. Joselito Araújo destacou que 20% dessa população faz parte da População Economicamente Ativa (PEA) da cidade, distribuída nos setores formal e informal da economia. A população, diante do desemprego, criou formas alternativas de renda, tais como alimentação e triciclos.

Segundo dados da ACP, há atualmente na cidade 1.200 triciclos que fazem a condução de passageiros e cargas, gerando um faturamento diário de R\$ 20,00 a R\$ 40,00 para seus proprietários.

No setor de alimentação existem barracas de churrasco e comidas regionais. Nesse sentido, a ACP e o SEBRAE/AM buscam parcerias para proporcionar cursos de manipulação de alimentos. O atendimento ao visitante é ruim e somente durante o festival é que acontece o SAT - Serviço de Atendimento ao Turista.

²¹ Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2009 (107.250 habitantes).



Fonte: Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos, 2010.
Figura 10 – Modelo de triciclo utilizado em Parintins.

Em visita à Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo (SECTUR), Karla Viana, Secretária Municipal da referida Secretaria, ao ser questionada sobre o fluxo de turistas, destacou a seguinte ordem: em primeiro lugar está o Festival Folclórico, no mês de junho; em segundo, o evento do carnaval “Carnailha”, geralmente em fevereiro; em terceiro, o “Réveillon” de Parintins, em dezembro; e em quarto, a festa religiosa de Nossa Senhora do Carmo, no mês de julho.



Fonte: Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos, 2010.
Figura 11 – Entrevista complementar com Karla Viana da SECTUR -Parintins.

Quanto ao ecoturismo, Karla Viana destacou que há áreas de potencial estudadas e mapeadas, mas que é necessário desenvolver, no entanto, um trabalho de revalidação do inventário turístico realizado pelo Ministério do Turismo, pela Amazonastur, pela UEA e pela UFAM. Segundo informações da secretária de turismo, a catalogação e o cadastro dessas áreas naturais ainda estão sendo feitas, e, até agora, o município de Parintins não tem um mapeamento oficial das áreas verdes e naturais com potencialidade turística, o qual, se houvesse, facilitaria o deslocamento, a compreensão das espécies, dos costumes e da vida primitiva do caboclo pelos turistas do mundo inteiro, além de preparar e qualificar a comunidade ribeirinha para o ecoturismo.

Parintins é rota de transatlânticos, porém aproveita mal esta passagem de centenas de milhares de turistas. Geralmente os transatlânticos que visitam Parintins param somente na região da Valéria, e depois vem para a cidade; e têm alguns que só param na região da Valéria, não visitando outras comunidades e nem a sede do município. Segundo Karla Viana, há projetos de ecoturismo; no entanto, falta incentivo para a iniciativa privada no que se refere aos investimentos em hospedagem e acessibilidade dos turistas para Parintins.

Parintins está entre os 65 municípios indutores de turismo. O Ministério do Turismo destina verbas prioritárias e contínuas para esses municípios, que continuam no patamar exigido pelo Ministério na classificação dos 5.000 municípios brasileiros que têm vocação para a atividade turística. No Estado do Amazonas, os municípios de Manaus, Barcelos e Parintins estão entre os 65 municípios indutores de turismo.

Segundo o Ministério do Turismo²² (2010), a estruturação e gestão dos 65 destinos indutores do turismo faz parte do “Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização”, que se trata de um conjunto de projetos e ações de “Regionalização do Turismo” e que estão relacionados ao planejamento das regiões turísticas nas 27 unidades federativas do país. Essa ação contempla desde atividades de articulação, sensibilização e mobilização até a elaboração e a implementação dos planos estratégicos das regiões turísticas, e tem efetiva atuação por meio da institucionalização de instâncias de governança regional, na formação de redes, na monitoria e na avaliação do processo de regionalização em âmbitos municipal, estadual e nacional.

Segundo a secretária, o ecoturismo em Parintins é prioridade, mas, apesar dos esforços, se faz precariamente e sem planejamento adequado. Karla Viana ainda destacou que o município, mesmo de forma incipiente, já pratica algumas atividades ecoturísticas, como: o

²² Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/>

turismo de aventura (trilhas), o turismo ecológico no entorno da ilha (com pequenos botes e barcos), visitas às comunidades e pesca esportiva, a exemplo do que ocorre no Paraná do Espírito Santo, o Festival do Peixe Liso. Para ela, a qualificação é a chave para o sucesso do ecoturismo. Nesse sentido, conforme já foi destacado anteriormente, busca-se progredir e já existem guias turísticos formados pelo CETAM e está se formando uma turma de turismo de desenvolvimento local, bem como na UEA de Parintins, já existe o curso de tecnólogo em turismo.

Já quanto aos projetos de ecoturismo para as comunidades ribeirinhas de Parintins, a secretária acha qualquer iniciativa louvável, no entanto, salientou que há necessidade do Poder Público focar na realidade de cada local. Ela ainda destacou que já existe um projeto de “agroturismo” que envolve sítios que oferecem café regional, mostrando ao turista como se fabrica a farinha e o beju, por exemplo. No momento, encontra-se desativado, mas há interesse de que o mesmo, depois de incentivos e investimentos, volte a funcionar, pois há boas perspectivas nesta área.

Antes de se visitar as comunidades ribeirinhas de Santa Rita da Valéria, Lago de Macuricanã, Paraná do Espírito Santo e Vila Amazônia, observou-se um fato curioso e no mínimo interessante de registro: no centro da cidade de Parintins, dois pescadores estavam pescando embaixo de um córrego de esgoto.

Em seguida fez-se uma parada no Clube Kuat, da Coca-Cola Company, e ali se estabeleceu um comparativo para os investimentos na cidade: se o clube da Coca-Cola, essa gigante empresa multinacional, só funciona na época do festival e do “Carnailha”, por que fazer investimentos em “grandes empreendimentos” turísticos em Parintins, sabendo-se que só haverá funcionamento e retorno financeiro em determinados eventos? O turismo em Parintins não deve ser sazonalizado, e sim permanente; e o ecoturismo tem que estar em sintonia com a comunidade ribeirinha.

4.4.2 Na Comunidade Ribeirinha “Santa Rita da Valéria”

Na área de Santa Rita da Valéria, que fica a aproximadamente 50 minutos de Parintins, existem cerca de 4 a 6 comunidades. Primeiramente, passou-se em frente da comunidade de São Paulo da Valéria, depois foi feita uma parada em Santa Rita da Valéria. Nessa visita, a Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos realizou entrevistas com sete moradores. A primeira entrevistada da comunidade foi a Sr^a Célia, 25 anos, três filhos, ensino fundamental completo e cursando o 1º ano do ensino médio. Ela disse que vive na comunidade desde que

nasceu e que sua família vive da plantação de mandioca. Relatou que tem uma vida calma e tranqüila, e ao ser questionada sobre o que o turista que visita a região da Valéria quer ver, ela respondeu que é a natureza, os pássaros e fazer pesquisa no solo.

Em seguida, foram entrevistados mais dois moradores da comunidade: Toniel, esposo da Célia, 30 anos e que cursou até o 3º ano; e Andreilson, com 16 anos e que cursa o 6º ano do ensino fundamental. Eles também nasceram na comunidade e nunca saíram dali. Toniel relatou que existe na região da Valéria cerca de 200 casas e famílias. No festival, essa região não é visitada. No ano de 2009, por exemplo, o mês mais visitado foi o mês de dezembro. O turismo desenvolveu o artesanato na região da Valéria, os transatlânticos que trazem americanos e europeus param em São Paulo da Valéria e eles fazem suas refeições por lá mesmo.

Adentrando na comunidade, entrevistou-se o Sr. João, de 35 anos, seis filhos, 8ª série do ensino fundamental, que vive da agricultura e do artesanato de peças de madeira, pequenos barquinhos que vende em média de 15 dólares (menor) e 40 dólares (maior) para o turista internacional. A madeira utilizada é o molongó, uma madeira leve que parece isopor. Ele informou que começou a desenvolver esse trabalho nos tempos de escola. A alimentação é à base de peixe e farinha. Seu João não pretende sair da comunidade.



Fonte: Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos, 2010.

Figura 12 – Entrevista complementar com o Sr. João – Santa Rita da Valéria.

Outro entrevistado, que mora próximo à casa de João, foi o Sr. Orlando, de 47 anos, que vive da plantação de mandioca e sua esposa da cerâmica de argila. Ele disse que não pretende sair da comunidade, pois, mesmo sem emprego e sem estudo, se vive bem, haja vista que planta-se, pesca-se e pratica-se agricultura de subsistência.

Em Santa Rita da Valéria existe apenas uma escola, um telefone público e a energia elétrica só funciona à noite. Em termos econômicos, em geral, pratica-se a agricultura familiar de subsistência, as trocas de mercadorias e vende-se o artesanato para financiar as viagens necessárias para Parintins, que custam em média R\$ 20,00. Nessa comunidade existem ainda muitos bananais, coqueirais e mangueiras, bem como a criação de galinhas para consumo próprio.

Próximo aos bananais entrevistou-se a Sr^a Arlete, 28 anos, com ensino fundamental e seis filhos. Ela faz artesanato de argila há cerca de um ano, tendo aprendido o ofício com a vizinha. Ela vende suas peças a um preço de 5, 8 e até 10 dólares. Aqui se faz uma observação: as cerâmicas são subvalorizadas, pois estão sendo produzidas por pessoas que nasceram e moram na Amazônia, e, portanto, deveriam agregar valor dessa marca, haja vista que depois da Coca-Cola é a segunda marca mais conhecida do mundo. Essas pessoas da comunidade não têm noção da magnitude da marca “Amazônia”.



Fonte: Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos, 2010.

Figura 13 – Entrevista complementar com a Sr^a. Arlete do Artesanato – Santa Rita da Valéria.

Nesse sentido, há necessidade da intervenção do Poder Público para orientar a comunidade, pois nessas peças não há somente mão de obra, fogo e argila; há um trabalho feito na Amazônia, em uma comunidade ribeirinha que fica a uma hora de Parintins. Na realidade, há um custo intrínseco da região que deveria ser cobrado do turista como lembrança da Amazônia.

Em seguida, entrevistou-se a Sr^a. Benedita, ensino médio, sete filhos, e que já trabalha há 10 anos com a argila e com quem Arlete aprendeu o artesanato. Ela faz suas cerâmicas pegando como referência os modelos ilustrados nos livros de história, copiando também as caricaturas indígenas ilustradas nos livros. Essa moradora reclamou da má atuação do representante da comunidade e dos efeitos negativos do ecoturismo, que envolvem bebidas, drogas, turismo sexual e impacto negativo ao meio ambiente. No entanto, a mesma moradora, ao ser questionada sobre a parte ruim da comunidade, deu uma resposta considerada absurda, afirmando que o ambiente em que vive é muito bom, que não tem o que reclamar, no entanto, a única coisa negativa é a dificuldade de pegar o peixe, ou seja, “que o pior de viver ali, é ter que ir pescar”.

4.4.3 Na Comunidade Ribeirinha “Paraná do Espírito Santo de Baixo”

Seguindo adiante, com aproximadamente 25 a 30 minutos chegou-se à região do Paraná do Espírito Santo de baixo, uma área de várzea. Nessa visita, a Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos entrevistou dois moradores: Sr^a. Rosene, 27 anos, casada, dois filhos, ensino fundamental e que é professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA); e Sr. Aldenei Farias, casado, três filhos, ensino fundamental, morador da comunidade do Perpétuo Socorro.

Ao ser questionada sobre as atividades econômicas da comunidade, Rosene destacou a apicultura (criação de abelhas) e fabricação de mel, bem como a agricultura com a plantação de melancia e milho. Ela relatou que não há visitas de turistas nessa área, eles apenas passam por frente da comunidade, fazendo suas paradas na região da Valéria. Ela considera a vida na comunidade, que tem em torno de 15 famílias, muito boa, reclamando apenas da falta de energia elétrica. Na casa dela há um motor gerador de energia.

Em seguida entrevistou-se o Sr. Aldenei Farias, morador da comunidade do Perpétuo Socorro, pertencente ao Paraná do Espírito Santo de baixo, e membro fundador do Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV), que é um grupo pioneiro na preservação do meio ambiente e que já existe desde 1992, portanto com 18 anos de existência.

Segundo o Belota (2007), o GRANAV já cumpriu metas do Projeto Terra e Água – projeto que recebeu o apoio do ProVárzea/Ibama de 2002 a 2007, direcionado à sustentabilidade ambiental da área, que desenvolve principalmente a meliponicultura, hortas comunitárias e a educação ambiental. O projeto tem uma base de apoio construída na área, com capacidade para armazenagem e aproveitamento do pescado.



Fonte: Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos, 2010.

Figura 14 – Entrevista complementar com o Sr. Aldenei Farias - Comunidade do Perpétuo Socorro- Paraná do Espírito Santo de baixo e membro fundador do GRANAV.

Aldenei Farias salientou que as atividades econômicas dessa área estão baseadas nas culturas da banana, da melancia, do milho, do feijão e na produção de mel de abelhas (200 caixas de abelha em cada casa de produção), envolvendo ainda as atividades de pesca e criação de capivaras, que, por enquanto, está parada.

No início, existiam na comunidade 28 capivaras que eram criadas em 100 m² de cercado; no entanto, como não havia apoio técnico, elas foram morrendo em decorrência de uma intoxicação advinda de um consumo errado de apenas um tipo de capim (europeu), afinal, na natureza elas consomem outros tipos também.

A comunidade do Perpétuo Socorro - Paraná do Espírito Santo de baixo - é também de uma área pioneira na regulamentação fundiária e preocupada com a questão da preservação do meio ambiente e o bem-estar da comunidade. Mas, no que tange à produção do mel de

abelhas, Aldenei Farias reclamou da falta de uma política de escoamento dessa produção. Há muita oferta e pouca demanda, e no ano de 2009 houve estrago da produção.

No que se refere ao grau de escolaridade da comunidade, Aldenei Farias destacou que é o ensino fundamental. O GRANAV, em parceria com o EJA, formou 30 pessoas, inclusive ele. Quanto à qualidade de vida, ele disse que é bom morar na comunidade.

Aqui nessa comunidade sugeriu-se que poderiam ser criadas estratégias de paradas dos turistas dos transatlânticos, por meio da realização de visitas técnicas, chamando a atenção para a produção de alimentos naturais, orgânicos e sem agrotóxicos. Dessa forma, além de promover o turismo de base comunitária, estaria se vendendo as frutas e o mel de abelhas, ali cultivados.

4.4.4 Na Vila Amazônia

Chegando à Vila Amazônia²³, distante aproximadamente 3 km da cidade de Parintins, entrevistou-se somente a Sr^a. Rossicléa Neves, quatro filhos, separada e que mora há dois anos lá, onde possui um lanche e restaurante, que se chama “Parada Obrigatória”. Ela destacou que durante os finais de semana o local é bastante visitado pelos próprios moradores de Parintins e do Estado do Pará, afinal, a Vila Amazônia é um ponto estratégico: por meio da estrada interliga a cidade de Parintins aos municípios de Juriti e Santarém.

Os turistas nacionais que ali chegam gostam de praticar o turismo de aventura nas trilhas e corredeiras da região. Já os turistas internacionais, além do ecoturismo (cachoeiras e viveiros), se interessam ainda pela parte histórica das edificações do povo japonês que ali se instalou.

Rossicléa Neves destacou que as atividades econômicas da área estão baseadas no comércio de comida (restaurantes) e agricultura familiar, com o cultivo da banana, da produção de farinha e da pesca. Quando convidada para destacar os pontos ruins da comunidade, ela ressaltou a infraestrutura da Vila Amazônia que ainda é precária. Além das péssimas condições da estrada que interliga com o Pará, na comunidade não existem farmácias, lojas de roupa e nem hotéis para que os visitantes possam se hospedar - geralmente eles não dormem no local e voltam no mesmo dia. No que se refere aos pontos positivos, ela destacou a vida boa e de paz, as belezas naturais, a imensidão de terras e a fartura dos peixes,

²³ Uma área que possui reservas, sítios arqueológicos e até alguns prédios históricos da colônia japonesa, no passado existente.

que não saem caros para as pessoas da comunidade e para os visitantes, que ali os degustam fresquinhos, vindos direto do caudaloso Rio Amazonas para a mesa.

Na Vila Amazônia foi sugerida, além do turismo de aventura, a prática do turismo cultural, constituindo-se este como mais uma alternativa para se promover o turismo de base comunitária.

No final da visita à Vila Amazônia, é importante registrar um fato desagradável. Uma senhora passou mal, no exato momento em que a equipe estava saindo do local. Ela gritava de dor (suspeita de apêndice estourada), sendo carregada por seus familiares até a entrada da mesma na “ambulancha”. Ela quase cai, pois o local não tinha uma descida decente ou sequer uma escada para levar a maca com doentes de maneira segura e com cobertura.

4.4.5 No Complexo de Macuricanã e na Comunidade Ribeirinha do “Paraná do Espírito Santo do Meio”

Durante a visita ao Complexo de Macuricanã, que conforme a Lei Orgânica do Município é considerado uma Área de Proteção Ambiental (APA) desde abril de 1990, e que fica entre os municípios de Parintins e Nhamundá, navegou-se cerca de um hora e vinte minutos, sem sucesso, no que se refere às entrevistas nas comunidades. No entanto, pôde-se contemplar a imensidão de águas que impressionam e desenharam os caminhos que encantam turistas do mundo inteiro.

Na comunidade ribeirinha do “Paraná do Espírito Santo do Meio”, visitou-se a Escola Municipal Pedro dos Reis Ferreira, e ali a Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos entrevistou um grupo de quatro professores: Sebastião, cinco filhos e natural da comunidade; Rosângela, oito filhos, natural da comunidade; Adriana, um filho, paraense, mas que vive desde os dois anos em Parintins; e Rosimara, quatro filhos, parintinense.

No que se refere às atividades econômicas, os professores destacaram a pesca, a agricultura e a criação de gado. No entanto, o Professor Sebastião salientou que há um trabalho de monitoramento para que a agricultura fique em primeiro lugar, evitando a pesca predatória nos rios e lagos da região. Nessa comunidade foi realizado um dos primeiros acordos de pesca do país, mas ainda há resistência por parte da comunidade.

Neste sentido, há necessidade de uma educação ambiental que contemple a conscientização da necessidade de repovoamento das espécies. No entanto, em termos de ecoturismo, é importante destacar que essa região, que é uma comunidade integrada ao “Lago do Macuricanã”, trata-se de uma área propícia para a pesca esportiva.

Quando questionados sobre o processo ensino-aprendizagem, o grupo de professores ressaltou que além do ensino formal, os alunos aceitam bem a educação ambiental, que busca conscientizar sobre a preservação da natureza, a não jogar lixo no rio e nem nos campos da comunidade. Eles ressaltaram ainda a obediência dos alunos aos pais e professores, realidade que não existe na zona urbana, caracterizando dessa forma a diferença existente na educação praticada na zona rural.

A população da comunidade ainda tem muitos filhos e a questão do planejamento familiar ainda é precária e deficiente, mas, nesse sentido, já há um trabalho de conscientização dos mais jovens nas escolas. Quanto ao grau de escolaridade da população prevalece o ensino fundamental, por meio da realização de projetos federais de alfabetização de adultos; e a exemplo do “Reescrevendo o Futuro” e do EJA, vem se diminuindo o número de analfabetos da comunidade.

Quando convidados para opinar sobre a subvalorização dos produtos da região, como as cerâmicas artesanais da comunidade, por parte dos turistas, os professores foram unânimes em concordar com tal fato, destacando inclusive que pessoas da cidade e de outras regiões compram essas cerâmicas por um preço baixo e revendem com lucros exorbitantes em outro lugar. Como bem como destacou a Professora Rosângela, “as populações ribeirinhas precisam de uma orientação de que a Amazônia é cobiçada em todos os sentidos”, e que “os moradores da comunidade precisam de orientação do Poder Público quanto à valorização da região e de seu artesanato”.

Ao serem questionadas sobre as dificuldades da comunidade, a Professora Rosimara destacou a época da cheia, onde há dificuldade de locomoção; e a Professora Rosângela destacou a escassez de peixe na época do defeso. Quanto aos pontos positivos, o grupo de professores foi unânime em destacar a vida calma, bem como as terras férteis e os lagos fartos.

4.4.6 Na comunidade ribeirinha do “Paraná do Espírito Santo de Cima”

No Paraná do Espírito Santo de Cima, no mês de agosto, ocorre o Festival do Peixe Liso. Nessa visita, a Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos entrevistou apenas a Sr^a. Rosa, 44 anos, seis filhos, casada, ensino médio completo e que monitora, pelo período da tarde, uma criança especial nessa comunidade. Ela passa os dias da semana trabalhando e aos finais de semana retorna para Parintins, onde tem casa própria.

Quanto às atividades econômicas, ela destacou a agricultura de subsistência e os cultivos da melancia, do milho e da pesca, cuja produção se vende no município de Parintins, gerando-se dessa forma a renda básica dessa comunidade.

Quando questionada sobre as dificuldades e pontos positivos da comunidade, ela destacou apenas a questão do abastecimento de água: não há bombas de água, sendo necessário as pessoas da comunidade carregarem baldes do rio para as casas. Quando convidada para opinar sobre o turismo nessa comunidade, ela concordou com o fato dessa região ser propícia para a pesca esportiva.

A visita finalizou com a entrevista realizada com o piloto de lancha Haroldo, 49 anos, dois filhos, devidamente habilitado com carteira marítima e que atua nessa profissão há mais de oito anos, levando os mais diversos turistas para conhecer as regiões ribeirinhas, bem como praias do município de Nhamundá e de Faro, no Pará; o Complexo do Lago de Macuricanã, a região da Valéria e as praias de Curapá.

O maior movimento de passeios ocorre nos meses do Festival e do Carnaval. Esse piloto de lancha não encontra dificuldades na região e disse que todos os dias tem serviço. Durante três dias esse piloto conduziu a equipe de pesquisa pelo labirinto dos rios e lagos da região ribeirinha, e percebeu-se então a grande necessidade de conhecimento dessas áreas por esses pilotos, que desde pequenos se aventuram a navegar.

Durante a visita, percebeu-se que a rara ou nenhuma integração do Poder Público (Prefeitura, Governo do Estado ou Governo Federal), a não ser no período do festival com os ribeirinhos, bem como a ausência de parceria entre gestão pública e comunidade ribeirinha, gera um vazio administrativo, que sustenta pessoas desqualificadas, despreparadas, completamente desinformadas e que recebem mal o turista.

Na região de Santa Rita da Valéria, por exemplo, os moradores recebem descamisados os turistas e visitantes. Trata-se de ribeirinhos que nasceram e moram na Amazônia, que conhecem os caminhos mais difíceis para se chegar as melhores riquezas naturais de cada região, mas que, ao mesmo tempo, não têm noções de comércio amazônico, de visão amazônica internacional, de proteção da Amazônia e por que não de *marketing* Amazônico.

5 CONCLUSÃO

Essa dissertação buscou, por meio de uma visão multidisciplinar, baseada em princípios ético-valorativos, identificar as principais comunidades ribeirinhas com potencial ecoturístico no município de Parintins e demonstrar como o ecoturismo de base comunitária pode ser uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a área ribeirinha da cidade.

Através dos dados coletados pela Smith Comercial, Serviços e Empreendimentos em visita à cidade de Parintins e às comunidades de Santa Rita da Valéria, Lago de Macuricanã, Paraná do Espírito Santo (de Baixo, do Meio e de Cima) e Vila Amazônia, pôde-se constatar que a área ribeirinha de Parintins apresenta importante potencial ecoturístico de base comunitária.

Buscou-se também apontar os indícios dos impactos positivos e negativos gerados pelo turismo nas comunidades a partir do contato direto com os moradores das comunidades visitadas. Por exemplo, uma moradora da Comunidade Santa Rita da Valéria reclamou da má atuação do representante da comunidade e dos efeitos negativos do ecoturismo, como bebidas, drogas, turismo sexual e impacto negativo ao meio ambiente.

A experiência na cidade de Parintins e em suas comunidades ribeirinhas foi significativa, haja vista que o contexto cultural e o processo de desenvolvimento do turismo nessa área trazem à tona questões complexas a serem levadas em consideração para a formulação de políticas de desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) para a área ribeirinha.

Com suas riquezas naturais e sua diversidade cultural, por meio do turismo de base comunitária, dentro das comunidades visitadas, pode-se promover o bem-estar e a preservação da região, perfazendo as bases fundamentais do que se chama de desenvolvimento sustentável, gerando-se renda para essas comunidades e mantendo o patrimônio natural exótico, por ser em grande parte inexplorado, apresentando em seus territórios um expressivo bioma, o que pode oferecer quilômetros de um inesquecível cenário.

No entanto, é importante destacar que Parintins necessita implantar mecanismos de controle de impacto ambiental, sistema de gestão com identificação, controle e acompanhamento turístico, além de políticas públicas específicas ao ecoturismo de base comunitária, onde haja uma atuação incisiva das comunidades na promoção de atividades que podem melhorar suas condições de vida.

Se desenvolvidas as inúmeras potencialidades ecoturísticas da área ribeirinha de Parintins, pode-se inferir que haverá uma influência significativa do ecoturismo de base

comunitária na economia local, proporcionando o desenvolvimento sustentável, aliando consciência ecológica e ambiental, bem como a preservação dos recursos naturais para a perpetuação da espécie e da manutenção da vida no planeta.

É exatamente nesse campo que se situa o maior potencial da área ribeirinha de Parintins, com seus incontáveis recursos naturais e culturais, e é neste cenário favorável e positivo, portanto, que o ecoturismo de base comunitária surge como uma das alternativas para o desenvolvimento social e econômico dessas comunidades.

Tendo em vista a conjugação desses fatores positivos, o governo do município e o empresariado local devem entender a importância de elevar o turismo local, de modo particular o ecoturismo de base comunitária, a um novo patamar de competitividade, tornando-o um importante vetor do crescimento da cidade e das comunidades que habitam a área ribeirinha, elegendo o ecoturismo como uma das alternativas de desenvolvimento sustentável.

O *status* de município indutor de turismo é de fundamental importância. Os estudos preliminares em andamento no âmbito do governo estadual vêm identificando os mais diversos pontos de destinação ecoturística, e busca, também, conhecer o potencial de cada um deles para a exploração econômica da atividade.

Enfim, o ecoturismo de base comunitária é uma importante opção de desenvolvimento para o município e suas comunidades ribeirinhas, se operado em bases sustentáveis, utilizando corretamente os recursos naturais e culturais, sem comprometimento da sua capacidade de renovação e conservação.

No contexto dos outros municípios do interior do Amazonas, Parintins, dispõe de infraestrutura básica e turística para auxiliar no atendimento ao turista; no entanto, destaca-se que ainda não são totalmente suficientes. A riqueza natural e cultural ora oferecida pela área ribeirinha caracteriza Parintins como um valioso potencial ecoturístico do Estado do Amazonas.

Tem-se conhecimento que o ecoturismo é o segmento do turismo com maior propensão de crescimento nos próximos anos, e, inseridas neste contexto, a cidade de Parintins e suas comunidades, possuem um grande potencial para o desenvolvimento da atividade. Para aqueles que acreditarem nesse promissor mercado, deverão visar uma adequada estratégia administrativa para estar bem posicionados no futuro e usufruírem das benesses da atividade.

O produto ecoturístico obedece a um segmento de mercado individualizado e fragmentado e tem um público que não se importa em pagar um pouco mais, no entanto, preza

por um bom atendimento e por usufruir a qualidade do produto. Nesse sentido é, pois, importante o atendimento personalizado.

Ressalta-se ainda a importância do cumprimento de algumas exigências, tais como: operações ambiental e culturalmente sustentável, atendimento de qualidade e voltado para as expectativas do cliente, marketing, diversidade de atividades e produtos, informação e interpretação ambiental de qualidade, programação adequada e administração empresarial eficaz.

Dentre as principais atividades que os mesmos proporcionam para o turista que visita Parintins, estão os passeios de barcos, lanchas e canoas, sempre para as destinações de Vila Amazônia, Comunidade da Valéria e proximidades da Serra de Parintins. Há ainda atividades que geralmente ocorrem nos finais de semanas, feriados prolongados e no mês de junho, em função do Festival Folclórico. Os turistas que participam destes passeios, são em sua maioria estrangeiros. Geralmente aproveitam da pesca esportiva, desfrutam da gastronomia regional, passeios em trilhas, e aproveitam para tirar fotos e observação de pássaros.

A atração de investimentos é passo fundamental para o desenvolvimento de uma infraestrutura turística que comporte um fluxo de turistas mais elevado e mais qualificado. Entretanto, os riscos percebidos pelos investidores em relação à região e ao setor de turismo limitam as opções de captação. Dentre esses riscos pode-se citar: ausência de regras claras; baixo retorno esperado; ausência de infra-estrutura; falta de planejamento estratégico e burocracia.

Para atrair novos investidores para o município, Parintins deverá trabalhar e minimizar fatores que impactam negativamente a atividade turística, tais como risco, retorno, e infraestrutura, com um plano estratégico de desenvolvimento do setor. Por outro lado, deve realçar as vantagens competitivas do investimento em uma região ainda inexplorada, receptiva e apropriada para o ecoturismo.

Além da atração de investimentos, a gestão contínua do ecoturismo é tão importante como o planejamento e desenvolvimento adequados. Muitas áreas de turísticas dispõem de um desenvolvimento que não foi planejado desde o início, ou o planejamento não foi implementado e o resultado é um desenvolvimento descontrolado.

Ambos, o planejamento e a implementação, mesmo depois de completados, não são infalíveis e as circunstâncias mudam, o que pode gerar problemas. Lidar com um desenvolvimento inadequado, e, freqüentemente, com a saturação por ele originada e com o subdesenvolvimento de uma área, são aspectos essenciais da gestão.

É importante educar os residentes da área de ecoturismo acerca dos benefícios e problemas causados por este segmento, através de programas de divulgação. É também importante informar os turistas acerca dos costumes locais, dos padrões de comportamento a ter e convidá-los a respeitar o ambiente e a sociedade locais. De igual modo, a indústria de ecoturismo deve adaptar-se aos fatores ambientais e sociais.

Desenvolver e gerir uma atividade ecoturística de sucesso requer uma educação adequada e a formação de empregados, quer do setor privado quer do público. Podem ser utilizados vários métodos, mas é vital ter em atenção a qualidade das instalações e serviços turísticos. O respeito destas regras é da responsabilidade do governo e do setor privado.

Ao final da dissertação, é importante destacar que assuntos igualmente importantes para a compreensão da atualidade e complexidade de Parintins não foram abordados no presente trabalho, em decorrência de diversos limitadores e dada a amplitude de cada um deles.

Logo, temáticas relacionadas à questão indígena, à biotecnologia, à biodiversidade, ao potencial de produção de alimentos e ao potencial energético, dentre outros, não foram objeto destas considerações. Esses assuntos ficam registrados como sugestão de trabalho para outros grupos interessados, como forma de ampliar os conhecimentos a respeito das potencialidades locais ecoturísticas de base comunitária da área ribeirinha de Parintins.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Paulo. **Proteção jurídica do meio ambiente**. São Paulo: Lemos e Cruz, 2005.

AMAZONAS, Governo do Amazonas. **Cluster de turismo no Estado do Amazonas**. Estudo realizado pelo Monitor Company Group LP, com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura, Turismo e Desporto - SEC e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC, 2001. CD - ROM.

ANDRADE, José Vicente. **Turismo: Fundamentos e dimensões**. 8. ed. São Paulo: ABDR, 2004.

ANTONIO, Adalberto Carim. **Ecoletânea: subsídios para a formação de uma consciência jurídico-ecológica**. Manaus: Valer, 2000.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

AYRES, J.M. **As matas de várzea do Mamirauá**. CNPq. Sociedade Civil Mamirauá. Tefé. Brasília, 1995.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARRETO, Margarita N. **Planejamento e organização em turismo**. 8.ed. Coleção Turismo. Campinas/SP: Papirus, 2003.

BARROS, S. M. et al. **Ecoturismo: Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, Conceituação**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BATISTA, Iêda Hortêncio. **Urbanização e ambiente: análise de Indicadores da Qualidade de Vida na Cidade de Parintins**. Dissertação de Mestrado Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2000.

BATISTA, Suzanna Caroline Araújo. **Ecoturismo: Uma alternativa econômica para a o município de Parintins**. Monografia de Graduação para obtenção do grau de Bacharel em Economia .Universidade Federal do Amazonas. Faculdade de Estudos Sociais. Manaus – AM, 2006.

BELOTA, Juliana. Processo de Regularização Fundiária no Baixo e Médio Amazonas é retomado em Parintins. In: **Revista Jirau**. Número 18. ProVárzea/Ibama. Abril/Maio/Junho, 2007. Disponível em:
<http://www.ibama.gov.br/provarzea/download.php?id_download=517> Acesso em 22 fev. 2010.

BELTRÃO, Otto di. **Turismo: a indústria do século 21**. Osasco: Editora Novo Século, 2001.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: planetarização e moratória ecológica. São Paulo, CERED, 1989.

BENCHIMOL, Samuel. **Manual de introdução à Amazônia**. Manaus: Co-Edição Universidade Federal do Amazonas, Federação das Indústrias do Amazonas e Associação Comercial do Amazonas, 1996.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2000.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; FERNANDES, Marlene Allan (coordenação-geral). **Cidades sustentáveis**: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; IBAMA; Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, 2000.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO AMAZONAS. Municípios do Estado. **Parintins**. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/parintins.php>> Acesso em 14 jan. 2010.

BURSZTYN, Ivan et al. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. Constituição Federal. In: RCN Editora. **Vade Mecum Jurídico**. Leme/SP: RCN Editora, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

CBTS. CONSELHO BRASILEIRO DE TURISMO SUSTENTÁVEL. Certificação do Turismo Sustentável. Expedição Ecoturismo, ano 3, nº 12, 2002.

COROLANO, Luzia Neide M.T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

COSTA, E. M. **A cultura pesquisa do litoral norte da Bahia**: etnoictiologia, desenvolvimento e sustentabilidade. Salvador: EDUFBA; Maceió: EDUFAL. 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

DE LA TORRE, Francisco. **Sistemas de Transporte Turístico**. São Paulo: Roca, 2002.

DIAS, R.; AGUIAR, M. R. **Fundamentos do Turismo**: conceitos, normas e definições. Campinas: Alínea, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente** 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

EMBRATUR. **Anuário estatístico Embratur 2008**. Brasília: Ministério do Turismo/Instituto Brasileiro de Turismo/Diretoria de Estudos e Pesquisas, v. 33, 2008.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

FABRÉ, N. N.; RIBEIRO, M.O. Diversidade Amazônica: ocupação e uso dos ambientes de várzea. In: RIBEIRO, Maria Olívia de Albuquerque; FABRÉ, Nídia Noemi (Orgs). **Sistemas Abertos Sustentáveis - SAS: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas - EDUA, 2003.

FABRÉ, N.N. et al. A construção da transdisciplinaridade para o desenvolvimento integrado e participativo: A experiência do grupo PYRÁ. In: RIBEIRO, Maria Olívia de Albuquerque; FABRÉ, Nídia Noemi (Orgs). **Sistemas Abertos Sustentáveis - SAS: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas - EDUA, 2003.

FEARNSIDE, Philip M. Modelos de uso de terra predominantes na Amazônia: um desafio para sustentabilidade. RIVAS, Alexandre; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho (Orgs.). **Amazônia: uma perspectiva interdisciplinar**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas - EDUA, 2002.

FERRETTI, Eliane Regina. **Turismo e meio ambiente**. São Paulo: Roca, 2002.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 25).

HANAN, Samuel Assayag; BATALHA, Ben Hur Luttembarck. **Amazônia: Contradições no Paraíso Ecológico**. 5. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados Ltda, 1999.

HARRIS, A. G. **Life on the Amazon: The anthropology a brazilian peasant village**. New York: Oxford University Press/The British Academic, 2000.

HERRÁN, Jorge. Definições: Ecoturismo, estruturalismo, ecoturismo estrutural. In: **Primeiro Simpósio e exposição internacional sobre ecoturismo e desenvolvimento sustentável dos países da bacia amazônica**. Ecotour. Amazônia, 2001.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

IPEA. **Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento**. Brasília: IPEA, 2005.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 2.ed. São Paulo: SENAC, 1999.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Ação civil pública: ambiente, consumidor, patrimônio cultural e tombamento**. 2. ed. São Paulo: RT, 1987.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MENDES, Leila Said Asséf. Inserção Ecológica no Contexto de uma Comunidade Ribeirinha Amazônica. In: **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology** - 2008, Vol. 42, Num. 1 pp. 1-10. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psig.org.br/pdf/rip/v42n1/v42n1a01.pdf>> Acesso em 01 mar. 2010.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: Uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente: a Gestão Ambiente em Foco**. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Regionalização do Turismo**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/> Acesso em 22 fev. 2010.

MOLETTA, Vania Florentino. **Turismo Cultural**. 3. ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2001.
MURPHY, Peter E. Turismo e desenvolvimento sustentado. In: THEOBALD, William E. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: Senac, 2001.

NALINI, José Renato. **Ética ambiental**. Campinas/SP: Millenium, 2001.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. A floresta como instrumento para a educação ambiental em atividades de ecoturismo. In: **Primeiro Simpósio e Exposição Internacional sobre Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável dos países da Bacia Amazônica Ecotour Amazônia 2001**. Volume de Resumos. 24 a 27 de setembro de 2001.

NODA, S. N. Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas. In A. C. Diegues, & A. C. Moreira (Eds.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

OLIVEIRA, J.A.P. Entendendo a relação turismo e meio ambiente. In: **Primeiro Simpósio e Exposição Internacional sobre Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável dos países da Bacia Amazônica Ecotur Amazônia 2001**. Volume de Resumos. 24 a 27 de setembro de 2001.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT). Desarrollo turístico sostenible: guía para planificadores locales. Madri: OMT, 1993.

PAIVA, Suely Neri de. Ciclo das águas e as políticas públicas que não contemplam o homem. In: **Núcleo de Cultura Política do Amazonas – NCPAM**. Manaus/AM, 5 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.ncpam.com/2009/06/ciclo-das-aguas-e-as-politicas-publicas.html>> Acesso em 28 fev. 2010.

PARINTINS.COM. **Parintins**: A Ilha Encantada. Disponível em: <<http://www.parintins.com/docs/parintins/index.php?p=ilha>> Acesso em 07 fev. 2010.

PCN. **Parâmetros curriculares nacionais**: meio ambiente e saúde. Volume 9. 3.ed. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão (Org.). **Educação Ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. 4.ed. Petrópolis/RJ, 2001.

PEREIRA, Ester Maria; NELSON, Sherre Prince. Turismo Sustentável: Uma Introdução. In: NELSON, Sherre Prince; PEREIRA, Ester Maria (orgs.). **Ecoturismo**: Práticas para turismo sustentável. Manaus: Editora Valer / UNINORTE, 2004.

PRADO, Thays; NUNES, Mônica. **Entenda a COP-15**. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/cop-15-o-que-e-conferencia-partes-copenhague-499684.shtml?func=2>> Acesso em: 11 jan. 2010

PROECOTUR. **Amazonas**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/proeco/amaz1.html>> Acesso em: 08 mar. 2010.

RIBEIRO, Joana D'arc. Ecoturismo: sustentabilidade na Amazônia. In: RIVAS, Alexandre; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho (Orgs.). **Amazônia**: uma perspectiva interdisciplinar. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas - EDUA, 2002.

RIBEIRO, Maria Olívia de Albuquerque et al. Desenvolvimento da Amazônia: a necessidade de uma nova abordagem. In: RIBEIRO, Maria Olívia de Albuquerque; FABRÉ, Nídia Noemi (Orgs.). **Sistemas Abertos Sustentáveis - SAS**: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas - EDUA, 2003.

RIVAS, Alexandre; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho (Orgs.). **Amazônia: uma perspectiva interdisciplinar**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas - EDUA, 2002.

SÁ, R.L.; VASQUEZ, R. **Desenvolvimento e conservação e Meio Ambiente: pesquisa de opinião com lideranças e a população da Amazônia**. Brasília, DF: WWF, 2001.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANSOLO, Davis Gruber. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SCHERER, E. F. O defeso e a defesa do meio ambiente. In: II Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004, Indaiatuba. In: **II Congresso da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade**. Campinas: Editora da Unicamp, (2004a).

SCHERER, E. F. Mosaico terra-água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia. In VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra. In: **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra: Afrontamento, (2004b).

SEBRAE/AM. **Turismo receptivo**. Apostila do Curso de Turismo Receptivo oferecido em Parintins, 2004.

SIEPPEL, S. J. et al. Inundation area and morphometry of lakes of the Amazon River floodplam, Brasil. In: **Arch. Hydrobyol**, 123, p.385-400, 1992.

SILVA, Josué da Costa.. **O Rio, A Comunidade e o Viver**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia - Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2000.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, Kátia T.P. et al. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do Estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC (1985-1998)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção educação contemporânea).

SINAY, L.; IRVING, M. A. Reflexões sobre a sustentação das Comunidades Tradicionais: Contribuição para o Planejamento Turístico na Amazônia. In: **Ecotour Amazônia 2001**.

Primeiro simpósio e exposição internacional sobre ecoturismo e desenvolvimento sustentável dos países da bacia amazônica - Ecotour Amazônia 2001. Volume de Resumos. Manaus/AM/Brasil: 24 a 27 de Setembro de 2001.

SIOLI, H. The Amazon and its main affluents: Hydrography, morphology of rivers courses, and rives types. In: SIOLI, H. **The Amazon limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin**. Boston: Dr. W. junk Publishers, 1984. p.127-165. v. 56.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Meio Ambiente e Cidadania. In: **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**. Bauru, nº 35,p.305-307, Agosto de 2002.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. **Manual de direito ambiental**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
SOUZA, João Aurélio Oliveira Alves de et al. **A importância do relações públicas no turismo em Fernando de Noronha**. Monografia de Pós-Graduação, “Lato Sensu” em Relações Públicas para o Turismo. Escola Superior de Relações Públicas – ESURP. Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.noronha.pe.gov.br/downloads/monografia-rp-turismo-noronha.pdf>> Acesso em: 09 nov. 2009.

UNESCO/IBAMA. **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas** / UNESCO. Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

VILAS BOAS, R. F. et al. Programas de educação ambiental integrados com atividades ecoturísticas em unidades de conservação. In: **Primeiro Simpósio e Exposição Internacional sobre Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável dos países da Bacia Amazônica Ecotour Amazônia 2001**. Volume de Resumos. 24 a 27 de setembro de 2001.

WAICHMAN, A.V.; NASCIMENTO, G.S. O Uso da água na várzea: a contradição ribeirinha. In: RIBEIRO, Maria Olívia de Albuquerque; FABRÉ, Nídia Noemi (Orgs). **Sistemas Abertos Sustentáveis - SAS: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas - EDUA, 2003.

WEARING, S; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidade e possibilidades**. São Paulo: Manole, 2001.

YOUELL, Ray. **Turismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo Contexto.)

ZANOTTI, Cecília. O turismo que valoriza as características únicas das comunidades. In: **Revista Global Tourism**. Mobilizadores COEP. Disponível em: <<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/espacoaberto/viewEspacoAberto.php?codigo=38&titulo=O%20TURISMO%20QUE%20VALORIZA%20AS%20CARACTER%20CDSTICAS%20%DANICAS%20DAS%20COMUNIDADES>> Acesso em 27 jan. 2010.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)